

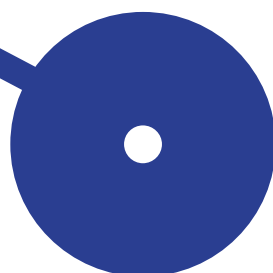
M

MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE RISCO

“motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO

Carina Bastos Fonseca

12/2021



Politécnico do Porto

Escola Superior de Educação

Carina Bastos Fonseca

“motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO

Relatório de Projeto

**Mestrado em Educação e Intervenção Social – Especialização em Ação Psicossocial em
Contextos de Risco**

Orientação: Prof.^a Doutora Helena Carvalho

Porto, dezembro de 2021

AGRADECIMENTOS

Tendo consciência que chegado ao fim deste caminho, onde existiram muitas incertezas e muitas certezas, muitos desânimos e muitas alegrias, é importante perceber que não podia ter sido realizado sem o apoio de várias pessoas, as que vieram desde sempre e as que se foram cruzando neste percurso, para que no final a vitória não fosse apenas minha, mas de todos os que comigo partilharam estes últimos dois anos.

Aos meus pais e ao meu irmão, que sempre foram um pilar fundamental aquando da tomada de decisão de iniciar o mestrado, mas também que aturaram o meu mau feitio e foram sempre compreensivos e cooperantes.

À minha Afi Andrea, que me desafiou a entrar nesta viagem, sempre se mostrou disponível para me ajudar, me disponibilizar bibliografia e me tirar as dúvidas mais inusitadas. À Marta, à minha prima Inês e à Inês Fernandes que aturaram os meus constantes desvaneios, mas que continuam presentes para me apoiar e dar força.

À Angélica e à Joana Marques, que não são desde sempre, mas que serão para sempre. Fizemos esta caminhada juntas, aturamos os dramas umas das outras, partilhamos e celebramos as conquistas e seremos testemunhas de vários momentos felizes. À Vânia, que ao longo deste ano foi a única colega de orientações tutoriais, mas que foi uma mais-valia para que pudéssemos partilhar os conhecimentos, tirar dúvidas e festejar vitórias.

Ao António, que neste percurso sempre foi colaborante e flexível, nas ausências ao trabalho, para que este percurso pudesse ser finalizado com êxito.

Ao Pedro, à Ana Maria, à Conceição, ao Diogo, à Vanessa, à Helena e a todas aqueles que não se encontram mencionados, mas que foram uma fonte de alento e transmitiram confiança para terminar este longo caminho.

A todos os participantes do projeto, à Dra. Ana Sofia, à Rute e à restante equipa técnica, pelo apoio, confiança e colaboração, pelos momentos de partilha e aprendizagem, sem vocês não seria possível a realização deste projeto.

À Professora Helena Carvalho, minha orientadora de projeto, por toda a paciência, acompanhamento, disponibilidade, apoio e momentos de reflexão para que pudesse melhorar, cada vez mais. Por não deixar “o barco se afundar”, quando existiam momentos de desânimo e por todas as palavras de conforto.

Às professoras Ana Bertão e Sílvia Barros, pelos momentos de reflexão, para que fossemos críticos e melhorássemos os nossos conhecimentos, e pela disponibilidade, ao longo dos seminários.

Obrigada a todos!

RESUMO

O projeto *“motivARTE”: Projeto de Intervenção Psicossocial num CAO* foi desenvolvido num Centro de Atividades Ocupacionais de uma Instituição Particular de Solidariedade Social.

As pessoas com deficiência ou incapacidade “têm sido historicamente marcadas, nas mais diferentes culturas e épocas, pelo estigma, exclusão e descrédito social” independentemente da sua capacidade funcional (Reis, Araújo & Glat, 2019, p. 4). Os contextos sociais têm implicações fundamentais na inclusão ou exclusão das pessoas com deficiência. As limitações impostas pela deficiência são ampliadas em sociedades menos inclusivas e justas que negligenciam o direito de escolha, de decisão e de participação ativa nas decisões que afetam diretamente a vida das pessoas.

O projeto *“motivARTE”* resulta da necessidade de devolver a voz às pessoas, sendo precisamente a sua finalidade *“aumentar a participação ativa das pessoas que frequentam o CAO e empoderá-las nos processos de tomada de decisão”*.

Neste projeto, privilegiou-se a metodologia de Investigação-Ação Participativa pela necessidade de envolver e devolver espaços de participação às pessoas implicadas neste processo, como sendo as que frequentam o CAO, os profissionais e quando possível os familiares. Neste sentido foram realizadas duas ações: 1 – *“Para mim o CAO é ...”*, e 2 – *“Reaproveitar para Transformar”*.

O projeto contribuiu para que as pessoas participassem de forma mais ativa, expressassem os seus gostos e preferências, demonstrando-se progressivamente mais confiantes nesta partilha.

A continuidade do projeto poderá revelar-se complexa no futuro dada a dificuldade em proceder a mudanças institucionais. A esperança é que as sementes lançadas possam um dia tornar-se árvores frondosas.

Palavras-chave: Projetos de Educação e Intervenção Social; Investigação- Ação Participativa; Centro de Atividades Ocupacionais; Deficiência; Participação Ativa

ABSTRACT

“MotivARTE”: A Psychosocial intervention project developed in an Occupational Activities Centre (CAO) of Private Institution of Social Solidarity.

People with disabilities “have been historically marked, in the most different cultures and periods of time, by a stigma, exclusion and social discredit” regardless of their performance capacity (Reis, Araújo & Glat, 2019, p.4). The social environment has fundamental implications in the inclusion or exclusion of people with operational incapacities. The limitations imposed by disabilities are amplified in less inclusive and fair societies that neglect the right of choice, decision and active participation in the decisions that affect directly the people’s lives.

The “motivARTE” project is the result of the need to return the voice to people, it’s primary aim being to increase the active participation of the ones that attend the CAO and empower them in the process of decision taking.

This project used the participatory action–research methodology, considering the need to develop a sharing space to the people involved in this process as well as the ones that attend the CAO, the staff and whenever possible, the families. Considering this, two actions were conducted: 1 – “For me the CAO is ...”, and 2 – “Reuse to Transform”.

The project aim is for people to actively participate and express their preferences, to gradually establish confident sharing.

The continuation of the project could become complex in the future given the difficulty in proceeding with institutional changes. The expectation is that the seeds launched could one day become a fruitful tree.

Keywords: Education and Social Intervention Projects; Participatory Action Research; Occupational Activities Center; Deficiency; Active participation

LISTA DE SIGLAS

AVD – Atividades de Vida Diária

AIVD – Atividades Instrumentais de Vida Diária

CACI – Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão

CAO – Centro de Atividades Ocupacionais

CIIDD – Classificação Internacional de Incapacidades, Deficiências e Desvantagens

CIF – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

CIPP – Contexto, *Input*, Processo e Produto

DT – Diretora Técnica

IA – Investigação-Ação

IAP – Investigação-Ação Participativa

IPSS – Instituto Particular de Solidariedade Social

OE – Objetivos Específicos

OG – Objetivos Gerais

OMS – Organização Mundial de Saúde

TO – Terapeuta Ocupacional

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS.....	III
RESUMO.....	V
ABSTRACT.....	VI
LISTA DE SIGLAS.....	VII
INTRODUÇÃO.....	1
1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO.....	3
1.1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL.....	3
1.2. METODOLOGIA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO PARTICIPATIVA.....	5
1.3. AVALIAÇÃO DE PROJETOS.....	9
2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO.....	12
2.1. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE.....	12
2.2. EXCLUSÃO SOCIAL E ESTIGMA.....	16
2.3. IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA.....	18
2.4. PARTICIPAÇÃO.....	20
3. ANÁLISE DA REALIDADE.....	24
3.1. INSTITUIÇÃO.....	24
3.2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS.....	26
3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.....	29
3.4. RECURSOS HUMANOS.....	34
3.5. ROTINAS PLANO DE ATIVIDADES.....	36
3.6. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO.....	46
4. DESENHO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	50
4.1. FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES.....	50
4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA.....	52
5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO.....	54
5.1. AÇÃO 1 – “PARA MIM O CAO É ...”.....	54
5.2. AÇÃO 2 – “REAPROVEITAR PARA TRANSFORMAR”.....	62

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO: AVALIAÇÃO DO PRODUTO.....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	80
ANEXOS	88
ANEXO A: CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES.....	88
APÊNDICES.....	89
APÊNDICE A: PLANO DE ATIVIDADES DO CAO	89
APÊNDICE B: PLANEAMENTO DA ATIVIDADE “SENSAÇÕES CRIATIVAS”	91
APÊNDICE C: REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS “SENSAÇÕES CRIATIVAS”	92
APÊNDICE D: RESULTADO FINAL DOS TRABALHOS “SENSAÇÕES CRIATIVAS”	97
APÊNDICE E: AÇÃO 1 – ATIVIDADE “O QUE MAIS GOSTO DE FAZER É?”	99
APÊNDICE F: AÇÃO 1 – ATIVIDADE “O QUE GOSTAVA DE FAZER”	103
APÊNDICE G: RESULTADO FINAL DA AÇÃO 1.....	105
APÊNDICE H: AÇÃO 2 – CONSTRUÇÃO DOS MATERIAIS DE MÚSICA	106
APÊNDICE I: AÇÃO 2 – RESULTADO FINAL DOS MATERIAIS DE MÚSICA.....	112
APÊNDICE J: AÇÃO 2 – ATIVIDADE DE MANUALIDADES.....	119
APÊNDICE K: AÇÃO 2 – ATIVIDADE DE CULINÁRIA.....	121

INTRODUÇÃO

O projeto “motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO, surge no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social, na Especialização de Ação Psicossocial em Contextos de Risco, e foi desenvolvido num Centro de Atividades Ocupacionais (CAO). Trata-se de uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) situada na zona Norte do país.

As pessoas são seres únicos e insubstituíveis. A definição de pessoa parte da sua unidade biopsicossocial e da sua relação de “ser-no-mundo-com-os-outros”, muitas vezes ceifada pelos padrões éticos e estéticos das sociedades (Monteiro & Ferreira, 2014, p. 6). Assim, as pessoas com deficiência continuam a ser estigmatizadas, pela sua condição, independentemente da sua capacidade funcional, de ser e estar no mundo com os demais. De uma forma geral a “seleção social” é produzida com base na lógica do desvio, ou seja, quer indivíduos quer grupo são categorizados socialmente e aqueles que não possuem as características definidas são estigmatizados. As pessoas com deficiência ou incapacidade “têm sido historicamente marcadas, nas mais diferentes culturas e épocas, pelo estigma, exclusão e descrédito social” (Reis, et al., 2019, p. 4).

A deficiência define-se como uma limitação existente face a uma estrutura do corpo, podendo ser psicológica, física ou anatómica, que limita total ou parcialmente um indivíduo. Já a incapacidade é definida pela restrição que uma pessoa tem em executar algumas tarefas, de forma temporária ou permanente (Encarnação, Azevedo, & Londral, 2015), criando barreiras que inviabilizam a participação ativa das pessoas na sociedade. Os contextos definem a inclusão ou exclusão das pessoas (com incapacidades funcionais), dependendo das respostas sociopolíticas de que dispõem, ou seja, a

incapacidade é resultante da interação entre a disfunção apresentada pelo indivíduo, a limitação de suas atividades, a restrição à participação social e os fatores ambientais que podem atuar como facilitadores ou barreiras para o desempenho das atividades e da participação (Bampi, Guilhem, & Alves, 2010, p. 4).

Partindo destes conceitos, no âmbito deste projeto constatou-se a necessidade de empoderar as pessoas, e de criar espaços onde possam exercer o seu direito à participação e decisão. Para tal privilegiou-se a metodologia de Investigação-Ação Participativa (IAP). No desenho e

desenvolvimento deste projeto de intervenção psicossocial foram considerados os problemas, recursos, necessidades e potencialidades, das 14 pessoas que atualmente frequentam a resposta social e dos profissionais que integram a equipa técnica e quando possível os seus familiares. Neste sentido, e de forma a potenciar a participação ativa, a criatividade das pessoas e promover a reflexão em torno da diretividade dos profissionais na definição das atividades e de rotinas do CAO, foram realizadas duas ações: ação 1 “Para mim o CAO é ...”, e a ação 2 “Reaproveitar para Transformar”, adiante desenvolvidas.

O projeto contribuiu para que as pessoas participassem de forma mais ativa, expressassem os seus gostos e preferências, demonstrando-se progressivamente mais confiantes nesta partilha.

O presente relatório de projeto, encontra-se dividido em seis capítulos. No capítulo 1, é descrito o enquadramento metodológico, onde são explorados os projetos de educação e intervenção social; a IAP e a avaliação dos projetos sociais. No capítulo 2, no enquadramento teórico são abordados os conceitos de deficiência e incapacidade; a exclusão e o estigma, a importância da família e, a importância do direito à participação social. No capítulo 3, é realizada uma análise da realidade, a caracterização das Instituições Particulares de Solidariedade Social, o CAO, os participantes e a equipa técnica; as rotinas e o plano de atividades, terminando o capítulo com a avaliação de contexto. O capítulo 4, destina-se ao desenho do projeto “motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO, onde é definida a finalidade e respetivos objetivos gerais e específicos, bem como as estratégias que serão utilizadas para a concretização dos mesmos. Por fim, é apresentada a avaliação de entrada. No capítulo 5, serão descritas as ações e a avaliação de produto. O capítulo 6, apresenta a avaliação do processo (avaliação final do projeto) onde constam as discussões e as reflexões feitas em conjunto com os participantes. Seguem-se as referências, os anexos e os apêndices.

Em todo o processo houve a preocupação em respeitar os compromissos éticos estabelecidos com todas as pessoas envolvidas, pelo que, ao longo do presente relatório serão omitidas todas as informações sobre as pessoas, equipa técnica e sobre a instituição. Foi ainda assinado pela Diretora Técnica (DT) um consentimento informado (Anexo A), para autorizar a participação das pessoas no desenvolvimento do projeto.

1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

1.1. PROJETOS DE EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Os projetos de educação e intervenção social, têm como objetivo capacitar as pessoas para a tomada de consciência, individual e coletiva, nomeadamente no que refere às várias problemáticas de cariz social e agravamento da exclusão social (Carvalho & Baptista, 2004). As metodologias tradicionais, de diagnóstico e implementação de resposta pré-concebidas contribuem para o descrédito da intervenção e para a ausência da participação em processos que se pretendem co-construídos. Desta forma, o “ser-no-mundo-com-os-outros” torna-se imprescindível na investigação em ciências sociais (Monteiro & Ferreira, 2014, p. 6), no qual os investigadores são simultaneamente participantes (Lima, 2003). Acresce a necessidade de rutura com os processos tradicionais e assistenciais e se parta dos sujeitos, das suas vontades, sonhos e desejos, para o processo de transformação (Carvalho & Baptista, 2004). Torna-se imprescindível que haja uma relação dialógica entre a teoria e a prática, entre a ação e a reflexão, que contribua simultaneamente para o encontro das informações científicas, com as ideias ou perceções dos participantes, contribuindo para a co-construção da intervenção, privilegiando a “abertura da mente de todo o corpo, à possibilidade de outros olhares e outras compreensões”, ou seja, privilegia a “*práxis* conscientizadora” (Lima, 2003, p. 320).

A definição de um projeto social implica a compreensão de dois conceitos: o conceito de projeto e o de social. O conceito de projeto, deriva etimologicamente da palavra latina *projicere*, que significa “lançar para diante” (Mendonça, 2002, p. 14). A definição de projeto é ampla, pragmática e utópica, uma vez que, pode variar de acordo com a metodologia ou os objetivos que se pretendem atingir. É importante salientar que o projeto surge do desejo de melhorar a realidade em que participamos, através das ações que são realizadas com vista a atingir os objetivos estabelecidos (Carvalho & Baptista, 2004; Serrano, 2008). Segundo Marília Mendonça (2002, p. 17), o projeto é “um processo” que visa a transformação, individual ou coletiva. Assim, a sua finalidade será a capacitação das pessoas, para a reflexão sobre a sua realidade, pessoal e social e para o encontro de soluções que contribuam para melhorar a sua vida. Jean-Pierre Boutinet (1990), indica que o projeto “(...) pretende, justamente, confrontar-se com um problema que se

quer único, que se pretende resolver de forma inédita” (p. 252). Para que a transformação seja alcançada, é importante definir objetivos, que orientem o caminho. A calendarização de ações permite ter uma visão ampla sobre a programação definida, bem como, contribuiu para uma gestão eficiente do próprio projeto. É ainda importante ter em conta a necessidade de afetação de recursos humanos, financeiros e técnicos. O rigor do desenho e desenvolvimento deve articular-se com a flexibilidade existente nos processos participados. Durante este processo é importante que haja uma constante avaliação (Carvalho & Baptista, 2004; Serrano, 2008).

O projeto deve ser único, intencional, complexo, criativo, temporal, avaliado, global, procurando corresponder aos desejos, intenções e interesses dos participantes e um sentido educativo (Boutinet, 1990; Mendonça, 2002).

Para Carvalho e Baptista (2004), a realização do projeto pretende responder às seguintes questões “quem intervém, para quem, com quem, porquê, para quê, a partir de quê, com quê, onde, como, quando, o que já foi conseguido/ o que ainda falta conseguir” (pp. 66–67). Para que seja possível responder a estas questões, é imprescindível que os atores sociais estejam envolvidos durante todo o processo.

A dimensão social do projeto, refere-se ao modo como este afeta as pessoas e a sua vida, nomeadamente as relações que estes estabelecem com o sistema, ou seja, é aquilo que contribui para a cultura da sociedade (Serrano, 2008). Um projeto social, deve ter em conta as necessidades básicas dos sujeitos, nomeadamente, a saúde, educação, emprego e habitação, considerando, porém, que estas necessidades variam no espaço e no tempo, mas também na cultura e nos ideais de cada comunidade (Serrano, 2008). Tal como já referido anteriormente, os projetos sociais têm como objetivo a resolução de um problema que advém das necessidades de cada pessoa e/ou grupo, que são co contruídos com as pessoas e que têm de ir ao encontro dos interesses, motivações e desejos destes (Serrano, 2008). Assim sendo, afirmar que estamos em projeto, consiste em declarar a “intenção de transformação” (Mendonça, 2002, p. 20). Porém, esta não se define apenas pelo ato de querer mudar. A mudança remete-nos para quatro questões: “o que é que queremos mudar, para quê e com quem queremos mudar e o que que queremos atingir como nova situação” (Robertis, 2011, p. 73). É essencial que se construa uma estratégia de intervenção e que se criem condições para que as pessoas possam participar, nomeadamente que

possam expressar as suas opiniões em torno da realidade, sendo este dotado de autenticidade, com direitos e deveres (Mendonça, 2002).

Um projeto de educação e intervenção social deve ter em conta três etapas, consideradas basilares: uma análise real da situação, um esboço de um possível projeto e por último escolher as estratégias a utilizar, ou seja, quais os métodos que utilizamos para o desenvolvimento do projeto, por via das ações. Durante estas três etapas, é essencial que seja feita uma constante avaliação (Boutinet, 1990; Robertis, 2011).

Em suma, os projetos de educação e intervenção social, carecem de uma constante reflexão crítica, da priorização das necessidades, da solução dos problemas e da elaboração de um plano. Todavia é importante referir que estes projetos devem também ser flexíveis e criativos, e partir da perspectiva de quem está a viver o problema, ou seja, partir das pessoas e da prática, pois só assim é possível alcançar a finalidade de uma forma eficaz (Serrano, 2008).

1.2. METODOLOGIA INVESTIGAÇÃO – AÇÃO PARTICIPATIVA

Tal como referido anteriormente, os projetos de educação e intervenção social, surgem da necessidade de dar resposta a um problema, assim sendo é imprescindível que sejam tidos em conta as interações e as dinâmicas de todos os intervenientes, ou seja, “sem pessoas dentro, sem energia atuante que brota delas próprias, não há Projeto e não há Metodologia de Projeto. Sem paixão ou, em sentido freireano, sem o amor como elemento fundamental, não há educação, não há Projeto” (Freire, 2018, citado por Monteiro, 2019, p. 66).

Para que seja possível dar voz, permitir a participação, a ação, a reflexão e a cooperação, há necessidade de se desvincular as metodologias propostas das metodologias do paradigma positivista, uma vez que, este defende “a ruptura com a realidade empírica espontânea” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 37). Verifica-se então a necessidade de partir para “uma visão do mundo que se deseje mais igualitário, solidário, inclusivo e democrático, firmando no paradigma sociocrítico” (Timóteo & Bertão, 2012, p. 16). Este novo paradigma privilegia a *práxis*, a ação-reflexão, onde a

participação surge através do diálogo, da interação e da compreensão (Lima, 2003) e que assenta nos pressupostos do paradigma emergente. Segundo Boaventura de Sousa Santos (1995), o paradigma emergente não pode ser visto apenas como um paradigma científico, é importante que também seja um paradigma social, que se pautar pela horizontalidade, consciência do outro e da necessidade da análise holística da realidade social, ou seja, baseia-se em quatro pressupostos: (i) “Todo o conhecimento científico-natural é científico-social”, uma vez que, a dicotomia “entre ciências naturais e ciências sociais deixou de ter sentido e utilidade” (p. 37); (ii) “Todo o conhecimento é local e total”, ou seja, “sendo total, é também local. Constitui-se em redor de temas que em dado momento são adotados por grupos sociais concretos como projetos de vida locais” (p. 47); (iii) “Todo o conhecimento é autoconhecimento”, na medida em que o conhecimento científico e o conhecimento que existe tendo por base o senso comum, é importante para se conseguir a mudança desejada e (iv) “Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum”, pois “o senso comum é prático e pragmático; reproduz-se colado às trajetórias e às experiências de vida de um dado grupo social e nessa correspondência afirma-se fiável e securizante” (p. 56).

Ora, se o conhecimento deve ser construído em cooperação, atender às necessidades locais, ser fundamentado e alicerçado na vontade, problemas, necessidade e sonhos das pessoas, então a metodologia a utilizar deve conter nela estes conceitos, que, assim, devem passar a pressupostos. Desta forma, a Investigação-Ação (IA) apresenta-se como uma metodologia com base na mudança e na compreensão, através de um processo cíclico entre a ação e a reflexão, nomeadamente na utilização de diferentes perspetivas, tendo como objetivo a resolução de problemas (Coutinho, Dias, Bessa, Ferreira & Vieira, 2009; Lima, 2003). Segundo Latorre (2003), a IA é uma metodologia de investigação diferente das restantes, porque é necessário a criação de uma ação que faça parte de todo o processo. Neste domínio os valores do profissional são mais importantes que todo o conhecimento metodológico e, os profissionais investigam as suas próprias ações, quando fazem uma investigação sobre um sujeito. O investigador deve estar num constante processo reflexivo, fazendo reflexão à tríade de Kurt Lewin, entre investigação, ação e formação (Lewin, 1946, citado por Latorre, 2003).

Um dos desafios da metodologia de IA prende-se com a participação dos intervenientes. O investigador não assume uma posição de superioridade e deve valorizar todo o conhecimento,

teórico ou prático (Monteiro, 2019). Através da participação é possível o reconhecimento de direitos, deveres, conhecimentos e práticas que poderão contribuir para a capacitação e empoderamento dos participantes (Lima, 2003). Desta forma, a IAP, “corresponde a um modo de procurar entender o mundo para nele melhor se viver, para que possa constituir moradia confortável de tudo quanto nele existe” (Lima, 2003, p. 306).

A IAP permite gerar respostas e expandir o conhecimento, através de interrogações a um problema que levam a uma transformação, esta deve ser participativa, colaborativa, prática, reflexiva e crítica (Colmenares, 2012; Coutinho et al., 2009). Esta metodologia, tem por base uma vertente educativa inspirada em Paulo Freire, que privilegia a voz das pessoas e a compreensão do conhecimento social, logo o conhecimento educativo distingue-se também por uma abordagem qualitativa, pela forma como se percebe o problema e as diversas formas de o solucionar, questionando as práticas sociais e os valores (Colmenares, 2012; Latorre, 2003).

A co-construção (desenho), desenvolvimento e avaliação de um projeto deve seguir um conjunto de pressupostos, que garante a sua boa execução e que assegura a dimensão participativa (Monteiro, 2019). Com a análise da realidade pretende-se conhecer de forma aprofundada a realidade existente e compreender de que forma a podemos transformar. É neste momento que se inicia a escuta dos atores sociais e se procura o envolvimento ativo dos mesmos na definição dos problemas, recursos, necessidades, constrangimentos e potencialidades (Cembranos, Montesinos & Bustelo, 2001; Serrano, 2008). O desenho e desenvolvimento do projeto deve envolver todos os participantes na definição da intervenção (projeto) e na definição da finalidade, nos objetivos gerais (OG) e respetivos objetivos específicos (OE), bem como na planificação das ações que serão desenvolvidas (Cembranos et al., 2001; Serrano, 2008). A avaliação deve ser um momento de reflexão crítica, realizado ao longo de todo o processo, para que se possa ajustar, reorganizar e repensar nas ações e atividades planificadas (Cembranos et al., 2001; Colmenares, 2012; Timóteo & Bertão, 2012).

Em suma, a IAP promove uma relação dialógica entre o conhecimento e a ação, pois permite aos intervenientes conhecer, interpretar e acima de tudo a possibilidade de transformar a realidade, através das ações que planearam (Colmenares, 2012). Nesse sentido, a IAP visa responder a um

ou vários problemas identificados pelos próprios, através de constantes reflexões, pois só assim se conseguem mudanças profundas e emancipadoras (Colmenares, 2012).

Segundo Hugo Monteiro (2019, p. 68) “a Investigação-Ação Participativa alberga um enorme campo de possibilidades quanto a métodos e técnicas, cuja validade é determinada pela adequação aos atores e aos contextos”, ou seja, as técnicas de recolha de dados são ferramentas que quando conjugadas atingem o objetivo de uma forma eficaz (Serrano, 2008). As técnicas mais utilizadas no domínio do desenvolvimento de projetos enquadrado numa abordagem participativa são: as conversas intencionais, a observação participante, a análise documental, as dinâmicas de grupo e as reuniões.

As conversas intencionais preveem uma intencionalidade, onde se pretende que as pessoas obtenham uma consciência crítica (Freire, 1981), uma vez que, “a aprendizagem pela conversa é vista como processo político de conscientização, afirmação de voz e participação na tomada de decisão, para potenciar reconhecimento individual e transformação social” (Macedo & Macedo, 2014, p. 5). A observação participante pressupõe que o investigador seja parte integrante do grupo que está a observar, observando de forma espontânea e podendo confrontar as práticas que observa com aquilo que retira das conversas intencionais (Ceballos, 2003; Latorre, 2003). A análise documental, implica que haja uma pesquisa, leitura e interpretação dos documentos que poderão ser oficiais, nomeadamente leis, ou então documentos institucionais. Esta é importante para que seja possível estabelecer uma relação com as técnicas descritas anteriormente (Coutinho et al., 2009; Latorre, 2003).

Os exercícios de dinâmicas de grupo, são uma das ferramentas que podem ser usadas para o trabalho com grupos. Serrano (2008, pp. 51-53) sistematiza as técnicas em cinco categorias: formação, difusão, artísticas lúdicas e sociais e refere que “as técnicas de grupo são técnicas de comunicação”, que visam melhorar a relação entre os indivíduos que pertencem àquele grupo, de forma que o grupo funcione de forma eficaz. As reuniões são uma estratégia, que permitem a partilha de perspetivas e a troca de informações entre os diversos participantes, podendo ser informais ou formais (Serrano, 2008).

A integração de informação recolhida através de diferentes técnicas de recolha de dados, revela-se fundamental para a análise da realidade (Serrano, 2008), sendo também fundamental para uma avaliação processual e de resultados do projeto.

1.3. AVALIAÇÃO DE PROJETOS

Segundo Serrano (2008, p. 81), “a avaliação é um processo de reflexão que permite explicar e avaliar os resultados das ações realizadas (...) reconhecer os erros e os sucessos da nossa prática, a fim de corrigir aqueles no futuro”, este processo é dinâmico e permite-nos compreender os vários avanços, mas também os recuos que vão ocorrendo ao longo de todo o projeto (Cembranos et al., 2001; Robertis, 2011; Serrano, 2008). A avaliação não se deve limitar ao final do projeto, deve ser um processo contínuo na sua dimensão temporal, de forma a reconhecer, analisar e compreender se os resultados que pretendemos alcançar estão a ser atingidos. A avaliação das ações permite perceber a sua adequação em resposta à finalidade e aos objetivos propostos, ou seja, trata-se de apreciar o que se vai construindo de forma a responder, reajustar ou reorganizar o inicialmente planeado (Cembranos et al., 2001; Mendonça, 2002; Serrano, 2008).

A avaliação deve ser prática, dirigida para ação, e também tem de ser útil, uma vez que, a informação que vamos tendo através das reflexões que vamos fazendo, revelar-se-á fundamental para melhorar a intervenção (Cembranos et al., 2001). Para isso, devem conter um conjunto de características, como: a “capacidade de resposta”, a “flexibilidade metodológica”, a “temporalidade”, a “sensibilidade social”, a “criatividade”, a “continuidade”, o “realismo” e a “participação” (Cembranos et al., 2001, pp. 190-192). Para além destas características, a avaliação tem como objetivos: compreender o grau de idoneidade, a eficácia, a eficiência e a tomada de consciência do grupo, ao longo da intervenção. As características e os objetivos definidos para a avaliação, permitem concluir a necessidade de ajustes na intervenção do projeto corrente e antecipar necessidades de intervenções futuras (Cembranos et al., 2001).

Neste projeto de educação e intervenção social será o utilizado o modelo de avaliação de Stufflebeam e Shinkfield (1995), onde se avalia o contexto, o *input*, ou seja, a entrada, o processo e o produto (CIPP), de forma a integrar uma avaliação contínua do projeto.

A avaliação é um processo para identificar, obter e proporcionar informação útil e descritiva sobre o valor e o mérito das metas, o planeamento, a realização e o impacto de um objeto determinado, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, resolver os problemas de responsabilidade e promover a compreensão de fenómenos implicados (Stufflebeam & Shinkfield, 1995, p. 183).

Com esta definição, é possível compreender os pressupostos deste modelo, ou seja, as tomadas de decisão, a responsabilidade e a compreensão dos acontecimentos (Catalán, 1993; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). O modelo CIPP é também importante para que as pessoas e as instituições consigam utilizar a informação de uma forma contínua e organizada, potenciando os recursos existentes (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A avaliação do contexto, é feita na análise de realidade e prende-se com a identificação e reconhecimento dos problemas, das necessidades, dos constrangimentos, dos recursos e das potencialidades pelos atores sociais. Este momento de avaliação é fundamental para o desenho de projeto e para a sua planificação (Cembranos et al., 2001; Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação de entrada, surge com uma análise do desenho de projeto, e tem como função verificar o grau de concordância entre a finalidade, os objetivos e as ações definidas. É neste momento avaliativo que se verificam os constrangimentos, analisam-se as estratégias definidas e identificam-se alternativas (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

A avaliação de processo ocorre durante o desenvolvimento do projeto. Através da observação e do *feedback* dos participantes, analisam-se e ajustam-se as ações, de forma a corresponder aos objetivos previamente delineados e às necessidades identificadas. Só assim é possível redefinir e melhorar o desenho do projeto para ir ao encontro da transformação desejada (Cembranos et al., 2001; Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação do produto é feita no final do desenvolvimento das ações, de forma a compreender se os objetivos foram alcançados. Esta avaliação permite identificar e compreender a viabilidade das ações, para certificar se as necessidades foram colmatadas. É neste momento e após o término das ações, que se avalia o

êxito do projeto e o potencial de transformação social (Cembranos et al., 2001; Serrano, 2008; Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

Os indicadores de avaliação podem ser de carácter qualitativo ou quantitativo. Na IAP, os indicadores qualitativos são fundamentais na avaliação, na medida em que permitem recolher informações significativas obtidas através de processos participados, por exemplo, através de conversas intencionais ou das reflexões feitas com os intervenientes do projeto (Cembranos et al., 2001). A observação e a recolha de dados quantitativos é, também, fundamental, uma vez que permite a comparação de informação ou dados e a análise da evolução, positiva ou negativa, da solução de projeto proposta.

Em suma, a avaliação permite verificar a articulação entre o que se investiga e a ação realizada, contribuindo para a persecução da transformação desejada (Monteiro, 1996). O processo avaliativo dos projetos de educação e intervenção social deve ser um “elo de ligação entre a ação já desencadeada e a perspetivação de ações futuras, num processo coletivo de aprendizagem, contínua e na procura de uma otimização quantitativa e qualitativa das intervenções” (Monteiro, 1996, p. 138). Deve privilegiar-se a avaliação qualitativa, pois implica a participação dos intervenientes no projeto na análise de dimensões processuais. A avaliação deve ser realizada em todos os momentos do projeto, de forma a garantir uma avaliação contínua e permanente (Stufflebeam & Shinkfield, 1995).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

No presente capítulo, iremos abordar a definição do conceito de deficiência e incapacidade, fazendo uma breve referência histórica e distinguindo os três modelos existentes, com especial destaque para o modelo biopsicossocial. De seguida, serão clarificados os conceitos de estigma e exclusão social, particularmente importantes quando abordamos a vida das pessoas com deficiência. Será também analisado o papel da família enquanto rede de suporte primária. Por fim, será abordada a importância da participação e promoção dos direitos das pessoas com deficiência.

2.1. CONCEITO DE DEFICIÊNCIA E INCAPACIDADE

De acordo com os dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), estima-se que mundialmente existam mais de um bilhão de pessoas com deficiência cerca de 15% da população mundial (WHO, 2021). Quando comparadas com pessoas sem deficiência, as pessoas com deficiência parecem ter piores perspetivas em termos de saúde, ter níveis de escolaridade mais baixo, menor participação económica e taxas de pobreza mais elevadas (OMS, 2011). Tal parece dever-se ao facto de do acesso aos serviços como a saúde, educação e emprego lhes estar particularmente condicionado, sendo esta situação exacerbada em comunidades mais pobres (OMS, 2011)

Em Portugal, cerca de 11% de pessoas têm uma deficiência, física ou intelectual, “que as inibe de uma participação nas diversas dimensões da vida e da cidadania em iguais circunstâncias com as demais” (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, 2019). Importa referir que em Portugal, as pessoas com deficiência não estão implicadas no processo de tomada de decisão que afetam diretamente as suas vidas (Martins, Fontes, Hespanha & Berg, 2012).

Ao longo dos séculos as pessoas com deficiência eram vistas como diferentes, incapazes e, por isso mesmo, fora dos padrões sociais estabelecidos. Em casos extremos as pessoas eram vistas como se corporizassem a fúria dos deuses, podendo ser condenadas à morte (Gaudenzi & Ortega, 2016). A evolução e a verticalidade da ciência ditaram que as pessoas com deficiência deixassem

de ser capazes de controlar a sua própria vida, ficando dependentes das vontades e disponibilidades dos profissionais de saúde (Fontes, 2016). Desta forma, a ciência contribui para a conceptualização da deficiência enquanto “problema individual, corporal e médico, reduzindo-a às incapacidades e limitações individuais” (Fontes, 2016, p. 28). No século XVII começaram a surgir instituições, inicialmente de caráter religioso e posteriormente hospitais, que albergavam aqueles que na sociedade eram considerados “diferentes”, dando-se a formação de um “Estado terapêutico, com novas concepções de normal/anormal, sano/insano e de saudável/doente” (Fontes, 2016, p. 28). Estas novas concepções incluíam a progressiva distinção entre deficiências, como: físicas, sensoriais e mentais (Fontes, 2016). É importante ressaltar que a deficiência está relacionada com a estrutura do corpo, não podendo por isso ser considerada doença, uma vez que as doenças pressupõem cura e apoio médico (Sasaki, s. d). Passados vários anos, e já em meados de 1940, as pessoas com deficiência começaram a ser integradas em serviços de reabilitação, para posteriormente serem integradas na comunidade. Já no final da década de 90, do século XX, surge a inclusão e integração das pessoas com deficiência, designado de modelo social de deficiência, que será abordado posteriormente (Fontes, 2016; Sasaki, s. d).

É possível considerar três modelos e perspectivas sobre a deficiência, o modelo médico, o modelo social e o modelo biopsicossocial. O modelo médico, está relacionado com os avanços da medicina nos últimos séculos e “vem introduzir mudanças significativas no entendimento social da saúde e da doença e na forma como a sociedade lida com cada uma delas” (Fontes, 2016, p. 33). Segundo Anthony Giddens (2009) a função deste modelo é “oferecer um diagnóstico para a cura e a reabilitação dos ‘problemas’ sentidos pelas pessoas com alguma incapacidade” (p. 465), acreditando que a cura é o objetivo primordial. O modelo inspirou a Classificação Internacional de Incapacidades, Deficiências e Desvantagens (CIIDD), lançada em 1980, onde são distinguidos três conceitos: a incapacidade, a deficiência e a desvantagem. A incapacidade refere-se à “perda ou o funcionamento anormal de qualquer estrutura psicológica, fisiológica ou anatômica” (Fontes, 2016, p. 34). A deficiência é a complicação que surge da incapacidade em realizar atividades (Fontes, 2016). A desvantagem pode ser definida como a dificuldade na execução de tarefas, provenientes da incapacidade ou da deficiência, através de várias dimensões: como a orientação, a mobilidade, a independência física, entre outros, daqui podem advir sentimentos de stress e ansiedade (Amiralian, et al., 2000; Fontes, 2016). A definição de deficiência no modelo médico é ainda muito centrada no conceito de normalidade. A ruptura com a dicotomia entre normal e

patológico foi possibilitada pela introdução do modelo social (Gaudenzi & Ortega, 2016). O modelo médico teve várias consequências na vida das pessoas. Uma primeira consequência prende-se com o facto de o conceito de deficiência ser definido como um problema, pelo que esta conceptualização pressupõe a existência de respostas de carácter médico (Fontes, 2016). Uma segunda consequência relaciona-se com o facto de o modelo transformar as necessidades do sujeito em necessidades especiais, controladas e geridas por profissionais de saúde, definindo para as pessoas com deficiência uma “relação assimétrica de poder face às suas vidas” (Barnes & Mercer, 2010, citado por Fontes, 2016, p. 35). A terceira consequência do modelo médico reside na ideia de que as pessoas com deficiência que estejam “numa situação de dependência, ao mesmo tempo que reforçou a ideia de serem pessoas passivas” e que não são capazes de solucionar os seus problemas (Hughes, 2001, citado por Fontes, 2016, p. 35).

O modelo social da deficiência surge paralelamente à publicação da CIIDD e surge como resposta ao modelo médico. O preconceito de que as pessoas com deficiência sofrem interfere com o seu direito a participar ativamente, pressupõe o surgimento de “barreiras sociais, políticas, físicas e psicológicas criadas pela sociedade que limitam e constringem a vida das pessoas com deficiência” (Fontes, 2016, p. 36). O modelo social vem propor que estas limitações, que conduzem à exclusão social, sejam objeto de transformação. Nesse sentido, a *Union of the Physically Impaired Against Segregation*, uma instituição fundada em 1972 no Reino Unido, vem argumentar que a sociedade desempenha um papel fundamental na conotação negativa do termo deficiência e esta conotação isola e oprime as pessoas (UPIAS, 1976). A distinção entre incapacidade e deficiência é feita pela associação, no sentido em que a incapacidade se refere a uma perda ou disfuncionalidade de um membro ou órgão, enquanto a deficiência é o fenómeno criado pela sociedade, para a exclusão e opressão social (Fontes; 2016; UPIAS, 1976). Segundo Oliver (1996, citado por Fontes, 2016) “a deficiência não tem nada a ver com corpo, mas tudo a ver com a sociedade” (p. 37), fazendo cair por terra a teoria do modelo médico de que a deficiência está diretamente ligada com a incapacidade. Importa salientar que a crítica ao modelo social está associada à desconsideração das limitações que existem face às incapacidades. Porém, os defensores do modelo social referem não contestar as experiências no que respeita o corpo, nem as incapacidades que existem. Tal como refere Fontes (2016) o “foco na construção social da deficiência não nega, de forma alguma, a experiência do corpo e o impacto das incapacidades na vida das pessoas com deficiência” (p. 38).

Em resposta às limitações do modelo médico e do modelo social definidas pela CIIDD, surge o modelo biopsicossocial da deficiência, tendo sido criada em maio de 2001 a Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), cujo objetivo primordial é a “classificação das consequências das condições de saúde” (Fontes, 2016, p. 39). Esta classificação reconhece a dimensão social, que integra o modelo social da deficiência, na importância da luta dos direitos das pessoas com deficiência, da investigação científica, das respostas jurídicas, políticas e sociais. Propõe também uma nova definição para o conceito de deficiência, utilizando a expressão de incapacidade. Assim as limitações à participação com base na incapacidade, podem ser um indicador do desempenho junto da comunidade onde os indivíduos estão inseridos (Fontes, 2016; Gaudenzi & Ortega, 2016; OMS, 2004). Contudo, quando a OMS elaborou a CIF, tinha como proposta que esta não fosse apenas usada para as pessoas com deficiência, mas sim para todos os sujeitos, usando uma linguagem universal entre todos os profissionais, não só os da área da saúde (Gaudenzi & Ortega, 2016; OMS, 2004). Tendo em conta os modelos anteriores, o modelo biopsicossocial procura compreender a dimensão biológica e os fatores contextuais, ou seja, aqueles que estão relacionados com meio, com as atitudes sociais, os fatores individuais, as experiências dos indivíduos e a forma como lidam com a incapacidade (Fontes, 2016). Contudo a CIF não se opõe a que a deficiência também seja uma questão ligada à medicina e um problema individual, ao contrário do que é perspectivado que poderá ser uma questão política e um problema social, daí ser importante a forma como se definem os problemas e as respetivas soluções (Fontes, 2016). Os três modelos supramencionados, foram fundamentais para se compreender a estrutura cronológica da deficiência. Inicialmente surge a causa, ou seja, a origem da deficiência; depois o impedimento, que está na natureza do problema; seguidamente, o impedimento, que gera a deficiência; e, por último a incapacidade, que são as barreiras que a pessoa com deficiência tem de enfrentar (Sasaki, s. d).

Ainda no que se refere ao conceito de deficiência, importa distingui-lo do conceito de incapacidade. O conceito de deficiência pode ser definido como a “perda ou alteração de uma estrutura ou de uma função psicológica, fisiológica ou anatómica, de carácter temporário ou permanente” (Encarnação, et al., 2015, p. 23), que implica a compreensão dos conceitos de autonomia e normalidade. Por sua vez, o conceito de incapacidade está associado à dificuldade de execução de uma tarefa, podendo esta ser “temporária ou permanente, reversível ou irreversível, progressiva ou regressiva” (Encarnação, et al., 2015, p. 23). De acordo com o tipo de

limitação que possuem, as pessoas com deficiência poderão não conseguir desempenhar todas as atividades de forma autónoma, podendo necessitar de apoio ao nível instrumental e de cuidados (Gaudenzi & Ortega, 2016). O acesso condicionado a direitos fundamentais das pessoas com deficiência tem sido posto em causa por uma sociedade discriminatória e individualista (Fontes, 2016).

Em setembro de 2007, Portugal assinou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo como objetivo “promover, proteger e garantir o pleno e igual gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (Nações Unidas, 2006, p. 2). Fazendo referência aos princípios da Convenção foi elaborada a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência, para o período entre os anos de 2021 -2025, onde é sublinhada a importância da “participação das pessoas com deficiência (princípios de singularidade, cidadania, não discriminação, autonomia, informação, participação, globalidade, qualidade, primado da responsabilidade pública, transversalidade, cooperação e solidariedade)” (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, 2021, p. 4). Contudo, ainda hoje o direito à participação das pessoas com deficiência ainda não está assegurado. Existem barreiras impostas socialmente que conduzem à discriminação e à exclusão social, por exemplo no que refere ao acesso ao mercado de trabalho ou à educação. Desta forma, as pessoas ficam impedidas de exercer os seus direitos de forma igualitária, comprovando-se a violação dos “direitos humanos e liberdades fundamentais” (Nações Unidas, 2006, p. 3). No próximo subcapítulo, serão abordados os temas da exclusão social e do estigma que criam barreiras na interação, liberdade e participação das pessoas com deficiência.

2.2. EXCLUSÃO SOCIAL E ESTIGMA

As pessoas com deficiência são vítimas da exclusão social e do estigma. Segundo Alfredo Bruto da Costa (1998), o conceito de exclusão social é complexo, multidimensional e heterogéneo, sendo mais frequentemente encontrado em pessoas que se encontrem em situação de

vulnerabilidade. A exclusão social pode ainda ser de origem económica, social, cultural, patológica ou relacionada com comportamentos autodestrutivos (Costa, 1998; Giddens, 2009).

Para Giddens (2009, p. 1232), o estigma é “qualquer característica física ou social que se acredita inferiorizar alguém”.

O ato de desaprovação social de características específicas que vão contra um padrão normalizado ao nível cultural, social e económico ditado pela sociedade, causado por sentimentos de rejeição, faz com que a pessoa passe a acreditar que não consegue corresponder ao que é esperado dela, passando também a ter baixa autoestima, vergonha e revolta (Fazenda, 2008; Sousa, 2017).

Dentro do estigma é possível identificar quatro processos sociocognitivos: a) os indícios; b) os estereótipos; c) o preconceito; e d) a discriminação (Corbiere, Samson Villotti, & Pelletier, 2012, citados por Sousa, 2017; Fazenda, 2008). Os estereótipos, o preconceito e a discriminação, podem ser considerados como enquadrados no estigma objetivo. Por sua vez, quando o estigma é subjetivo, existe uma interiorização do preconceito que leva a pessoa a acreditar que é incapaz de estar na sociedade (Fazenda, 2008). No processo de construção da identidade, a pessoa estigmatizada tende a ser insegura face às suas representações, levando-a a procurar grupos com os quais se identifique. A construção destes grupos pode levar “à militância política, no sentido de modificar o preconceito social, retirando o estigma da característica diferente que o indivíduo apresenta” (Fazenda, 2008, p. 31).

A discriminação está associada a vários aspetos da vida quotidiana e abrange todos os cidadãos da mesma forma. O ato de discriminar pode incluir figuras pública, diferentes culturas ou etnias, entre outros (Silva, 2005). Segundo Orlando Silva (2005), a discriminação na deficiência está intrinsecamente ligada a alguns fatores, entre eles: o receio de lidar com a deficiência, o desconhecimento acerca da mesma, as barreiras existentes nas habitações, e a limitação de acesso à liberdade, participação e integração comunitária. Neste sentido, a discriminação tem “como objetivo ou efeito impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício, em condições de igualdade com os outros, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais no campo

político, económico, social, cultural, civil ou de qualquer outra natureza” (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, 2019, pp. 92-93).

Ainda que a família deva representar o papel de suporte e impulsionar a integração social e reabilitação da pessoa com deficiência, nem sempre assim sucede. Esta atitude associa-se, uma vez mais, ao desconhecimento generalizado da deficiência e ao conseqüente estigma social. Esta postura deveria ser substituída pelo maior interesse no conhecimento das características da deficiência de modo a criarem-se estratégias que visem a integração do indivíduo ao invés de o excluir (Fontes, 2016; Silva, 2005).

Preferem abandonar a pessoa a tentar remediar a situação, tentando perceber o porquê da situação e procurando ajudar, desempenhando assim um papel ativo na sua integração na sociedade. O mais comum é afastarem-se, deixando a pessoa sozinha e desamparada e à parte. Para a sociedade em geral, é mais fácil criticar e deitar abaixo um indivíduo do que recuperá-lo(a) (Silva, 2005, p. 180).

Por outro lado, o estigma e a exclusão social, não são só sentidos pelas pessoas com deficiência, mas também pela sua família. O estigma contribui, muitas vezes, para que surjam no seio familiar sentimentos de culpa e vergonha sobre a situação de incapacidade de um familiar (Fazenda, 2008). A relação coesa, próxima e afetiva entre familiares e as pessoas significativas das redes de suporte à pessoa com deficiência, constituem-se como uma alavanca à promoção do bem-estar (subjetivo) e da promoção da independência e autonomia. Estas redes protetoras, garantem e estimulam o suporte e segurança. Se uma relação se pode apresentar como um fator protetor, em casos de disfuncionalidade pode representar um fator de risco, pelo que urge entender as dinâmicas familiares para promover uma intervenção adequada (Dessen & Silva, 2000).

2.3. IMPORTÂNCIA DA FAMÍLIA

A família é “uma unidade social significativa inserida na sociedade mais ampla, tendo influência na determinação do comportamento humano e formação da personalidade dos seus membros” (Messa & Fiamenghi Jr., 2010, p. 530).

Quando numa família nasce uma pessoa com deficiência, o impacto não se reflete apenas na família nuclear, mas implica também um esforço de adaptação da família alargada à nova realidade (Messa & Fiamenghi Jr., 2010). Segundo Messa e Fiamenghi (2010, p. 530), a existência de um irmão acaba por ser fundamental, não só para o futuro, como uma rede de apoio, mas também como sendo um “laboratório social”, onde os indivíduos podem experienciar diferentes papéis sociais. Portanto, é esperado que estes familiares diretos, assumam diferentes papéis ao longo da vida das pessoas com deficiência, estabelecendo uma relação de companheirismo e apoio.

Existem também várias dificuldades sentidas pelas famílias no subsistema fraterno. Segundo os autores Messa e Fiamenghi Jr (2010), verifica-se um aumento de responsabilidades e de funções existentes na família. Também se confirma a necessidade de fazer face às atitudes de preconceito existentes na comunidade e que interferem com o bem-estar e com as relações de fraternidade. Pode ainda verificar-se uma diminuição da atenção por parte dos progenitores em relação a outros filhos, bem como a existência de sentimentos de culpa e de vergonha (Messa & Fiamenghi Jr., 2010).

O papel da família torna-se extremamente importante uma vez que é a principal responsável pelo suporte e pelo desenvolvimento da pessoa, para isso é importante que possam promover um ambiente estimulador e beneficiem de uma rede de relações sociais saudáveis (Dessen & Silva, 2000). A família assume também um papel de mediação no suporte aos inúmeros desafios com os quais a pessoa com deficiência se irá confrontar ao longo da sua vida (Maia, 2009).

A maioria das famílias das pessoas com deficiência busca uma rede de suporte, que possa ajudar o seu familiar a tornar-se mais autónomo e independente (Fazenda, 2008).

As IPSS são normalmente estruturas que oferecem uma rede de apoio, muitas vezes usadas pelas famílias das pessoas com deficiência. De forma que as instituições possam intervir de forma eficaz, é necessário que existam profissionais capacitados que estabeleçam com as famílias uma rede de colaboração positiva. Estes profissionais devem atender ao facto de que cada família é única e dotada de capacidades e características próprias. Devem procurar formações, informações e capacitações para melhorar o seu desempenho profissional, bem como, procurar

desenvolver atividades que promovam o empoderamento das famílias (Fazenda, 2008; Messa & Fiamenghi Jr., 2010).

Partilhar informação, reconhecer competências, fornecer suporte em momentos de crise, ajudar a estabelecer fronteiras mais saudáveis, entre a família e o seu membro perturbado, orientar na procura de soluções e recursos, são tarefas que os assistentes sociais podem desenvolver se estiverem atentos às necessidades das famílias (Fazenda, 2008, p. 57).

Assim, é importante salientar que cada família deve ser considerada única no que respeita à forma como lida com a deficiência do familiar (Messa & Fiamenghi Jr., 2010). A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência também contempla a família, referindo o direito que têm de “receber a protecção e assistência necessária para permitir às famílias contribuírem para o pleno e igual gozo dos direitos das pessoas com deficiência” (Nações Unidas, 2006, p. 2), sendo um destes, o direito à participação.

2.4. PARTICIPAÇÃO

Segundo Paulo Delgado (2006), poderemos entender “participação como a possibilidade de tomar parte, voluntária e responsabilmente nos processos de decisão em que estamos envolvidos e que pretendemos influenciar ou, para os quais pretendemos contribuir de algum modo” (p. 37). Por sua vez, autores como Rosa Lima (2003, p. 327) indicam que:

A participação, é um princípio, conjugado com uma racionalidade predominantemente emancipatória e interaccional, o que exige descentralização; os elementos do grupo são voluntários e aderem aos processos responsabilizantes desde o início, e o tempo não é dinheiro, pelo menos não no sentido e na medida mais comum: é antes um dos elementos em que o processo de desenvolvimento repousa e de que esta investigação/educação necessita em abundância (Lima, 2003, p. 327).

Para Bordenave (1994), “a participação é inerente à natureza social do homem, tendo acompanhado a sua evolução” (p. 17). Assim sendo, participação é “fazer parte, tomar parte ou ter parte” (Bordenave, 1994, p. 22) e, quando se trata de uma participação ativa, as pessoas intervêm no momento de tomada de decisão. De acordo com Paulo Freire (2014, citado por Agostini & Silveira, 2018), a participação implica um “conhecimento crítico de sua realidade” (p. 155).

Da síntese dos autores referidos, entendemos que a participação é um processo que advém da capacitação e do empoderamento dos atores sociais. Só desta forma as pessoas conseguem usufruir deste direito na sua plenitude.

O empoderamento promove a evolução dos conceitos de autonomia e de responsabilidade, sendo para isso necessário que exista uma compreensão sobre a discriminação e a exclusão de que são alvo por parte da sociedade, não permitindo que estas possam participar ativamente e exercer em plenitude os seus direitos (Fazenda, 2008).

A capacitação é o processo através do qual as pessoas diminuem as valorizações redutoras dos grupos sociais mais fortes sobre os mais vulneráveis, tendo como objetivo primordial a justiça social, através de processos que devolvam aos sujeitos o controlo das suas vidas, para que sejam empoderados e habilitados de forma a autonomizarem-se (Payne, 2002). Assim, é importante que se valorizem os seus direitos e a sua participação, de forma a tentar diminuir o estigma e os mitos que existem em torno das pessoas com deficiência (Fazenda, 2008).

A qualidade da participação não é algo inato, esta deve ser apreendida e aperfeiçoada na relação dialógica que existe entre a prática e a reflexão. Quando as pessoas têm conhecimento da realidade, quando são capazes de refletir, de respeitar as opiniões, minimizar conflitos, e de compreender novos significados para as palavras, está intrínseco que a qualidade da participação vai aumentar (Bordenave, 1994).

Paulo Freire (1891) refere que o processo de conscientização permite uma tomada de consciência face às contradições em que a pessoa vive, num processo reflexivo, levando-o a compreender a sua realidade individual e social, ter consciência das suas necessidades e desta forma promover a transformação individual e social (Freire, 1981). Conscientizar as pessoas significa transformar, sendo que a transformação implica um conhecimento profundo da realidade, para que esta possa ser mudada (Agostini & Silveira, 2018).

A participação das pessoas é extremamente importante, não só no que respeita à prestação de cuidados, mas também à promoção da cidadania. Para isso, é importante que se envolva a família na definição das necessidades, na avaliação e no planeamento dos diferentes serviços, sendo

importante que os órgãos de poder estejam disponíveis para aceitar esta participação. É fulcral que o direito das pessoas em expressar as suas vontades, interesses, desejos e opiniões, seja reconhecido. As instituições devem promover a participação das pessoas, no sentido de estas poderem controlar as suas vidas, sendo conscientes e críticos; promover grupos de ajuda e associações para promover o empoderamento e a representação dos interesses das pessoas (Agostini & Silveira, 2018; Ander-Egg, 2000; Fazenda, 2008).

O diálogo torna-se uma força eficaz no que respeita a participação. Este não significa apenas o ato de conversar, mas o ser empático, o saber respeitar as diferentes opiniões, partilhar informação, conseguir expressar as experiências, sejam elas positivas ou negativas, e é ser tolerante. Através do diálogo melhoramos a nossa capacidade de falar, de escutar e de dominar as técnicas de dinâmicas de grupo (Bordenave, 1994). Isto, recorda-nos a matriz pedagógica do diálogo criada por Paulo Freire (1967), que está assente no “amor, humildade, esperança, fé, confiança, criticidade” (p. 107).

Uma outra dimensão fundamental da participação e dos direitos da pessoa com deficiência é o acesso ao emprego justo e digno. De forma a promover uma maior participação e a criar sentimentos de pertença, é importante criar oportunidades de emprego (Nações Unidas, 2006). As modalidades de emprego para as pessoas com deficiência podem ser distinguidas entre apoiado e protegido. No emprego apoiado, as “limitações de atividade e restrições de participação dificultam significativamente o seu acesso ao emprego em regime normal de trabalho” e o grau de incapacidade deve situar-se entre os 30% e 90%, para o exercício das funções profissionais (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, 2019, p. 37). No emprego protegido, as pessoas com deficiência, com grau de incapacidade entre os 30% e os 75%, são integradas “em centros de emprego protegido, ou seja, estruturas produtivas, dotadas de autonomia administrativa e financeira”, nestes espaços pretende-se desenvolver “competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração” (Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social, 2019, p. 37). Pressupõe-se que “a pessoa com deficiência deva ser incluída na sociedade e no trabalho tendo por parâmetro suas potencialidades, e que as organizações e a sociedade precisam se ajustar para garantir a plena participação dessas pessoas” (Carvalho-Freitas & Marques, 2007, p. 72), ou seja, as entidades patronais devem focar-se nas potencialidades que a pessoa tem para o exercício da função.

Daqui decorre a relevância dos projetos de intervenção psicossocial que, segundo Afonso (2011), visam a transformação social, tendo por base as escolhas feitas pelos atores sociais que serão diretamente afetados, ou seja, é a “capacidade do sujeito de produzir sentidos e de fazer escolhas dentro do contexto social” (p. 448).

Em suma, a participação corresponde a uma necessidade intrínseca ao indivíduo. A participação é um direito; um processo que desenvolve a consciência crítica; algo que está em constante aperfeiçoamento; pode ser provocada por outra pessoa, não querendo significar uma situação de obrigação; gera uma melhor comunicação entre as organizações; deve ser respeitada sem que sejam criados juízos de valor; e, tanto pode gerar conflitos, como também os pode travar (Bordenave, 1994).

3. ANÁLISE DA REALIDADE

No presente capítulo, pretende-se fazer uma caracterização e análise do contexto, orientando a descrição do geral para o particular. Assim, apresentar-se-á num primeiro momento o enquadramento da instituição e da resposta social, passando-se posteriormente para uma caracterização das pessoas e da equipa técnica com quem foi desenvolvido o projeto, concluindo com a descrição das rotinas e do plano de atividades da valência.

Sendo um projeto desenvolvido pela metodologia IAP, procurou-se a ampliar a voz de todas as pessoas implicadas nesta realidade social, nomeadamente de todas as pessoas que frequentam o CAO e quando possível dos seus familiares, bem como da respetiva equipa técnica. Este conhecimento foi realizado ao longo dos dias em que estive presente na resposta social e dos acompanhamentos realizados no âmbito de visitas domiciliárias aquando do confinamento. Foram utilizadas variadas técnicas para a recolha de informação: análise de documentação interna e legislação; observação participante; conversas intencionais com os diferentes atores sociais. Foram também realizados exercícios de dinâmicas de grupo onde foi possível recolher informação e problematizar processos de participação ativa.

3.1. INSTITUIÇÃO

A IPSS em causa foi fundada na década de 80 e encontra-se num concelho pertencente à zona norte do país. Segundo os dados da Pordata (2021) o concelho tem aproximadamente 165.000 habitantes, distribuídos por uma área geográfica de aproximadamente 100km². É ainda possível verificar que desta população cerca de 70% encontra-se em idade ativa, ou seja, entre os 15 e os 64 anos de idade; e 20% têm idade superior a 65 anos.

No concelho onde está inserido o CAO, existem mais instituições que apoiam a comunidade nas diferentes faixas etárias, nomeadamente, creches e jardins de infância, ATL, centros de dia, lares e respostas sociais que apoiam crianças e adultos com deficiência. É importante salientar que na

freguesia em que a IPSS está inserida, existe uma boa rede de transportes e de serviços que apoiam toda a população, designadamente serviços escolares, de saúde, comércio e desportivos, com as quais a mesma estabelece parcerias.

De acordo com Sousa (2012), as IPPS “são uma realidade multissecular na sociedade portuguesa” (p. 7), onde se vão criando várias respostas sociais, que beneficiam a comunidade e que têm para o Estado um custo mais baixo (Decreto-Lei nº 172-A/2014). O que está na base de uma IPSS é o facto de pertencerem ao setor social e cooperativo, mais precisamente aos “meios de produção comunitários, possuídos e geridos por comunidades locais”, conforme nº 4 d) do artigo 82º da Constituição da República Portuguesa (Assembleia da República, 1976, p. 29).

As IPSS encontram-se integradas na Lei de Bases da Economia Social, conforme artigo 4º da Lei nº30/2013. De acordo com a finalidade desta mesma lei, as entidades, devem “prosseguir o interesse geral da sociedade, quer diretamente através da prossecução dos interesses dos seus membros, utilizadores e beneficiários, quando socialmente relevantes” (Lei nº 30/2013, p. 2727). Assim sendo, os princípios orientadores das IPSS preveem a participação, a aliança entre os interesses dos indivíduos e da comunidade, a igualdade, o respeito pelos valores, a transparência e a gestão que é autónoma e independente (Lei nº 30/2013).

Nesta IPSS existem variadas respostas sociais que prestam serviço a crianças, idosos e pessoas com deficiência, contando com cerca de 50 trabalhadores para apoiar as 200 pessoas que integram os diversos serviços. Em conversa intencional com a DT e após análise do organograma que se encontra disponível no site da IPSS, foi possível compreender que a Direção Técnica é a mesma no que respeita às valências dos idosos e das pessoas com deficiência, tendo a resposta social para as crianças outra DT, bem como uma Direção Pedagógica.

Aquando da análise do organograma da instituição, foi possível compreender que este não espelha a realidade atual, no sentido em que existe uma Direção Técnica apenas para as respostas sociais dirigidas aos idosos e outra Direção Técnica para a valência do CAO. Porém, atualmente, não é o que acontece, como já referido. Ainda assim, da primeira linha do organograma constam os órgãos gerentes da instituição, nomeadamente a direção e o conselho fiscal. Na segunda linha do organograma encontram-se as Direções Técnicas e a Direção

Pedagógica das diferentes valências e na terceira linha as respostas sociais da instituição e respetivas equipas técnicas. A par das valências e da respetiva Direção Técnica, é possível perceber que existem os serviços administrativos e financeiros, os serviços gerais e de voluntariado. Após a análise do organograma, é possível compreender a forma como é distribuída a responsabilidade de gestão da instituição e os serviços que integram a mesma (Mintzberg, 1995).

No que se refere à missão de uma IPSS existem três conceções: “a estatizante, a de autorresponsabilização e a de cooperação” (Sousa, 2012, p. 7). A primeira indica-nos que o principal responsável pela ação-social é o Estado; a segunda refere-se ao facto de as instituições surgirem e serem a base de uma comunidade, onde o objetivo é a resolução dos problemas sociais; a terceira e a que predominou, é uma síntese das conceções anteriores, onde as instituições têm um compromisso com as pessoas às quais prestam apoio (Sousa, 2012). Assim sendo, e no que diz respeito à missão desta IPSS e de acordo com o escrito na página de internet, é possível compreender que os objetivos e a finalidade da instituição são a prestação de serviços, doação de bens e a “promoção do bem-estar e qualidade de vida das pessoas, famílias e comunidades”, nomeadamente no auxílio das famílias, das pessoas com deficiência e incapacidade, entre outras (informação retirada do site da instituição).

Por sua vez, a visão da instituição sublinha a importância de atividades de cariz cultural, de saúde ou recreativo sem fins lucrativos. É ainda possível a atribuição de autonomia a alguns serviços em parceria com outras entidades para o desenvolvimento de atividades, contudo os bens monetários que daí possam advir devem ser exclusivos para os gastos da atividade (informação retirada do site da instituição).

3.2. CENTRO DE ATIVIDADES OCUPACIONAIS

A IPSS supramencionada dispõe de variadas valências que pretendem dar resposta às necessidades das diferentes faixas etárias. Contudo, a resposta social, denominada de CAO, onde se irá desenvolver o projeto, destina-se a pessoas com deficiência.

O CAO é uma resposta social que acolhe pessoas com idade igual ou superior a 16 anos com deficiências e incapacidades. Esta resposta social visa a promoção e a disponibilização de condições que permitam uma melhor qualidade de vida, através de atividades que promovam o desenvolvimento das capacidades das pessoas. Estas atividades devem ser desenvolvidas junto da comunidade envolvente, de forma a promover a sua participação ativa sempre que seja possível (ISS, 2007). Esta valência tem ao longo dos tempos sofrido uma evolução no que respeita as dinâmicas de trabalho, tentando estabelecer diversas parcerias e contextos que auxiliem na resolução dos problemas e uma melhor adequação das respostas (ISS, 2007).

Os objetivos desta valência estão mencionados no ponto 1 e 2 do artigo 2º da Portaria nº 432/2006, sendo eles: a valorização pessoal e o desenvolvimento da pessoa, tendo em vista a sua autonomia; e a integração socioprofissional, sendo que as atividades socialmente úteis devem ser adequadas a cada pessoa.

No que respeita às atividades ocupacionais, estas podem ser divididas nas que são socialmente úteis e as que são estritamente ocupacionais. As primeiras são aquelas que promovem a valorização pessoal, através das potencialidades e da autonomia da pessoa, sendo que é expectável que o indivíduo possa integrar programas socioprofissionais. As segundas, como o próprio nome indica, são atividades que mantêm a pessoa ativa, de forma que seja possível um equilíbrio entre o seu bem-estar físico, emocional e social (ISS, 2007).

Em março do corrente ano, foi publicada a Portaria nº 70/2021 que vem regulamentar aquela que será a nova resposta social que irá suceder e substituir o atual CAO, denominada de Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI). De acordo com o artigo 1º desta portaria, o CACI tem como objetivo o desenvolvimento de atividades que visam a “promoção da sua qualidade de vida, possibilitando um maior acesso à comunidade, aos seus recursos e atividades e que se constituam como um meio de capacitação para a inclusão, em função das respetivas necessidades, capacidades e nível de funcionalidade” (Portaria nº 70/2021, p. 24).

O CAO desta IPSS iniciou a sua atividade na década de 90 e atualmente tem capacidade para 20 pessoas. No regulamento interno constam variadas informações, nomeadamente o horário de funcionamento e os apoios que são prestados, particularmente no que se refere ao transporte, à

alimentação, aos cuidados de higiene na administração de fármacos e no apoio psicossocial. São desenvolvidas atividades de vida diária (AVD) e atividades relacionadas com artes manuais, estimulação cognitiva, informática, têxtil e desporto. Ainda de acordo com o regulamento interno da valência, o CAO tem como principais objetivos: a promoção do respeito pelos direitos das pessoas; divulgar e cumprir as regras e os princípios; promover a participação de todos os intervenientes desta valência, nomeadamente os familiares das pessoas que usufruem do mesmo.

Para que possam ingressar o CAO, de acordo com o regulamento interno, as pessoas devem ter uma deficiência ou de uma incapacidade, possuir um atestado médico de incapacidade multissusos que comprove esta situação, um comprovativo de que a pessoa não pode frequentar um emprego protegido e residir na freguesia onde se localiza a instituição ou num local próximo. Em casos excecionais e de emergência podem ainda ser admitidas pessoas com idade inferior a 16 anos.

O CAO encontra-se atualmente num local provisório, não reunindo as melhores condições de acessibilidade. As anteriores instalações encontram-se em obras, prevendo-se o regresso às mesmas em meados de setembro de 2021. Em conversa intencional com a Terapeuta Ocupacional (TO), foi possível compreender que o facto do atual local não estar adaptado às necessidades da valência, inviabiliza a realização de algumas atividades que eram executadas anteriormente, nomeadamente a confeção de algumas refeições:

Quando estávamos do outro lado, eram eles que preparavam a salada, lavavam a louça e até chegamos a fazer sopa e pizzas. Aqui como não temos equipamentos é impossível fazer estas atividades. Existiam também espaços como a horta, que eles cultivavam e cuidavam, e um campo de futebol, onde realizavam as atividades desportivas, com um professor voluntário. Estas atividades são das que mais gostavam de fazer (TO).

Esta valência revela-se fundamental para as pessoas que a integram, uma vez que para a maioria é um local seguro onde podem estar enquanto os familiares desempenham a sua atividade profissional, sendo uma resposta social de apoio e suporte para muitos. Porém também é um local de companhia, onde as pessoas podem conviver e realizar atividades que se permanecessem em casa não tinham oportunidade de realizar.

Ao longo dos dias em que estive presente no CAO, em várias conversas com as pessoas, compreendi a importância da valência para a maioria das pessoas. Estas verbalizaram o gosto que têm em estar nesta resposta social: “Gosto de vir para o centro, porque aqui tenho os meus amigos” (H.); “Eu sei que tenho de vir para aqui porque os meus familiares têm de ir trabalhar” (J.) e “Gosto de vir para a escola” (N.).

3.3. CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS

Para se conhecer a realidade é importante que se conheçam os atores sociais envolvidos. Deste modo, será realizada a sua caracterização por serem parte integrante desta resposta social e do projeto. Iniciaremos a caracterização pelas pessoas que frequentam o CAO. Aquando da realização do projeto 14 pessoas integram esta resposta social, sete do sexo feminino e sete do sexo masculino, sendo que as idades se situam entre os 20 e os 60 anos, situando-se a média de idades nos 43 anos (DP = 14.8). Através da observação participante e de conversa intencional com a DT, compreendi que a maioria das pessoas, já se encontra na resposta social há vários anos, apesar de haver pessoas que frequentam o CAO há poucos meses.

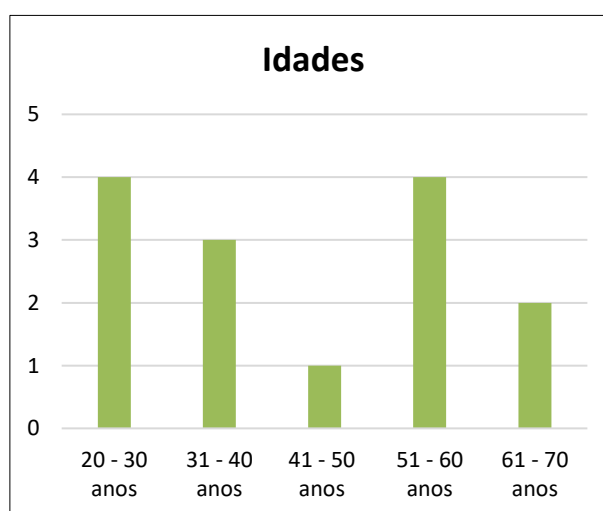


Figura 1. Gráfico de Idades das Pessoas do CAO

O grau de incapacidade¹ das pessoas que frequentam o CAO, é comprovado pelo atestado médico de incapacidade multiusos, e situa-se entre os 60 e os 99%. Porém, através da observação participante e das conversas intencionais com a TO, foi possível constatar que a maioria das pessoas é autónoma e não necessita de ajuda para se movimentarem, apesar de algumas pessoas precisarem de apoio quando têm de subir escadas ou fazer caminhadas mais longas, solicitando apoio a um elemento da equipa. Desta forma, fui percebendo que existem pessoas que conseguem ser bastante independentes e conseguem contribuir com a realização de tarefas diárias: “Alguns deles são capazes de cozinhar, fazer as tarefas domésticas, ir às compras, andar de transportes públicos sozinhos, entre outras coisas. Uma das dificuldades que têm é em recorrer aos serviços no sentido que não se conseguem expressar para solicitarem o que querem. Porém, existem outras pessoas que já têm mais dificuldades em fazer estas coisas e que necessitam sempre de supervisão e ajuda de algum familiar ou técnico” (TO).

Através de conversas intencionais com a equipa técnica e da observação participante, também fui compreendendo que as pessoas que atualmente frequentam o CAO residem com os seus familiares, na sua maioria o pai e, a mãe e/ou irmãos, sendo estes a sua principal rede de suporte. Porém, em caso de necessidade, há famílias que recorrem à rede de vizinhança, que lhes vai prestando apoio. Antes da pandemia havia pessoas que frequentavam o CAO, mas que, por questões de segurança e para não estarem em contacto com os outros, tiveram de suspender a sua ida para a valência. Estas pessoas, frequentavam em simultâneo outra resposta social da instituição, onde pernoitam e têm acesso a todos os cuidados de higiene e de saúde, apoio psicossocial e frequência em atividades recreativas e de lazer, uma vez que não tinham retaguarda familiar. Estas informações sobre a valência foram retiradas do site da internet da IPSS.

Como consequência do confinamento obrigatório devido à COVID-19, o CAO teve de encerrar durante 10 semanas, entre o dia 25 de janeiro e 5 de abril de 2021. Nesse período foram realizadas visitas domiciliárias às pessoas que mostraram disponibilidade para este acompanhamento mais próximo, conforme será posteriormente clarificado. Neste momento, foi-me dada a oportunidade

¹ O grau de incapacidade, é um valor expresso em percentagem que representa o grau de deficiência ou incapacidade da pessoa, de acordo com a Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais, conforme o Decreto-Lei nº 352/2007 do dia 23 de outubro.

de poder estar presente e também conhecer, ainda que de uma forma muito breve, os familiares das pessoas que frequentam o CAO.

Tive a oportunidade de constatar que a maioria das famílias fez questão de estar presente aquando da visita, de forma a compreenderem o trabalho que as técnicas estavam a propor para a semana. Esta circunstância foi sentida pela TO como oportunidade para conhecer a família ou rede de suporte de algumas das pessoas que frequentam o CAO: “o confinamento e a altura que fomos a casa deles foi benéfico, porque tive a oportunidade de conhecer alguns familiares que não conhecia, pois como a maioria vão no transporte e quando é necessário falar ou dar algum recado a um familiar é pelo telefone”.

Pelo que me foi possível compreender e observar, a relação com as famílias carece de aprofundamento, no sentido em que estas vão à instituição ou contactam os técnicos quando é estritamente necessário. Aquando do confinamento obrigatório, fui compreendendo que para muitas famílias, o facto do seu familiar não poder ir para o CAO, tinha implicações muito relevantes na sua vida e na sobrecarga familiar. Alguns familiares foram referindo: “A I. deixou de ter as rotinas a que estava habituada, agora nunca se quer levantar cedo e quer passar o dia na cama. Às vezes peço para me vir ajuda, por exemplo a pôr a mesa e não ela não quer, só quer estar na cama, e está sempre a perguntar pelos colegas.” (MI.); “Ele em casa anda sempre atrás de mim, a fazer perguntas, não me larga um momento, está sempre a perguntar quando é que o CAO abre.” (MP.); “Tive de deixar de ir trabalhar para poder estar em casa, a prestar-lhe o apoio que precisa, porque não pode ficar sozinha. Quando o CAO está aberto, estamos descansados, porque sabemos que lá as pessoas estão em segurança.” (PN.).

Durante este tempo, foram realizadas atividades no domicílio das pessoas, relacionadas com a pintura, o treino da motricidade fina e ainda algumas atividades físicas e motoras. Na realização destas atividades, principalmente nas relacionadas com as artes manuais e com as físicas e motoras, as pessoas mostraram-se mais motivadas. Em algumas famílias, estas atividades eram realizadas por todos os elementos do agregado familiar. Apesar das atividades físicas e motoras serem enviadas via *whatsapp*, algumas pessoas conseguiram realizá-las de forma autónoma, por sua vez, para aquelas que necessitavam de apoio do familiar a tarefa tornou-se mais complexa por dificuldades em utilizar os equipamentos tecnológicos. Aquando das visitas domiciliárias, as

peças que frequentam o CAO e as suas famílias, mostraram-se sempre recetíveis à nossa presença e aproveitavam este momento para questionar como estavam os colegas e para falar de algumas questões que os podiam estar a preocupar, como por exemplo, o facto de estarem mais sozinhos por não poderem ir para o CAO e questões associadas a doenças de familiares.

No que se refere à integração no CAO, em conversa intencional com a DT, foi-me explicado que, quando existe uma candidatura por parte de uma pessoa ou da sua família, é estritamente necessário que haja o consentimento da pessoa que irá frequentar a valência. Durante o plano de acolhimento, que dura cerca de dois meses, as pessoas procuram adaptar-se às rotinas da instituição e é feita a sua integração. Neste momento da candidatura, são preenchidos várias instrumentos de avaliação, nomeadamente a escala de *Gencaç*, que avalia a qualidade de vida da pessoa através da multidimensionalidade, da cultura, das componentes objetivas e subjetivas que é influenciada por fatores internos e externos (Schalock, & Verdugo, 2007); o Índice de *Barthel*, que é feito no momento da inscrição e refere-se à avaliação do nível de dependência, ou seja, é uma escala que pretende avaliar a capacidade das pessoas em realizar as AVD, pontuando e ponderando as capacidades do indivíduo na realização destas atividades (Cid-Ruzafa, & Damián-Moreno, 1997; Solís, Arroija, & Manzano, 2005); o APGAR Familiar, um autorrelato elaborado com o familiar responsável, em que se pretende compreender as relações familiares e a percepção que a pessoa tem acerca da sua família, da adaptação, da participação, do crescimento, da afetividade e da dedicação (Cuba, & Espinoza, 2014; Ferreira, & Fiamenghi-Jr, 2015); a escala de *Gijon*, que mede as condições sociofamiliares, os riscos e os problemas sociais (Domingues, et al., 2012); a escala de *Zarit*, que quantifica a sobrecarga do cuidador e a relação que este estabelece com a pessoa que necessita de apoio (Sequeira, 2010); e o Índice de *Lawton*, que avalia a capacidade de execução das atividades instrumentais de vida diária (AIVD) (Maciel, & Guerra, 2007).

Todos estes questionários são preenchidos pela DT na presença das pessoas e da família/tutor, uma vez que é importante compreender ambas as partes, pois os sujeitos têm de aceitar a integração na resposta social. Em seguida, é elaborado um plano individual com objetivos, estratégias e ações de acordo com as necessidades de cada indivíduo. Este plano surge depois de analisados os resultados dos instrumentos supramencionados, onde constam as rotinas anteriores e atuais, sendo reavaliado anualmente.

Apesar de nas escalas não ser questionado quais os gostos e interesses das pessoas, em conversa intencional com a DT, esta explicou-me que o preenchimento dos questionários é feito de um modo informal, como se fosse uma conversa. Através da observação participante, foi possível constatar que grande parte das pessoas que frequentam o CAO gostam de atividades relacionadas com: (i) as novas tecnologias, nomeadamente o uso do telemóvel e do computador para ouvir música ou ver vídeos; (ii) ver televisão; (iii) de atividades desportivas, como caminhadas e as que eram realizadas nas instituições locais. As atividades relacionadas com as manualidades também são um dos interesses manifestados pela maioria das pessoas. Desta forma, fui compreendendo que o grau de motivação para a participação em atividades, como por exemplo, o cuidar do jardim, manualidades relacionadas com alturas festivas, pinturas em cartões grandes, imitando telas, confeção de receitas, entre outros, era maior do que quando realizavam outras dinâmicas propostas pela equipa técnica de acordo com o plano de atividades estabelecido, como por exemplo, visualizar vídeos, que não fosse do interesse das pessoas; colorir desenhos; fazer atividades/fichas de grafismos ou fichas de trabalho de escrita ou matemática, caso tivessem escolaridade .

No regulamento interno, segundo a norma que aborda a receção de novas pessoas, é referido que neste processo de acolhimento o objetivo é “estruturar um conjunto de atividades destinadas a facilitar o seu processo de adaptação” (p. 6). De acordo com esta mesma norma, é ainda indicado que neste processo a pessoa será acompanhada por uma colaboradora do CAO que apoia no conhecimento e na adaptação às novas rotinas e atividades. Existe ainda a ressalva de que, caso exista uma situação mais desafiante, como por exemplo, dificuldade na integração nas dinâmicas do CAO ou nas atividades delineadas para o plano individual de cada elemento, as atividades são reajustadas.

Em conversa intencional com a DT, foram-me explicadas as patologias mais frequentes das pessoas que frequentam o CAO, designadamente a deficiência intelectual grave ou moderada; a deficiência mental; e as perturbações no desenvolvimento. Também me foi explicado, que a maioria das pessoas, nasceram já com uma patologia. Contudo, outras pessoas adquiriram a deficiência, por fatores externos, como acidentes de viação ou por surgimento de uma doença, como por exemplo, meningite.

3.4. RECURSOS HUMANOS

Depois de caracterizadas as pessoas que integram a resposta social, importa agora passar à caracterização da equipa técnica, parte integrante e fundamental para que a valência possa funcionar em pleno.

No que se refere aos recursos humanos existentes no CAO, a equipa técnica é composta por: uma diretora técnica, uma psicóloga a tempo parcial (50%), uma assistente social a tempo parcial (20%), uma terapeuta ocupacional, duas monitoras e duas ajudantes de ação direta.

Quando me foi apresentada a equipa técnica, percebi que as monitoras que se encontram no CAO são formadas em educação básica e que sempre trabalharam na área da infância. Através da observação participante, percebi que o seu modelo de interação com algumas pessoas que frequentam esta valência por vezes não era o mais ajustado à sua faixa etária. Em conversa intencional, com uma das monitoras, esta proferiu: “Nós já sabíamos que poderíamos vir para aqui, avisaram-nos quando viemos para aqui trabalhar” (MC). Por outro lado, a formação superior que possuem, revela-se uma mais-valia na promoção de competências de leitura e escrita que poderá revelar-se importante nos processos de autonomização dos sujeitos, uma vez que, das 14 pessoas que frequentam a resposta social, 10 não sabem ler nem escrever; três conseguem ler com alguma dificuldade, bem como escrever; e, um dos sujeitos consegue ler e escrever com facilidade. O acesso das pessoas com deficiência à educação encontra-se ainda condicionado. De acordo com o artigo 24º da Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência, a educação deveria inclusiva para todos os níveis de escolaridade, permitindo a igualdade de oportunidades (Nações Unidas, 2006).

No que se refere ao trabalho em equipa, este deve ser feito com base na cooperação entre os diversos elementos que a constituem, sendo para isso necessário que a estratégia esteja muito bem delineada (Carvalho, & Baptista, 2004). No decurso dos dias passados no CAO, pude compreender através de observação, que existem algumas tensões entre os vários elementos da equipa, que, por vezes, poderão destabilizar o grupo. Estas tensões podem relacionar-se com o cansaço; a desmotivação, pelo facto de os profissionais entenderem que não podem realizar eficazmente o seu trabalho na carência de recursos económicos e materiais. Este foi um dos

problemas abordados pela equipa e que condiciona o desenvolvimento e a diversificação de atividades.

Com vista à promoção de um ambiente saudável de trabalho e cooperação entre todos os elementos da equipa técnica, realizavam-se reuniões mensais, onde estavam presentes a DT, a TO, as duas monitoras e a ajudante de ação direta. Adicionalmente, nestas reuniões eram discutidas e partilhadas informações sobre o que estava a correr bem e o que poderia ser melhorado nas rotinas e vida do CAO, e era realizada a avaliação e ajustamento dos planos individuais dos sujeitos. As reuniões de equipa têm como objetivo a partilha de informação, quer institucional, quer a que surge de entidades externas, e que poderão ser importantes para o desenvolvimento dos atores sociais e da própria valência (Robertis, 2011).

Aquando da minha presença numa das reuniões, tive oportunidade de observar a avaliação e o ajuste do plano individual de cada pessoa. Este processo é realizado na ausência da pessoa em questão e de um familiar/tutor, tendo apenas por base a observação que é feita pela equipa técnica. A este propósito, questioneei a TO, sobre a existência de reuniões periódicas com as famílias/tutores das pessoas que frequentam o CAO, que referiu que só existiam em caso de necessidade. A ausência de uma relação estreita com a família, poderá causar uma descontinuidade nos desafios que as pessoas que frequentam o CAO enfrentam, nomeadamente, no processo de autonomização. Neste sentido as reuniões poderiam funcionar como momentos ótimos para envolver as pessoas e caso desejassem as suas famílias. As necessidades observadas pela equipa técnica, poderão constranger-se à vivência do CAO, e à avaliação do técnico, negligenciando toda a narrativa da pessoa acerca dos desafios com que se depara diariamente. Tal como referido anteriormente, as visitas domiciliárias, feitas aquando do confinamento obrigatório, foram bastantes importantes, para conhecer os familiares/tutores, pois todos os contactos que tinha realizado, eram apenas via telefone, e feitos de forma esporádica. No entanto, o envolvimento da pessoa e da família no seu próprio processo deveria ser intencionalizado e continuado no trabalho desenvolvido neste domínio.

A oportunidade que tive de assistir às reuniões da equipa técnica fez-me refletir sobre a sua importância e a escassez de tempo que lhes é destinado. Normalmente as reuniões têm duração de 1h, ou seja, realizam-se depois da hora de almoço de toda a equipa. Os temas são abordados

com alguma rapidez, faltando espaço para que todos possam partilhar as suas opiniões, de modo a diminuir as tensões existentes e a que sejam ouvidas todas as pessoas. Normalmente os assuntos a abordar na reunião, já estão definidos pela DT e prendem-se com a reavaliação dos planos individuais ou com as temáticas abordar nos próximos dias.

Os momentos de tensão entre elementos da equipa poderiam ser compreendidos e refletidos, se nas reuniões de equipa existisse espaço onde estas situações pudessem ser debatidas. As reuniões poderiam constituir-se também enquanto momentos formativos na intervenção em crise. Em conversa intencional com a TO, esta referiu: “Nas reuniões não há tempo para assuntos todos, muitas vezes, os que poderiam ser mais pertinentes, acabam por não serem falados. E a forma como devemos agir com as pessoas com deficiência, quando estão numa situação mais agressiva é um deles. Deveria haver mais espaço para partilhar opiniões, para que depois não haja conflitos nem mau estar entre a equipa”.

3.5. ROTINAS | PLANO DE ATIVIDADES

Tendo já caracterizado todos os atores sociais presentes no CAO, importa agora compreender questões associadas ao seu funcionamento.

O CAO funciona das 9h00 às 17h00, durante os dias úteis. As pessoas que se deslocam para a IPSS no transporte da instituição acabam por chegar à resposta social cerca das 9h45 e saem da instituição por volta das 15h45. Apesar de existir um horário definido, através da minha observação, compreendi que apenas a hora das refeições, almoço e lanche da tarde é fixa, bem como o momento livre após o almoço, podendo as atividades planeadas sofrer alteração, caso seja necessário, quer de horário quer de dia da semana.

De acordo com o regulamento interno da valência, as atividades relacionadas com o apoio psicossocial estão a cargo da assistente social e da psicóloga. Porém, por questões de segurança devido à pandemia, estas duas técnicas não estiveram na valência, ficando sobretudo afetas às respostas sociais dos idosos.

Em conversa intencional com a TO, questioneei acerca da elaboração do plano de atividades, uma vez que, no regulamento interno, é referido que este é definido anualmente. A TO referiu que “as atividades procuram ir sempre ao encontro dos interesses e das vontades das pessoas, mas apesar de ser elaborado um plano de forma anual poderá sofrer sempre alterações, consoante as necessidades”. As atividades ocupacionais, as atividades socialmente úteis e as atividades de desenvolvimento pessoal e social, tal como as atividades lúdico-terapêuticas, como o “Espaço C” onde são realizadas as AVD e as AIVD, e o “Party game” para treino da psicomotricidade são desenvolvidas em pequeno ou em grande grupo.

Após análise e cruzamento de dados dos documentos internos que me foram facultados, nomeadamente o plano de atividades e o regulamento interno, compreendi que as atividades são definidas tendo por base um projeto dirigido à resposta social. Assim sendo, foi elaborado um plano de atividades para o ano letivo corrente, sendo as dinâmicas divididas pelos dias da semana, por exemplo: as segundas, quartas e sextas-feiras de manhã estão destinadas ao “Espaço C”; às quartas-feiras a atividade poderá ser substituída pelo “Viajar cá Dentro”, conforme explicado posteriormente. Às segundas e quartas-feiras de tarde estão destinadas ao “Danças e Cantares”, realizando-se na sexta-feira de tarde a atividade “Modas e Vaidades”, onde as pessoas aproveitam para cuidar da sua beleza e aumentar a sua autoestima. Às terças e quintas-feiras de manhã, decorre a atividade denominada de “Artes e Ofícios”, por sua vez, às terças-feiras de tarde decorre o “Party Games” e na quinta-feira de tarde, a confeção de receitas, denominado de “Sabores” (Apêndice A – informação retirada de documento interno da instituição).

Um dos momentos que também consta no plano de atividades, e que é inalterado, é designado por “nier far niente”, ou seja, não fazer nada. Aqui as pessoas têm liberdade para escolher aquilo que querem fazer, como por exemplo, fazer um puzzle, ler, pintar, entre outras, conforme me foi explicado pela DT. Contudo, através da minha observação, pude constatar que isto não acontece, uma vez que, está incutido nas pessoas o descanso, após a hora de almoço, não havendo oportunidade para as pessoas puderem escolher a forma como querem usufruir daquele tempo, nomeadamente realizar alguma atividade de carácter lúdico e que seja do seu interesse.

Importa salientar que, no presente ano letivo, foram planeados para esta resposta social dois projetos criados pela equipa técnica em simultâneo, um relacionado com o aniversário “A viagem do meu aniversário” e outro relacionado com o projeto dos idosos “Pelos caminhos de Portugal”.

No primeiro, através da análise de um documento interno da IPSS e em conversa intencional com a DT, percebi que cada pessoa tinha oportunidade de escolher o que gostaria de fazer na sua festa de anos, nomeadamente o tema para a decoração, as atividades daquele dia e como dinamizar a festa. Ao longo da semana vão realizando várias atividades para o dia da festa de aniversário. Nas “Artes e Ofícios” vão fazendo trabalhos manuais relacionados com a temática escolhida. Todavia, através da minha observação, pude compreender que apesar das pessoas poderem escolher a temática, surgem algumas limitações na sua realização. Por exemplo, se há desenhos para colorir, não são as pessoas que escolhem os que querem. Em conversa intencional com uma monitora, referi a importância de ser a pessoa, a poder escolher as imagens que gostava de ter no dia da sua festa, de forma a ser um trabalho mais participado em que a pessoa sinta que foi realmente uma escolha sua. A intencionalidade desta observação é também suscitar a reflexão em torno do direito de escolha e de tomada de decisão das pessoas que frequentam o CAO, desde atividades mais simples até questões mais complexas como o envolvimento no seu processo de avaliação no plano individual.

No segundo projeto “Pelos caminhos de Portugal” as pessoas uma vez por semana “viajam”, através da visualização de vídeos pelas cidades, monumentos mais emblemáticos, festividades e gastronomia da região definida para trabalhar naquele mês. Em algumas situações, no espaço dedicado aos “Sabores”, são confeccionados alguns doces típicos dessa mesma região. No que concerne à avaliação destes projetos, de acordo com o documento interno esta é feita através do *feedback* das pessoas e das famílias, e do envolvimento das mesmas nas reuniões de equipa, onde se verifica o que estava planeado e o que foi concretizado. Através da minha observação, aquando da realização de atividades de ambos os projetos, verifiquei que a motivação era maior quando o projeto se destinava ao aniversário, enquanto no outro não existia tanta motivação, à exceção de quando confeccionavam iguarias tradicionais. Todavia, reflito que o facto de não estar enraizado o direito de poderem decidir o que querem ou não fazer, se querem ou não participar, fez com que fossem participando nas atividades que eram propostas pela equipa técnica.

Ao longo das semanas que estive no CAO, percebi que as rotinas são importantes para manter a estabilidade das pessoas. Compreendi que o treino de autonomia praticado à hora de almoço, permite que as pessoas identifiquem os utensílios que necessitam de utilizar na refeição e saber qual é o seu tabuleiro, que se encontra devidamente identificado. Em conversa intencional com a TO, percebi que as pessoas conseguem identificar o seu tabuleiro por associação ao nome que têm na mesa, no lugar onde se sentam. Durante conversa intencional, a TO referiu: “Poucos sabem ler e escrever, mas há exceção de um ou dois, todos sabem assinar o seu nome”.

No que respeita ao plano de atividades, é possível constatar que existem atividades ligadas à dança, culinária, atividade física, artes manuais, jogos e visualização de vídeos. Nas atividades relacionadas com a música, as pessoas têm autonomia para escolher o que querem ouvir ou solicitam ajuda para pôr a canção à TO ou às monitoras, que acedem de forma positiva. Enquanto ouvem as músicas, também gostam de utilizar os instrumentos musicais, que construíram de forma reciclada. Porém, numa das vezes em que estavam a utilizar estes materiais para marcar o ritmo e criar uma nova música, referiram: “Estes materiais estão velhos, precisávamos de construir uns novos” (N.).

Durante o confinamento obrigatório, as pessoas não puderam estar de forma presencial na valência. Apenas a TO e uma das monitoras estavam presentes, uma vez que a outra monitora e a ajudante de ação direta se encontravam em casa para prestarem assistência aos filhos menores que necessitavam de um acompanhamento de proximidade. Quando este confinamento surgiu, foi num momento em que já tinha conseguido criar uma relação próxima com as pessoas, onde já era possível estabelecer conversas intencionais mais profundas. Deste modo, a relação criada foi interrompida, o que fez com que posteriormente, aquando do término do confinamento, foi necessário retomar o investimento no desenvolvimento de uma relação de confiança com as pessoas. Por sua vez, para as pessoas que frequentam o CAO, a informação de que a valência iria ter de encerrar temporariamente foi sentida com tristeza. Através da minha observação, foi notório que para a maioria o não poderem frequentar a mesma, trazia muitas consequências. O CAO é para muitos, uma rede de suporte e segurança, mas também um local onde estão acompanhados por pessoas que gostam e confiam, sendo que este contacto iria ficar bastante reduzido, nomeadamente com as outras pessoas que frequentam a resposta.

Pude acompanhar a equipa no planeamento de atividades a realizar no domicílio das pessoas que desejassem um acompanhamento presencial. Para terem acesso a essa informação, a TO e a monitora realizaram um breve questionário com o objetivo de compreender se as famílias tinham interesse num acompanhamento presencial. Dado o encerramento do CAO, como já referido, estas visitas domiciliárias seriam a forma mais viável de manter um acompanhamento mais próximo das pessoas. Em conversa intencional com a TO, foi explicitada a importância de manter as rotinas que as pessoas estavam habituadas. O questionário foi desenvolvido no sentido de recolher informações que permitissem recolher informação sobre a existência de meios tecnológicos; a preferência por sessões presenciais, online (via *whatsapp*) ou ambas; o horário para a realização das atividades *online*, e a existência de material para as atividades (lápiz, lápis de cor, cola, entre outros).

Após a recolha de informação, foi elaborada uma calendarização pois a visita teria de ser semanal. Desta forma, foi possível estabelecer os dias para preparação das sessões, bem como a elaboração e preparação dos materiais. Aquando desta calendarização, a TO e a monitora pensaram em elaborar um quadro motivacional com as rotinas que as pessoas executavam em casa para auxiliar os familiares, como por exemplo, fazer a cama, organizar a mesa para a refeição, arrumar a roupa, regar as plantas, entre outras. Importa ressaltar que o quadro era individualizado, procurando responder às necessidades de cada pessoa e às suas capacidades. Também relativamente à rotina, a TO explicou-me que “é importante a rotina na vida das pessoas, bem como a distinção entre os dias da semana do fim-de-semana, nomeadamente se eles em casa ajudam os familiares nas AVD e nas AIVD”.

Estes dias foram importantes, para poder estabelecer uma maior relação de confiança com a equipa técnica e para que esta pudesse perceber a minha presença na resposta social como uma mais-valia, nomeadamente na partilha de ideias que poderiam ser utilizadas para a preparação das atividades a realizar. Em contrapartida, com as pessoas que frequentam o CAO, senti no âmbito das visitas domiciliárias mais dificuldade em encontrar um espaço para trabalhar a relação de proximidade. Como nas visitas ia acompanhar uma das técnicas, sentia que não havia tempo para poder estabelecer uma relação de confiança, pois as atividades já estavam pré-definidas e o tempo da visita estava limitado. Ao longo dos dias tive sempre a preocupação de ir questionando as profissionais sobre a forma como tinham decorrido as visitas e as atividades que

iam fazendo. Estas foram sempre partilhando comigo as experiências e dando *feedback*, salientando que a primeira vez que realizaram uma videochamada as pessoas ficaram bastante felizes: “Estavam fascinados por se poderem ver uns aos outros” (TO).

O quadro motivacional foi construído pela TO e pela monitora, através de um breve questionário com as tarefas que as pessoas desenvolviam ou poderiam desenvolver em casa. Para o seu preenchimento foi solicitado aos familiares que estivessem presentes durante a visita presencial. Após a recolha da informação, foi realizado um quadro adaptado a cada pessoa com pictogramas referentes a cada tarefa que poderiam realizar. Uma vez realizada a tarefa, deveriam apontar no quadro motivacional o dia da semana em que a realizaram. Como pude acompanhar a monitora e a TO nestas visitas, foi possível compreender que nem todas as famílias demonstraram interesse em participar, pois não compareciam quando estávamos presentes, ou dirigiam-se para outra divisão da habitação após a nossa chegada, provavelmente porque não estavam habituados que existisse um contacto próximo com a equipa técnica, e sentiam-se retraídos em estar presentes com a mesma nas suas habitações. Uma outra explicação prende-se com o facto de as famílias aproveitarem este momento para realizarem as tarefas de casa, deixando espaço para que as pessoas estarem com a equipa. Contudo, importa salientar que a maioria das famílias esteve disponível durante as nossas visitas e mostraram interesse em perceber as atividades que a equipa ia levando de modo a auxiliarem as pessoas aquando da realização das mesmas.

No decorrer das visitas, e ainda no que respeita ao quadro motivacional, alguns familiares expressaram a importância de as pessoas ajudarem nas tarefas do quotidiano.

Refletindo após a minha observação, considero que quando este quadro foi idealizado não foi tida em conta a motivação, felicidade e satisfação das pessoas. Se para alguns a realização de tarefas domésticas era habitual e executada por gosto, para outros estas tarefas podem não fazer parte dos seus interesses e podem não estar habituados a realizá-las, por serem difíceis de executar e criar frustração. Portanto, não seria a existência de um quadro que os “motivaria” a realizar as tarefas, uma vez que poderiam assinalar a realização da mesma e tal não ser verdade. Em alguns casos, as pessoas não assinalavam as tarefas realizadas ou completavam o quadro de uma só vez, uma das pessoas por exemplo mostrou o quadro quando foi pedido por uma das técnicas e disse: “Acordei e vim fazer logo as cruzes aqui no quadro, porque sabia que vocês estavam a

chegar”. Para ele o quadro motivacional foi sentido como uma imposição externa. Esta observação fez-me questionar em que medida as atividades para algumas das pessoas respondiam às dificuldades e desafios que as pessoas poderiam estar a sofrer. Talvez o aumento de momentos de interação para algumas das pessoas responderia de forma mais efetiva ao sentimento de isolamento que iam verbalizando.

Apesar de haver pessoas que não se encontravam motivadas para a realização das tarefas, durante uma das visitas um dos familiares, que motiva a pessoa a realizar algumas AVD e as AIVD em casa proferiu: “É extremamente importante que eles sejam o mais autónomos possível, para um dia mais tarde poderem ajudar os familiares que ficarem com eles quando nós já não estivermos” (MB.). Esta partilha revela a importância atribuída também pelos familiares aos processos de autonomização.

Paralelamente ao quadro motivacional, as técnicas foram preparando algum material e elaborando algumas atividades para que as pessoas pudessem executar ao longo da semana. São exemplos de algumas destas atividades: mandalas para colorir; atividades de grafismo para treinar o controlo da motricidade fina e da dimensão espacial; e atividades manuais relacionadas com as épocas festivas (Carnaval, Páscoa e Dia Mundial das Artes). Foi nesta última atividade que as pessoas demonstraram maior interesse em detrimento de exercícios relacionados com o grafismo ou motricidade fina. Numa das atividades as técnicas construíram um cubo com vários grafismos, e depois solicitaram às pessoas que o transcrevessem para a folha que forneciam, sendo que não poderiam ultrapassar as linhas de forma a praticarem e terem noção da dimensão espacial. Depois de finalizado este grafismo, deveriam lançar novamente o dado e realizar o seguinte. Muitas das pessoas foram expressando: “Acham que me podem trazer material diferente, sem ser para pintar? Gosto mais de trabalhos manuais, como aquele que fizemos no Carnaval.” (H.); “Tragam-me telas e tintas, eu gostava de pintar quadros” (P.); “Eu gostei muito de fazer a máscara e a cruz.” (B.); “Gostei daquela atividade para o Dia Mundial da Arte, será que os meus familiares poderão ir ver depois a exposição?” (I.); “Estive só a fazer a atividade da Páscoa para poder colocar aqui em casa e não tive tempo para fazer as restantes.” (N.). Ficou notório que as pessoas manifestaram a sua opinião e gostos, mostrando-se mais ativas naquilo que gostariam de fazer.

As visitas domiciliares tinham, a duração de uma hora, mas apesar do tempo não ser estante nem sempre era possível estar o tempo necessário com a pessoas e/ou com os seus familiares, para poder ouvir as suas necessidades e preocupações.

Neste período de interrupção do funcionamento do CAO fui questionando e refletindo sobre se as atividades programadas no plano de atividades vão mesmo ao encontro dos interesses e motivações das pessoas, e se estas tinham liberdade para expressar sobre o que gostariam de realizar durante o tempo que estão na valência, uma vez que, durante as visitas domiciliares as pessoas sempre se mostraram mais interessadas e motivadas por atividades relacionados com as artes manuais, ao invés, dos exercícios de grafismo propostos: “Estes são uma seca, gosto mais do outro que trouxeste na semana passada.” (R.); “Estes não fiz, porque não quis, não gosto muito, prefiro os trabalhos manuais.” (H.); “Ainda tinha um para acabar, então preferi fazer aquele, do que andar a passar o lápis por cima das linhas, ou a fazer o que o está no dado.” (P.).

Após ser decretada a reabertura desta resposta social, sugeri ao grupo que conversássemos sobre as atividades que gostavam de realizar no CAO, para que pudesse compreender os seus interesses e motivações. Desta forma, poderia recolher informação sobre se o que tinha observado ia ao encontro do que as pessoas gostavam, e procurando entender o seu grau de envolvimento na vida do CAO. Daqui surgiram várias partilhas: “Gosto de fazer ginástica e caminhadas.” (F.); “Eu gostava de fazer tapetes e pintar telas, agora não posso fazer isso.” (P.); “Eu gostava de fazer karaoke e filmes.” (N.); “Gostava de poder voltar ao trabalho.” (B.); “Tenho saudades de cuidar da horta e do jardim.” (P.); “Gostava de ter um computador para poder pesquisar e pôr música.” (R.); “Gosto das atividades de culinária.” (J.); “Gostava de poder fazer trabalhos manuais diferentes, como barro ou plasticina.” (H.), as pessoas vão fazendo atividades de pintura de desenhos, que normalmente não são escolhidos pelas pessoas.; “Gosto de fazer jogos.” (A.); “Tenho saudades da piscina e das caminhadas.” (I.), que faziam nas instituições com quem têm parceria na comunidade. Após esta partilha, foi possível compreender que nem todas estas atividades podem ser realizadas: umas porque estão condicionadas devido ao contexto pandémico, nomeadamente as caminhadas exteriores e as atividades desportivas; outras porque estão condicionadas pela ausência de material e pelo facto do local onde o CAO está atualmente não ter as condições físicas como tinham nas antigas instalações. Uma outra atividade como a

tapeçaria foi interrompida porque aquando de alteração da equipa técnica, esta considerou que a atividade deveria ser extinta, por já ser realizada há muito tempo.

No que respeita à equipa técnica foi referido: “Eles gostam muito das atividades de música e de artes.” (AM); “A falta de um computador condiciona a realização de algumas atividades.” (TO). Quando esta frase foi proferida, questioneei a TO, que me explicou que quando querem colocar algum vídeo, música ou noutra situação que necessitem de um meio informático têm de usar os pessoais, porque não existem disponíveis na instituição. Do mesmo modo as pessoas ficam condicionados, porque quando querem utilizar o computador de forma autónoma têm de usar o de um elemento da equipa. “Eles falam muito que gostavam dos passeios, porque antes da pandemia iam fazer várias visitas.” (TO); “O B. diz que gostava de voltar ao trabalho porque ele estava integrado numa fábrica aqui perto, só que depois por causa da pandemia teve de deixar.” (TO); “Antes também tínhamos dois voluntários que vinham auxiliar nas atividades motoras e música e eles gostavam muito disso.” (TO); “Também a falta de material para as atividades, condiciona a realização de muitas dinâmicas. Muitas vezes pedimos e estamos vários meses sem receber nada.” (MC).

A discussão das atividades e das rotinas no CAO foi realizada ao longo de diferentes conversas intencionais realizadas com o grupo ou individualmente. O objetivo era criar momentos espaço tempo para que as pessoas fossem verbalizando os seus interesses, as suas opiniões sobre as atividades e a vida no CAO. Ao longo deste processo foi ainda envolvida a equipa técnica de forma que tal fosse sentido como algo espontâneo e participativo. Das discussões realizadas e depois de percebido o interesse das pessoas sobre atividades livres que implicassem o uso de materiais diferentes e lhes permitissem criar, partilhei com o grupo algumas técnicas de arte terapia que poderíamos experimentar. Desta partilha surgiu o interesse pela realização da atividade que mais tarde intitulamos “Sensações Criativas” (Apêndice B), baseada na estratégia de uma atividade de arte terapia, que se encontra disponível no site da Sociedade Portuguesa de Arte-Terapia, em “A arte de ser livre – estratégias criativas de superação para Jovens” (SPAT, 2021).

Para a realização desta atividade foram disponibilizados vários materiais nomeadamente: cartões, folhas de papel, micas, paus e tintas. Depois das pessoas decidirem o material, foi lhes pedido que utilizassem a sua criatividade e explorassem os materiais escolhidos como

desejassem para que criassem da sua obra de arte. A equipa técnica esteve presente e apoiou todo o processo de realização da atividade (Apêndice C).

Aquando da distribuição dos trabalhos finais o grupo sugeriu dar um título ao trabalho que tinham desenvolvido para que, quando se realizasse a exposição, as pessoas conseguissem compreender o seu significado ou recordar aquela obra de arte (Apêndice D). Assim, surgiram nomes como: "Fogo artístico" (I.); "A esperança" (H.); "A humildade" (M.); "Terra molhada" (F.); "Cascata" (J.); "Nuvens" (B.); "O barço" (P.); "Casa portuguesa" (R.); "O centro da Terra" (A.).

Foi perceptível o entusiasmo na realização desta atividade, porque era algo diferente daquilo a que estavam habituados pois puderam decidir e utilizar materiais diferentes dos habituais. Durante a realização da atividade as pessoas foram referindo: "Não sabia que com um pau de árvore poderia substituir um pincel e fazer um desenho bonito." (H.); "Esta experiência de poder escolher as cores, que queria e depois colocar a folha, dentro de uma mica, foi boa, porque podia sentir e fazer misturas de cores, de uma forma diferente." (I.); "Nunca tinha pensado em utilizar os talheres, para fazer uma obra de arte." (P); "Esta mistura que fizemos, com as cores que escolhemos, que às vezes poderiam não ficar bem, mas no final o resultado ficou fantástico." (J.); "Quando escolhi as cores, estava a pensar numa coisa que gostava, e depois com ajuda da faca, tentei criar aquilo que imaginei." (B.); "Gostei de fazer este trabalho, escolhi um cartão e um garfo, para fazer o trabalho, porque é material que nunca tinha utilizado para fazer desenhos." (N.). Ressalvo a importância que teve esta estratégia, no sentido de estabelecer uma relação próxima com as pessoas, o que acabou por ser crucial para o posterior desenvolvimento do projeto.



Figura 2. Trabalhos Finais da Atividade “Sensações Criativas”

3.6. AVALIAÇÃO DO CONTEXTO

A avaliação de contexto foi realizada com as pessoas que frequentam o CAO e com a respetiva equipa técnica, através de conversas intencionais e da observação participante. Desta forma, e através das técnicas de recolha de dados utilizadas foi possível elencar os seguintes problemas: a ausência/ escassez de recursos materiais, ausência de participação ativa por parte das pessoas que frequentam o CAO, e o escasso envolvimento da família na vida do CAO.

No que respeita ao problema “ausência/escassez de recursos materiais”, este foi expresso várias vezes pelos diferentes atores sociais do CAO. Daqui poderá advir alguma frustração, cansaço e, a ausência de recursos motivados por parte da equipa técnica, porque gostavam de poder fazer atividades diversificadas que fossem ao encontro dos interesses das pessoas. Por exemplo, a inexistência de um computador nas instalações do CAO, inviabilizaria a realização das atividades caso a equipa não dispusesse do seu computador pessoal.

Através da observação participante e das diferentes conversas intencionais tidas com as pessoas e com alguns elementos da equipa técnica, apercebi-me que as atividades desenvolvidas no CAO

estavam já pré-definidas no plano de atividades e que teriam de ser cumpridas. Desta forma, iam conjugando o plano de atividades, com os dois projetos que estavam implementados na resposta social, ou seja, na preparação da festa de aniversário da pessoa e no projeto “Pelos caminhos de Portugal”. Tal como referido anteriormente, o envolvimento das pessoas nas atividades realizadas no CAO era escassa, à exceção do dia da festa de aniversário, onde as pessoas poderiam tomar decisões e escolher a temática da festa, bem como todas as atividades que se iriam realizar nesse dia.

Quando numa reunião questionei a equipa técnica sobre a oportunidade de as pessoas escolherem o que queriam fazer quando estavam no CAO, informaram-me que essa escolha recaía entre duas hipóteses que estivessem de acordo com o que estava programado para aquele dia. Se, por exemplo, a atividade fosse “Party Games”, poderiam escolher entre dois ou três jogos que gostariam de fazer naquele momento, não tendo a oportunidade de sugerir uma atividade distinta da planeada.

O “escasso envolvimento da família na vida do CAO”, é também um problema por mim observado, mas também realçado em conversa intencional com a TO. Para a TO, o segundo confinamento foi vantajoso, porque lhe permitiu conhecer algumas famílias aquando das visitas domiciliárias. Compreendendo que não existia uma relação estreita com as famílias, falando apenas quando era necessário via telefone. Ao longo dos dias, fui questionando as pessoas se contavam aos familiares aquilo que faziam durante o dia no CAO. A maioria respondeu de forma negativa. Uns foram dizendo: “Quando chego a casa e estou com a minha irmã conto-lhe tudo que aconteceu aqui no centro.” (J.); “Eu ao jantar também falo com os meus familiares e digo o que fizemos.” (B.), contudo existem familiares que não questionam as pessoas, o que não as estimula para contarem como passaram o dia e quais as atividades realizadas.

Em conversa intencional com a DT, foi-me explicado que o CAO mantém contacto com todas as famílias, apesar de identificar quatro que necessitam de um acompanhamento mais próximo, devido a necessidade de apoio a nível de cuidados básicos, conflitos familiares e especificidades associadas ao acompanhamento psiquiátrico e medicamentoso. Assim sendo, é clara a necessidade de estabelecer uma articulação mais próxima entre a instituição e as famílias, de forma a integrar as necessidades das famílias naquilo que é a rotina do CAO, para que as pessoas

se possam tornar mais autónomas e independentes, e para que haja uma continuidade no acompanhamento.

Um outro problema identificado que o grupo reconheceu associa-se á “ausência de participação ativa por parte das pessoas que frequentam o CAO”, uma vez que as pessoas estão ausentes nos momentos de tomada de decisão. O não exercício pleno do direito à participação, conforme previsto no regulamento interno da resposta social; nomeadamente porque as pessoas não têm uma voz ativa na definição do plano individual nem nas decisões do quotidiano do CAO, sendo este um espaço onde passam a maior parte do seu tempo.

No momento de partilha em grupo, denominado de “O que mais gosto de fazer no CAO?”, os indivíduos foram proferindo algumas das atividades que gostam de fazer, e aquelas que gostavam de fazer, mas que deixaram de poder realizar, umas devido às alterações na equipa técnica; outras, pelo facto do plano de atividades não ser individualizado, inviabilizando os seus interesses e motivações; e, outras, pelo facto de não estarem nas antigas instalações, deixando de poder realizar as atividades que gostavam de fazer, nomeadamente o cuidar da horta e a confeção das refeições. Algumas atividades foram suprimidas devido à pandemia, tais como as que eram realizadas nas infraestruturas da freguesia, sobretudo as atividades desportivas, as que implicavam a presença de voluntários, e ainda uma atividade profissional que uma das pessoas frequentava numa empresa da comunidade.

Em conversa intencional com a TO sobre o facto de B. ter estado a trabalhar numa empresa e a capacidade que muitas pessoas que frequentam o CAO manifestam de ingressar numa atividade socioprofissional, esta referiu: “Já pedi várias vezes para tentar colocar algumas das pessoas a colaborar nos diversos espaços da instituição, nomeadamente para tentar reativar o bar ou noutra resposta social, de forma a poder mostrar o quão capazes e autónomos podem ser, mas obtive resposta negativa.”. De acordo, com a alínea b) do artigo 5º da Portaria nº 432/2006, o CAO deve “selecionar os utentes que reúnam as condições para o exercício de atividades nas estruturas de atendimento”. Assim sendo, a citação da TO remete-nos para a necessidade de tornar as pessoas mais autónomas e valorizadas, e de adequar as atividades aos interesses, motivações e vontades das pessoas

Para além dos problemas e das necessidades elencadas, sendo este último problema central para o desenho e desenvolvimento do projeto, é importante considerar os recursos e as potencialidades que serão utilizadas no decorrer do mesmo, bem como os constrangimentos que vão surgindo.

Como recursos humanos, temos a equipa técnica e as pessoas que frequentam o CAO, uma vez que, em situação pandémica, a equipa de voluntários não pode comparecer para desenvolver as dinâmicas. Todavia, pelo que foi possível compreender, os voluntários são bastante importantes para a introdução de novas dinâmicas, de acordo com a sua área, por exemplo a música e a atividade motora, sendo parte integrante do CAO e das suas dinâmicas.

Quanto aos recursos físicos e materiais, temos o espaço exterior da instituição e a sala provisória do CAO, onde se irá desenvolver o projeto, bem como as infraestruturas existentes na comunidade envolvente e com o qual estabelecem parceria. Estas últimas, não foram utilizadas, devido ao COVID-19, a realização de atividades nas mesmas, está suspensa.

Relativamente às potencialidades, destacam-se as competências de autonomia e independência que as pessoas do CAO apresentam, na realização da maioria das AVD e AIVD, bem como o seu interesse por atividades mais relacionadas com a arte. Importa também ressaltar a disponibilidade que as pessoas que frequentam o CAO tiveram para que fosse possível a concretização deste projeto, bem como a disponibilidade da DT, da TO e da restante equipa técnica para o desenvolvimento do projeto, mostrando-se sempre disponíveis para ajustar e reorganizar as atividades que já se encontravam planeadas.

No que respeita aos constrangimentos, é possível considerar que a situação pandémica em que nos encontramos e o confinamento que durou 10 semanas, implicou uma constante reformulação do projeto verificando-se uma descontinuidade das atividades, com implicações no desenvolvimento e criação de uma relação de proximidade e confiança com as pessoas.

4. DESENHO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DE ENTRADA

Após a análise da realidade e avaliação do contexto, estão reunidas as condições para se poderem definir as metas e os objetivos a atingir com este projeto. Assim, inicia-se a construção do desenho do projeto e a sua planificação com a participação de todos os atores sociais. Deste modo, no presente capítulo serão descritos os diversos componentes do desenho do projeto: a finalidade, os OG e respetivos OE, as estratégias utilizadas, e o plano de ações a realizar e a avaliação de entrada que contribuirá para a posterior avaliação do projeto.

4.1.FINALIDADE, OBJETIVOS, ESTRATÉGIAS E AÇÕES

A finalidade de um projeto deve ser utópica, mas enquadrada numa análise compreensiva participada dos problemas, necessidades, recursos, potencialidades e constrangimentos já identificados (Ceballos, 2003; Serrano, 2008; Stufflebeam, & Shinkfield, 1995). Assim sendo, para alcançar a finalidade é necessário planear ações que visem a transformação da realidade (Ceballos, 2003; Serrano, 2008). No sentido de responder ao problema identificado, ou seja, a ausência de participação ativa por parte das pessoas que frequentam o CAO nas atividades/rotinas desenvolvidas, desenhou-se como principal finalidade aumentar a participação das pessoas do CAO e empoderá-las na participação ativa nos processos de tomada de decisão. A pertinência deste projeto decorre assim, da possibilidade de proporcionar às pessoas que frequentam o CAO a criação de espaços onde possam experimentar um papel mais ativo naquela que é a definição das atividades e do seu quotidiano. Desta forma, é esperado que o aumento de participação permita às pessoas sentirem-se mais valorizados, confiantes, independentes e autónomas.

Para alcançar a finalidade definida, é importante estabelecer os OG e respetivos OE. Os OG, são mais amplos, podendo existir várias interpretações pela forma como são redigidos, ou seja, podem ser utilizados verbos, que “admitem interpretações e não são diretamente observáveis” (Espinoza, 1986, citado por Serrano, 2008, p. 46) e obedecer a vários critérios, nomeadamente, “o

filosófico, o psicológico, o lógico, o social e o hermenêutico” (Lópes-Barajas, 1988, citado por Serrano, 2008, p. 46), ou seja, devem ser coerentes com as necessidades identificadas, de fácil compreensão e que permitam refletir sobre a realidade social. Os OE, são mais concretos e indicam aquilo que pretendemos alcançar com a realização deste projeto, ou seja, a interpretação do objetivo é clara e de fácil compreensão (Serrano, 2008). Assim sendo para este projeto, foram definidos os seguintes OG e OE:

OG1: Fomentar a participação ativa das pessoas que frequentam o CAO: OE 1.1: Expressar e partilhar em grupo as opiniões/gostos/preferências acerca das atividades e rotinas desenvolvidas no CAO; OE 1.2: Verbalizar e partilhar com a equipa gostos/preferências sobre atividades/rotinas que gostariam de desenvolver no CAO; OE 1.3: Escolher participar ou não nas atividades.

OG 2: Promover o questionamento ativo da equipa de profissionais sobre o grau de participação e envolvimento das pessoas que frequentam o CAO: OE 2.1: Compreender o potencial de intervenções psicossociais participativas que reconheçam o direito de decisão e de escolha das pessoas que frequentam o CAO; OE 2.2: Refletir sobre as implicações da alteração de práticas e rotinas que promovam a participação ativa das pessoas que frequentam o CAO.

Com vista à prossecução dos objetivos delineados, foram utilizadas diversas estratégias, tais como: momentos de partilha e reflexão em grupo; exercícios de dinâmicas de grupo; artes manuais; e conversas intencionais. Todas estas estratégias concorrem para facilitar a participação ativa das pessoas, potenciar a criatividade, promover a tomada de decisões e para fomentar a partilha de opiniões entre o grupo.

A ausência de objetivos no que se refere aos problemas: ausência/escassez de recursos materiais e escasso envolvimento da família na vida do CAO, prende-se com a complexidade de intervenção neste domínio e o limite temporal do projeto. A intervenção no domínio da escassez dos recursos humanos prende-se com questões institucionais e com o subfinanciamento na intervenção social. O segundo problema, a inexistência de um conhecimento e relação próxima com as famílias, exigiria um acompanhamento mais continuado e próximo, algo que foi dificultado pela descontinuidade imposta pela pandemia.

O projeto “motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO, é constituído por duas ações, dirigidas a todas as pessoas que frequentam o CAO e respetiva equipa técnica. Importa salientar, que os nomes das ações foram atribuídos pelas pessoas, num dos momentos de partilha, e que os OG e respetivos OE, são transversais às duas ações do projeto.

A Ação 1 “Para mim o CAO é ...”, e a Ação 2 “Reaproveitar para Transformar”, encontram-se associadas, sendo que se pretende capacitar os atores sociais, empoderá-los, valorizá-los e autonomizá-los, mas permitir-lhes, acima de tudo, ver concretizados os seus interesses, gostos e vontades.

Estas ações foram planeadas entre novembro de 2020 e agosto de 2021 durante a minha presença na instituição, com uma periodicidade bissemanal, tendo existido uma interrupção, entre 25 de janeiro e 5 de abril do corrente ano, devido a restrições impostas pela pandemia. Este período foi da maior importância para a posterior concretização das ações, bem como para compreender e refletir sobre a sua importância na vida dos intervenientes.

4.2. AVALIAÇÃO DE ENTRADA

A avaliação de entrada é imprescindível para o desenho de projeto, uma vez que serve de mote para as estratégias e procedimentos que devemos adotar, de forma a poderem ser feitos os ajustes necessários à realidade (Cembranos, et al., 2001; Stufflebeam, & Shinkfield, 1995).

Segundo Stufflebeam e Shinkfield (1995), este momento de avaliação é fundamental para se compreender se o desenho de projeto vai ao encontro das necessidades, problemas, constrangimentos, recursos e potencialidades identificados anteriormente na avaliação de contexto. Só assim se poderão colmatar, não só as necessidades, mas também ir ao encontro daqueles que são os interesses e as vontades das pessoas.

Refletindo sobre os recursos humanos, considerou-se exequível o desenvolvimento do projeto, uma vez que as pessoas que frequentam o CAO e a equipa técnica sempre se mostraram

envolvidos na definição conjunta das ações a desenvolver neste âmbito. Assim, os recursos humanos aliados aos recursos físicos permitiram que fosse possível atingir a finalidade e os objetivos definidos.

Tendo em vista a concretização dos objetivos estabelecidos, a Ação 1 pretende que as pessoas que frequentam o CAO compreendam a importância e o seu direito à participação, ou o direito a não participar. Bem, como a importância da poderem partilhar as suas opiniões, interesses e gostos na definição das atividades e do seu quotidiano. Na Ação 2 é pretendido que as pessoas consigam participar de forma ativa nas atividades que vão ao encontro dos seus interesses e motivações, de forma que seja potenciada a sua criatividade, nomeadamente na utilização de recursos reutilizáveis ou na reutilização de recursos disponíveis na instituição. Ambas as ações contribuem para que as pessoas que frequentam o CAO sejam mais autónomas, criativas, e para desenvolverem as suas competências pessoais e grupais, no sentido de tornar o grupo mais coeso e compreensivo quando existem situações de conflito. A par destas ações, pretende-se que a equipa técnica, se questione sobre o direito à participação, decisão e escolha das pessoas que frequentam a resposta social. Também é importante que a equipa de profissionais compreenda se as atividades propostas estão de acordo com os gostos e interesses das pessoas e as implicações motivacionais que estas podem trazer.

No que concerne aos constrangimentos, destaco a escassez de recursos materiais, e a pandemia em que nos encontramos. Estes foram colmatados com o desenho e realização de atividades, com recurso a materiais reciclados e reaproveitamento de materiais, que possibilitaram o estabelecimento de uma relação de maior proximidade e confiança com os atores sociais. As atividades e as visitas domiciliárias procuraram responder às necessidades das pessoas de se tornarem mais autónomas, independentes e de reconhecerem os seus direitos.

5. DESENVOLVIMENTO DO PROJETO E AVALIAÇÃO DO PROCESSO

No presente capítulo, irá ser apresentado o desenvolvimento das ações, articulando um registo mais descritivo e avaliativo e tendo por base as reflexões feitas nos momentos de partilha e nas conversas intencionais com as pessoas que frequentam o CAO.

As ações decorreram conforme planeado, tendo em conta as atividades que já se encontravam delineadas no plano de atividades da resposta social. Importa ressaltar que a equipa técnica sempre demonstrou uma grande abertura para que se pudessem desenvolver as ações nos dias programados, fazendo alterações no seu plano, sendo uma mais-valia para o desenvolvimento do projeto. As ações foram desenvolvidas entre novembro de 2020 e agosto de 2021 tendo uma regularidade semanal com as devidas interrupções.

A avaliação de processo, ocorre de forma simultânea com o decorrer das ações, neste sentido, deve ser realizada de forma continuada por parte de todos os intervenientes. Neste momento reflete-se acerca da viabilidade das ações planeadas e do seu desenvolvimento, como por exemplo, a forma como está a decorrer o planeado; ou se é necessário fazer reajustes. A avaliação processual revela-se fundamental dado que algumas das decisões que são tomadas inicialmente, poderão não fazer sentido no decorrer das ações (Stufflebeam, & Shinkfield, 1995).

5.1. AÇÃO 1 – “PARA MIM O CAO É ...”

A Ação 1 “Para mim o CAO é ...”, foi intitulada pelas pessoas que frequentam o CAO, após vários momentos de partilha em que foram questionadas sobre o que significava para elas o CAO, a sua presença nesta resposta social e os seus gostos.

De forma a incentivar a participação ativa das pessoas que frequentam o CAO, estruturaram-se no âmbito da ação 1 quatro atividades. No primeiro momento dinamizou-se um espaço de partilha

e reflexão em grupo sobre a importância do CAO nas suas vidas e nas vidas dos seus familiares; no segundo momento realizou-se a atividade “O que mais gosto de fazer é?”, onde as pessoas escolheram o que mais gostavam de fazer na valência e fotografavam, com máquina fotográfica, aquilo que tinham selecionado; o terceiro momento foi denominado de “O que eu gostava de fazer”, tendo as pessoas a oportunidade de indicar uma das atividades que gostariam de fazer na instituição mas que não têm oportunidade, procurando na internet uma imagem representativa dessa mesma; no quarto momento foi elaborado um cartaz com as fotografias impressas das duas dinâmicas anteriores, com o objetivo de mostrar às pessoas que visitam a valência aquilo que fazem no quotidiano do CAO. Desta forma, é possível compreender se as atividades propostas pela equipa, vão ao encontro dos gostos das pessoas, no sentido de que estas pudessem ter voz ativa naquilo que gostam de fazer no CAO e o que as motiva a estarem ali. As atividades constituíram-se enquanto momentos preferenciais para que as pessoas pudessem experimentar-se em novas formas de participação e em papéis mais ativos na definição do que são os “seus quereres” na vida do CAO. Inicialmente as pessoas revelaram-se um bocado reticentes em expressarem a sua opinião “Não sei se vamos ser capazes, de realizar estas atividades, principalmente os momentos em que partilhamos em grupo, não estamos habituados.” (H.); “Nunca peguei numa máquina fotográfica, não sei se vou conseguir tirar uma fotografia.” (P.); “Não consigo ver, mas sei que mesmo assim com ajuda vou conseguir demonstrar uma das atividades que mais gosto de fazer aqui no CAO.” (AA). Quanto à equipa técnica, esta mostrou-se bastante recetiva com as sugestões dadas pelas pessoas, uma vez que, poderia ser uma excelente oportunidade para as conhecerem melhor: “Nunca lhes perguntei quais os seus gostos e qual a sua vontade em vir para o CAO, será uma ótima oportunidade para os conhecer melhor.” (MP).

Passando a uma descrição pormenorizada dos acontecimentos, foi dinamizado no primeiro momento um tempo de partilha e de reflexão entre todos os intervenientes do CAO. Tornou-se um espaço bastante enriquecedor para os sujeitos, mas também para a equipa técnica presente, uma vez que tiveram a oportunidade de ouvir o que as pessoas pensavam acerca da sua presença na resposta social. Se para alguns a frequência do CAO era por vontade própria; outros têm noção que frequentam a resposta social, por ser um local seguro e que precisam de recorrer quando o familiar vai trabalhar. As pessoas foram partilhando: “Eu gosto muito de vir para aqui, quando me perguntaram se gostava de frequentar o CAO, disse que sim. Pois se não ficava em casa e não

podia conviver.” (R.); “Eu gosto de vir para o CAO, mas também gosto muito de estar em casa, porque posso ver televisão. Eu sei que os meus familiares ficam descansados se eu vier para aqui.” (I.); “Vir para o CAO, para mim é um momento feliz, porque aqui sempre posso aprender mais coisas novas, com os meus colegas e com os profissionais.” (H.).

Neste momento, o grupo achou pertinente realizarmos algumas atividades, cujo objetivo seria demonstrar às outras pessoas que estão na instituição, nomeadamente os elementos da direção, aquilo que eles gostam de fazer quando estão no CAO, quais os seus interesses. Mas também acharam que poderia ser útil, mostrarem aquilo que gostariam de fazer, mas que não têm oportunidade. No final deste momento grupal, uma das pessoas que frequenta o CAO sugeriu: “Carina, acho que podíamos depois imprimir as fotografias e colar numa cartolina, para fazermos um cartaz para colocarmos aqui no CAO, assim quem cá viesse podia ver aquilo que fizemos” (H.), com esta sugestão e após aprovação do grupo, ficou decidida a forma como iríamos apresentar o resultado das várias atividades que fomos realizando.

Assim, quando questionei o grupo sobre a importância do CAO nas suas vidas, inicialmente mostraram alguma relutância, mas depois foram partilhando com os restantes elementos presentes: “Para mim vir para o CAO é divertido, porque estou com os meus colegas, faço trabalhos e posso falar com a TO que me ajuda quando tenho algum problema.” (H.); “Eu gosto muito de vir para o CAO, tenho aqui os meus amigos, prefiro vir para aqui do que estar em casa.” (R.); “Eu gosto muito de vir para aqui, aqui posso aprender e fazer trabalhos, posso conviver com pessoas se estivesse em casa eu não fazia.” (P.).

Desta forma, é possível depreender que para muitos o CAO representa uma rede de apoio, um local onde gostam de passar o tempo, de conviver e realizar atividades que em casa não fariam por estarem sozinhos. Quando estão nas suas habitações, veem televisão, usam o telemóvel ou ouvem música.

No decurso deste momento, também fui questionando se estavam ali por vontade própria, ou se lhes tinham imposto a sua ida para a valência. Alguns dos sujeitos proferiram: “Eu gosto de vir para aqui e tenho de vir, porque a minha irmã vai trabalhar e eu não posso ficar sozinha em casa.” (J.); “A mim disseram-me para vir para aqui, que era fixe e eu vim, e gosto de estar aqui, porque faço

trabalhos." (M.); "Eu gosto muito de estar em casa, mas sei que tenho de vir para aqui, porque os meus familiares precisam de estar mais descansados, mas eu também gosto de estar aqui com os meus colegas." (I.).

Quando questionados se para eles o CAO significava escola ou trabalho, uns responderam que era uma escola, enquanto outros disseram "É um trabalho, porque nós aqui fazemos muitas coisas, algumas das coisas eu não conseguia fazer em casa e não sabia e aqui tenho quem me explique e isso pode ser mais vantajoso para o meu futuro." (H.). Esta questão foi colocada, porque existe por parte da sociedade uma conceção que esta valência é comparada com uma escola, uma vez que, como as pessoas do CAO não seguiram um percurso escolar, acreditam que estas respostas sociais são um substituto da escola.

Ainda no sentido de promover a discussão em torno da participação, foi-lhes perguntado como se sentiram nesta partilha sobre o CAO e o grupo foi referiu: "Estas perguntas foram difíceis, eu nunca tinha pensado nisto. Foi bom ter refletido, e partilhar a minha opinião com os meus colegas." (R.); "Nunca tinha pensado nestas questões, e também não gosto muito de partilhar, mas faz bem para vermos a perspetiva dos outros." (F.); "Eu sabia que a maioria gostava de vir para aqui, porque se nota que estão felizes, mas não sabia que alguns vinham porque era uma necessidade. Para mim estar aqui é muito bom, então nunca pensei na hipótese de não vir. Quando tenho de ficar em casa é triste para mim, porque gosto de conviver e também de partilhar aquilo que penso com os meus colegas." (H.). Por sua vez, posteriormente a equipa técnica referiu: "São questões que não vamos colocando, nem a eles, nem nós vamos refletindo, mas é importante, assim podemos perceber a motivação deles." (MP); "Partilhar para eles não é um momento fácil, alguns têm dificuldade em expressar as suas opiniões, têm medo de ser julgados. Mas para nós enquanto profissionais, são momentos que deveriam ser realizados com mais frequência porque poderíamos compreendê-los melhor." (TO).

Posto isto, foi dado início à segunda atividade "O que mais gosto de fazer no CAO é?", onde as pessoas decidiram escolher uma das atividades que mais gostavam de fazer na valência, tendo total liberdade para escolher aquilo que gostariam de fotografar (Apêndice E). A maioria das pessoas que frequentam o CAO, participou. Enquanto fotografavam com o meu auxílio, iam proferindo: "É a primeira vez que estou a pegar numa máquina fotográfica, não sabia como isto

funcionava, mas agora já sei porque tu me explicaste.” (P.); “Agora todas as pessoas usam o telemóvel para tirar fotografias, nem sabia que havia máquinas, onde podíamos ver as fotografias que tínhamos tirado.” (N.). Uma das pessoas que quis participar, neste momento, é uma pessoa com deficiência visual que me pediu: “Carina, eu quero tirar uma fotografia ao jogo que mais gosto de fazer, achas que me podes ajudar? Colocas a máquina e dizes onde tenho de carregar” (AA.).

Depois de realizada a atividade, a AA. disse: “Muito obrigada por me teres ajudado, assim também posso participar em atividades mais difíceis, como é o caso de tirar uma foto, uma vez que não vejo, mas com ajuda eu sou capaz, tal como os outros.”. Este foi, sem dúvida, um momento diferente e especial. Senti que a AA. se sentiu integrada, feliz e realizada, pois conseguiu participar na mesma atividade que os outros colegas. Todas as pessoas que frequentam o CAO e que participaram nesta atividade, estavam entusiasmados, pois tiveram a oportunidade de ter uma experiência nova. Desde o momento que sugeriram a realização da atividade que o grupo sempre se revelou expectante: “Estava ansiosa que chegasse o dia desta atividade, para poder pegar numa máquina fotográfica e tirar uma foto aquilo que mais gosto.” (N.); “Estou muito feliz, por poder tirar uma fotografia, sem ser com o telemóvel.” (R.) “Foi tão gira esta atividade, senti-me bem em realizar e poder demonstrar às outras pessoas aquilo que realmente gosto de fazer.” (B.).



Figura3. Foto tira pela AA. durante a atividade.

Com o término da atividade, as pessoas que frequentam o CAO, iniciaram o terceiro momento desta ação. As pessoas acharam que poderia ser pertinente demonstrar que existiam outras atividades, que eles gostavam de fazer enquanto estão presentes na resposta social, mas que não podem realizar, conforme será explicado posteriormente. Para apresentar as atividades, que gostariam de realizar, o grupo considerou que a melhor forma de escolher estas atividades, seria através da escolha de uma imagem representativa da mesma na internet. Neste momento fui ajudando as pessoas, nomeadamente na escrita e na utilização do computador, contudo importa referir que a escolha das imagens foi inteiramente realizada por eles. As imagens mais escolhidas para representar aquilo que gostariam de poder fazer no CAO, estão associadas com à pintura de quadros, utilizando por base as telas; e com a inexistência de um computador na resposta social, para que as pessoas possam utilizar, quando quiserem. Estas duas representações, remetem-nos para o problema já mencionado na avaliação de contexto, a “ausência de recursos materiais”. As outras atividades escolhidas remetem-nos para as atividades desenvolvidas antes da pandemia, nomeadamente a escolha de imagens relacionadas com música e atividade física, realizadas aquando da presença de voluntários. No que concerne a estas últimas imagens, em conversa intencional com a TO compreendi que: “O facto de terem pessoas externas a trabalhar com eles, acaba por ser mais motivador, para eles. Porque trazem dinâmicas diferentes e são pessoas, que apesar de já os conhecerem há vários anos, não estão aqui diariamente como nós estamos.”. Outras imagens escolhidas remetem-nos para o facto de desejarem ter um emprego, o que para alguns era bastante importante pois sentir-se-iam mais úteis e capazes (Apêndice F).

Durante esta atividade, a equipa técnica teve a perceção dos interesses e gostos das pessoas, porque conforme proferido: “Nunca tinha questionado a importância do CAO para as pessoas, nem sobre os seus gostos. O facto de serem eles a propor as atividades, fez com que eles ficassem mais entusiasmados.” (MP) e “Nunca tinha perguntado às pessoas, se quando lhes dávamos uma atividade, esta ia ao encontro dos seus interesses e dos seus gostos. Não estava habituada, nem nunca tinha percebido que alguns vir para o CAO era mais por obrigação do que por vontade, este momento de partilha foi muito útil.” (MC); “Eles estavam felizes em realizar as atividades, que tinham sugerido, principalmente quando pegaram na máquina fotográfica. Eles estavam fascinados, nesse momento.” (AM). Com estas afirmações, é perceptível que a questão dos interesses, gostos e motivações, nunca tinha sido questionado. No sentido de as pessoas que frequentam o CAO terem direito a tomarem decisões sobre o que gostavam de poder realizar, a

TO referiu: “Eu acho que é pertinente que as pessoas tomem decisões nos momentos de escolha, porém muitas vezes é inviabilizado por questões de recursos materiais e económicos.”.

O último momento desta ação foi a elaboração do cartaz com as fotografias tiradas com a máquina fotográfica e as imagens escolhidas na internet. Foi um trabalho realizado com a participação de todos os intervenientes: alguns elementos cortaram as fotografias e as imagens e outros colaram. Decidiram separar as imagens em duas colunas para que fosse perceptível a diferença que existe, de forma que, quem olhasse para o cartaz, compreendesse a mensagem que queriam transmitir: de um lado o que gostam de fazer; do outro o que desejavam fazer. No final da elaboração do mesmo, decidiram colocá-lo na porta, porque era um local visível para quem visitasse a valência (Apêndice G).



Figura 4. Resultado Final da Ação “O CAO para mim é”

Após a descrição da Ação 1, foi feita a sua avaliação, tendo como indicador qualitativo, a observação participante, reflexões e as conversas intencionais com a equipa técnica e com as

peessoas que frequentam o CAO. Desta forma, foi possível compreender que os momentos que integraram esta ação permitiram responder aos OG e respetivos OE.

Importa considerar que esta ação proporcionou às pessoas a oportunidade de partilhar, refletir e expor as suas opiniões, interesses e vontades, sem que se sentissem constrangidos pelos elementos da equipa técnica. Foi também perceptível que a maioria dos presentes na resposta social quis participar nos momentos e se encontravam motivados para a partilha e para as atividades das diferentes ações.

Quando questionadas sobre os diversos momentos realizados na Ação 1, as pessoas foram referindo: "Gostei imenso de ter tido a oportunidade de escolher o que gostava de fazer quando venho para o CAO e, principalmente, de poder tirar uma fotografia com uma máquina. Nunca tinha tido essa experiência." (H.); "Eu gostava que as pessoas percebessem que gostava de trabalhar com outros materiais, mas vou sempre pedindo e ninguém me dá esses materiais." (P.); "Eu senti-me igual aos meus colegas, como se conseguisse ver a fotografia que estava a tirar." (AA.); "No início, quando tivemos de falar, foi um bocadinho complicado, mas depois gostei. Gostei principalmente de poder mexer numa máquina fotográfica." (R.); "De todos os momentos, o que menos gostei foi o de falar no grupo, nunca sei o que dizer." (A.). Por sua vez a equipa técnica proferiu: "O facto de poderem tirar uma fotografia numa máquina digital e depois poderem ir ao computador, fez com eles refletissem sobre as atividades que realizam e os seus gostos, de uma forma diferente, com uma motivação extra." (TO); "Para muitos, foi uma experiência única a de terem tirado fotografias com uma máquina, em especial a AA, que também participou na atividade." (AM).

No decorrer desta ação, nomeadamente no primeiro encontro, foi importante a presença da equipa técnica. Com esta dinâmica, pretendia-se que a equipa pudesse compreender os interesses e as vontades das pessoas, mas sobretudo que compreendessem o que significa para elas o CAO. Ao logo dos diferentes momentos desta ação, a equipa técnica foi refletindo e partilhando comigo que nunca tinha questionado as pessoas que frequentam o CAO, sobre os seus interesses e gostos, uma vez que estava institucionalizado a existência de um plano de atividades. Segundo a TO, este mesmo plano de atividades "vai ao encontro dos gostos e interesses das pessoas, mas não existe a oportunidade de escolha e de tomarem decisões sobre

o que gostavam de realizar durante o dia que estão aqui no CAO.” Outros elementos da equipa referiram: “Nunca me tinha questionado sobre a importância de questionarmos as pessoas sobre a sua vontade em participar.” (AM); “Fazer o que está estabelecido acaba por ser mais fácil, mas agora percebo que as pessoas ficam mais motivadas se propusemos atividades que sejam diferentes e que eles gostem.” (MC). Importa refletir que as práticas institucionais, já enraizadas, acabam por, na maioria das vezes, inviabilizar mudanças.

Importa referir que esta ação, decorreu em simultâneo com alguns momentos da Ação 2, uma vez que contribuem para o objetivo conjunto de promover a participação ativa das pessoas que frequentam o CAO, potenciar a sua criatividade e implicá-los nos processos de tomada de decisão que dizem respeito às suas vidas.

5.2. AÇÃO 2 – “REAPROVEITAR PARA TRANSFORMAR”

A Ação 2 denominada de “Reaproveitar para Transformar” incluiu a realização de várias atividades de grupo, maioritariamente com recurso a produtos reciclados, conforme será descrito ao longo deste subcapítulo.

Esta ação foi dividida em diferentes momentos que se interligam, com o objetivo de promover a participação das pessoas de forma espontânea e ativa, pondo em prática a sua criatividade e autonomia. Em simultâneo, foi da maior importância proporcionar momentos que iam ao encontro dos gostos, vontades e interesses das pessoas. Assim sendo, os momentos que constituem esta ação estão relacionados com as artes manuais e a música, nomeadamente a construção de instrumentos musicais. Tal como referido na análise da realidade e posteriormente na Ação 1, das atividades de que as pessoas mais sentiam falta eram as realizadas com a presença do voluntário das sessões de música. Esta ação contou também com uma atividade de culinária.

A atividade relacionada com a música foi dividida em quatro momentos. Inicialmente, o grupo sugeriu que fosse realizada uma ação de sensibilização sobre a reciclagem. Neste sentido foi lhes disponibilizado a visualização de um pequeno vídeo disponível no site da Lipor (Lipor, 2021), que

explica a importância da reciclagem e como se deve proceder à sua realização, finalizando com um momento de partilha entre todos os sujeitos sobre o tema.

Esta atividade serviu de mote para introduzir o segundo momento, onde visualizaram um vídeo disponível na plataforma *Youtube*, enquadrado no projeto da Casa da Música, designado de "Do Lixo se faz Música". Neste vídeo, o responsável apresenta as diversas possibilidades de reaproveitamento de materiais que normalmente deitamos fora para a construção de instrumentos musicais. Após a realização da atividade, foi notório o entusiasmo das pessoas. Algumas começaram a colocar questões de forma a compreender como poderíamos pôr em prática aquilo que tinha sido explicado no vídeo. No momento de partilha que se seguiu, os sujeitos foram afirmando: "Eu tenho em casa pacotes de iogurtes, dos sólidos e líquidos, que posso trazer?" (M.); "Vou pedir garrafas à minha mãe." (I.); "Eu tenho CD's e garrafas em casa que posso trazer." (N.); "Eu também tenho algumas garrafas e vou dizer em casa para não as deitarem fora, assim podemos utilizar." (H.); "Eu perto de casa tenho um café, será que com caricas das garrafas podemos fazer alguma coisa? Vou passar lá e pedir." (P.); "Eu tenho algumas caixas de papel em casa que posso trazer." (B.); "Eu tenho caixa de ovos e rolos de papel higiénico, vou dizer para não deitarem fora, assim também posso trazer." (R.).

Em conversa intencional com a equipa técnica, foi possível constatar a motivação das pessoas enquanto viam o vídeo e o seu interesse em participar: "Eu acho que eles gostaram muito, principalmente do segundo em que o senhor explicava a construção dos materiais." (M1); "Mesmo sendo em vídeo, eles viram a forma como eram construídos os materiais, é como se fosse alguém externo que estivesse cá, o que os motiva mais e faz com que fiquem mais entusiasmados para a realização da atividade, ainda para mais relacionada com a música, que é uma área que eles gostam muito. Acho que foi uma boa iniciativa." (T0).

Nos dias seguintes, as pessoas tomaram a iniciativa de trazer os materiais, tal como se tinham comprometido. Em conversa intencional com as diferentes pessoas que frequentam o CAO, fui questionando se tinham partilhado com os familiares aquilo que estiveram a fazer no dia anterior, nomeadamente sobre a importância da reciclagem e o porquê de levarem alguns materiais, que normalmente deitamos fora para o CAO. A maioria respondeu de forma positiva, inclusive uma das pessoas referiu: "Cheguei a casa e disse à minha sobrinha para não deitar fora as garrafas e

os pacotes de iogurte vazios, porque podiam ser utilizados para reciclarmos e fazermos outras coisas como instrumentos musicais.” (J.).

Iniciou-se, assim, o terceiro momento, a preparação e construção dos materiais de música. De modo a ser mais fácil e colaborativo a construção dos instrumentos, o grupo sugeriu que deveriam dividir tarefas. Todavia, todos tiveram oportunidade de experienciar a construção dos diversos materiais, uma vez que, ao longo da atividade, foram trocando entre eles de “posto de trabalho”. Foi possível dar às pessoas a oportunidade de escolher aquilo que queriam fazer ao longo dos dias. Uns quiseram fazer a pintura de alguns materiais de cartão, nomeadamente caixas e rolos de papel higiénico; outro grupo quis utilizar linhas para revestir argolas feitas de garrafas de plástico; outras pessoas preferiram decorar com papel autocolante uma caixa; outros indivíduos limpavam as caricas; e, outras pessoas quiseram cortar tiras verticais nas garrafas de plástico (Apêndice H).

Alguns destes materiais, nomeadamente os rolos de papel higiénico, as argolas de plástico, as caixas e tiras de cartão, necessitavam de ser conjugados com outros para poderem emitir som. Assim, depois de moldados e fechados numa das superfícies, nos rolos de papel higiénico foram colocados alguns grãos de arroz para que após fechados emitissem som, tal como uma maraca. Nas argolas foram colocados guizos, de modo a criar uma guizeira. Numa das caixas foram colocados pregos em espiral e areia, fazendo um pau de chuva, e noutra foram postos elásticos, imitando uma viola. Para construir outros instrumentos musicais, foram colocadas duas caricas nas extremidades das tiras de cartão e as caricas foram ainda furadas no centro e atravessadas por arame para posteriormente se unir. Outro instrumento, foi construído utilizando três CD's, sobrepostos, sendo que o do meio deveria ser cortado em “v” num dos lados, até ao centro, para de seguida se colocar na parte superior e central dos discos, um copo de iogurte líquido, de forma invertida. Outro instrumento construído, foi utilizado uma garrafa de água, onde colocaram água e areia (Apêndice I).



Figura 5. Construção dos materiais de música.

Após o término da construção dos materiais, o grupo reuniu-se para explorarem o som que emitiam. Depois deste momento de partilha, o grupo concluiu que a tira de cartão com as cargas recordava-lhes o som de alguém a bater à porta; as argolas de plástico revestidas com fio e onde foram colocados os guizos fazia lembrar as coleiras dos gatos; os CD's com a embalagem de um iogurte líquido parecia o som de um comboio ou de um navio; as garrafas de água de plástico, com o movimento faziam lembrar o som da chuva e, consoante a rapidez com que fossem abanadas, era possível fazer diferentes graus de intensidade da chuva; a caixa em forma de cilindro, após colocados pregos em forma espiral e areia fina, fazia lembrar a chuva; uma garrafa de plástico após colocar água e areia grossa fazia lembrar o som do mar.

Neste momento de partilha em grupo, uma das pessoas que frequenta o CAO questionou: "O que vamos fazer agora que temos os materiais de música feitos?" (N.). Devolvi a questão ao grupo, de forma a serem eles os principais atores, nesta tomada de decisão. Após um pequeno momento reflexão houve várias sugestões: "Acho que podíamos utilizar enquanto ouvíamos uma música." (R.); "Podíamos construir uma canção." (F.); "E se escrevêssemos uma história e depois gravássemos?" (H.). Todos gostaram desta última ideia e partilharam que, depois de gravado o vídeo, poderiam mostrar aos seus familiares e às outras pessoas que estão na instituição.

No dia seguinte, demos início ao quarto momento desta atividade, onde, com o auxílio de uma das monitoras, foi realizada a construção coletiva de uma pequena história. Todas as pessoas foram partilhando as suas ideias e a forma como poderíamos utilizar os materiais através do som que emitiam. A breve história construída contém uma pequena introdução, uma vez que, posteriormente, surgiu a ideia de gravarem um pequeno vídeo. Contudo tal não foi possível, porque no dia destinado à gravação, estavam poucas pessoas na resposta social, pois a maioria já se encontrava de férias. Questionei a TO sobre a possibilidade de gravarem o vídeo após as férias para depois poderem partilhar com as diferentes respostas sociais da instituição, com as suas famílias e com a comunidade, obtendo uma resposta positiva. Segue-se uma descrição da história que resultou desta atividade.

Introdução: Olá a todos, ao longo dos últimos dias que estivemos no CAO/CACI, fomos construindo alguns materiais de música reciclados com alguns utensílios que tínhamos em casa. Nesse sentido, visualizamos um vídeo do projeto que está inserido na Casa da Música, cujo nome é “Do Lixo se Faz Música”, assim sendo vamos contar-vos uma pequena história que construímos e onde utilizamos esse mesmo material. Esperamos que gostem!

“Era uma vez, um menino chamado João que vivia numa bela casa. De manhã quando acordou abriu a janela do seu quarto e foi ver como estava o tempo e não é que chovia e ventava (**garrafa de água e pau de chuva**), ele ficou triste, porque tinha pensado ir passear com os seus amigos. Mas de repente, e sem que fosse previsível, a chuva para e o sol começa a brilhar (**chaves**).

Entretanto o João ouve bater à porta, truz-truz (**duas caricas**), e vai ver quem é;

João: – Olá, André, que estás aqui a fazer?

André: – Olá, vim convidar-te para irmos passear até à beira da praia?

João: – Sim, vamos!

André: – Como é que vamos? A pé ou vamos de comboio?

João: – Penso que será melhor irmos de comboio.

Os dois amigos saíram de casa e dirigiram-se até à estação de comboio (CD's), que ficava muito perto da casa do João. Quando chegaram junto da praia (garrafa com areia), viram que havia muita animação, estava lá uma banda que costuma fazer animação de rua (maracas, caricas, caixa de cartão, etc) eles aproveitaram para se divertir um pouco, enquanto apreciavam uma exposição que estava no paredão, sobre os animais que habitam no mar.

Começou a entardecer e os dois amigos, regressaram novamente de comboio até casa. Quando chegaram a casa do João os dois amigos, tiveram uma visita inesperada, de dois gatos (argolas com guizos) que andavam por lá a passear.

O André disse ao João:

- Que gatos bonitos estes João, são teus?

E o João respondeu:

- São, eles estavam perdidos e eu adotei-os, agora fazem parte da minha família. André tenho de ir para casa, para lhes ir dar de comer, é a minha responsabilidade. Será que amanhã nos podemos voltar a encontrar e irmos novamente até junto da praia?

André: - Sim claro, então amanhã eu venho ter novamente a tua casa. Até amanhã!

João: - Combinado! Até amanhã!"

Concluída a sequência de atividades relacionada com a música, deu-se início ao conjunto de atividades relacionado com trabalhos manuais, também um dos interesses manifestados.

Um das sugestões dadas a este propósito, foi realizar um trabalho em que pudessem recorrer a um material que normalmente não usam: "Podíamos realizar uma atividade usando plasticina ou barro, é uma coisa que não costumamos fazer." (H.); "Eu também gostava de poder fazer um trabalho manual com um material diferente, estamos sempre a utilizar as mesmas coisas." (P.).

Posto isto, questionei o grupo sobre o que eles gostariam de fazer com esse material. Depois de um momento de partilha de várias ideias, o grupo chegou à conclusão de que o melhor seria construir algo que pudessem usar ou oferecer a alguém quem gostassem, surgindo assim a ideia de construir um porta-chaves. Para a realização desta atividade, utilizamos como material de base a massa de moldar branca. Após a distribuição de pequenos bocados da massa, foi solicitado a todos que fizessem, por exemplo, algumas bolas ou cubos, o que quisessem. De seguida, seria necessário furar as formas realizadas para passarmos à construção do porta-chaves.

No dia seguinte, ao chegarem ao CAO e após verificarem que as peças já estavam secas, o grupo decidiu pintar ou desenhar nas peças que tinham moldado no dia anterior, utilizando cores à sua escolha. Surgiu, daqui uma questão: "É possível fazer um porta-chaves com este material? Eu nunca vi!" (N.). Respondi, que "tudo era possível bastava usarmos a nossa imaginação", e que era isso que teríamos de fazer se queríamos construir um porta-chaves.

Na tarde desse dia, cada elemento pegou numa argola com um fio (a base do porta-chaves) e foram desafiados a enfiar algumas peças. No final poderiam dar um nó da forma que entendessem, porque não existe uma forma correta de fazer, pois é possível fazer porta-chaves distintos (Apêndice J).

No final, foi surpreendente observar como finalizaram a construção do seu porta-chaves, questionando o que iriam fazer com ele: "Podemos levar para casa?" (R.). Posto isto, as pessoas partilharam: "Eu gostava de oferecer este porta-chaves à minha irmã." (J.); "Eu também vou oferecer o meu a alguém que gosto, é uma prenda feita por mim." (I.); "Eu vou oferecer o porta-chaves, à minha mãe, é ela que cuida de mim" (P.).



Figura 7. Resultado da atividade artística manual.

Estando o projeto quase terminado, e após explicar às pessoas que frequentam o CAO, que seriam os meus últimos dias na resposta social, questionei os mesmos sobre o que gostariam de fazer para culminarmos este momento de partilha de saberes entre todos. Após várias sugestões dadas pelo grupo, surgiu a ideia de fazer um almoço de despedida. Assim, a última dinâmica que constitui esta ação está relacionada com a culinária, uma das atividades que as pessoas gostam de realizar, mas que ultimamente tem estado limitada, porque o espaço onde a resposta social se situa atualmente não reúne as condições necessárias, tendo sido adaptado para esta atividade.

Na sequência desta opção, eu questionei o grupo sobre o que gostariam de confeccionar e que ingredientes e utensílios de cozinha precisávamos para conseguir fazer a nossa própria refeição. O grupo foi partilhando: “Nós antes fazíamos sopa e a salada, agora não podemos fazer.” (J.); “Eu gostava de aprender a fazer uma receita que fosse fácil, para depois poder explicar aos meus familiares.” (B.); “Não dá para fazermos nenhuma receita onde pudéssemos aproveitar outros alimentos?” (F.); “Uma coisa que eu já não como há muito tempo é pizza.” (R.); “Sim, pizza é uma boa ideia, eu às vezes vejo eles a fazerem na televisão e gostava de aprender.” (P.).

Depois de ouvir as várias partilhas, o grupo e a equipa técnica chegaram à conclusão de que poderíamos fazer pizzas individuais, utilizando como base pão. Esta seria uma forma de utilizarmos este ingrediente que muitas vezes sobra e não sabemos como reaproveitar. Todos

concordaram com a ideia e depois de questionarmos a empresa responsável pela cozinha sobre a possibilidade de colocarmos as pizzas no forno, obtivemos resposta positiva. Avançamos para um momento de partilha, procurando compreender que ingredientes poderíamos utilizar, para elaborarmos uma lista do que era necessário para a confeção das pizzas.

Neste dia, foi perceptível a felicidade das pessoas por poderem ser elas a confeccionar e por ser uma refeição que algumas não comem habitualmente. Todos quiseram participar e ajudar, para isso, foram divididas as tarefas, e cada um escolheu o que gostaria de preparar: uns cortaram o pão; outros cortaram os ingredientes; outros trataram da polpa de tomate e outros fizeram a “montagem” da pizza, sempre com ajuda e supervisão da TO e de uma monitora, que sempre se mostraram disponíveis e colaborantes para que esta atividade se pudesse realizar (Apêndice K).

Chegada a degustação da refeição preparada, foi visível a felicidade das pessoas, não só porque estavam a comer algo de que gostam, mas porque tiveram a oportunidade de serem responsáveis pela sua confeção, uma vez que participaram em todo o processo de tomada de decisão, sentindo-se úteis e competentes na realização desta tarefa: “A pizza que fizemos estava mesmo boa.” (R.); “Estava deliciosa e foi muito fácil de fazer.” (P.); “Podíamos fazer mais vezes estas receitas.” (N.); “Agora vou contar em casa o que fizemos e como fizemos, para eles também poderem provar.” (B.); “Depois podem dar-me a receita para eu fazer com as minhas sobrinhas?” (F.); “Obrigada por nos poderem proporcionar estes momentos.” (H.).

A existência de um espaço para as pessoas poderem participar de forma livre, expor as suas ideias e reconhecerem as suas capacidades, nomeadamente no que se refere à preparação dos diferentes ingredientes para a confeção desta refeição, permite que as pessoas se sintam valorizadas e consigam realizar a tarefa de forma autónoma.

Considero que no CAO há espaço para que as pessoas reconheçam estas competências no sentido em que, nas antigas instalações, conseguiam preparar as suas refeições e no final arrumavam a cozinha, permitindo-lhes desenvolver a sua capacidade de autonomia. Atualmente não o podem fazer, porque o espaço não é adequado.

Porém, estas competências não podem apenas ser limitadas a este espaço temporal, é importante que se compreenda o antes e o depois. É expectável que quando as pessoas regressarem às instalações atualmente remodeladas, possam dar continuidade ao trabalho que já realizavam para promover a autonomia e a tomada de decisão. Só assim se sentem mais capacitados e empoderados, tal como previsto na legislação em vigor, conforme descrito no artigo 3º da Portaria nº 70/2021, onde na alínea d) e e). Estas duas alíneas, fazem referência ao princípio da autonomia, da tomada de decisões e da participação ativa. Estes direitos, são importantes para que as pessoas com deficiência possam participar na sociedade, de forma igualitária. Em conversa intencional com a TO, compreendi que quando foi apresentado o projeto das novas instalações, a equipa técnica não teve oportunidade, de dar a sua opinião sobre os espaços que deveriam manter, nomeadamente a cozinha para o treino das AVD e das AIVD: “No novo espaço acho que não vamos ter nenhuma cozinha. Quando questionei que utensílios de cozinha íamos ter, apenas me responderam que era certo a existência de um micro-ondas, pois existia uma cozinha geral, e terem um forno ou um fogão lá, só ia gerar mais despesas.”.

No âmbito desta partilha refleti sobre a “ausência de recursos materiais”. A equipa que está diariamente com as pessoas, que os conhece e que compreende a importância que o CAO tem na vida dos sujeitos, não é tida em consideração quando se estão a criar novos espaços físicos. Não obstante, seria bastante importante ouvir também as pessoas, sobre o que gostariam de ter nas novas instalações, e das atividades que gostariam de dar continuidade, nomeadamente a horta.



Figura 6. Resultado da atividade de culinária.

No dia seguinte à confecção da refeição, fui surpreendida por uma das pessoas que me contou que, quando chegou a casa, contou à família o que tinham feito no CAO e que os familiares queriam experimentar, e que planejaram fazer a receita nesse fim de semana. Em conversa intencional com as restantes pessoas que frequentam o CAO, percebi que a maioria das pessoas tinha partilhado com os familiares a atividade realizada na resposta social.

Avaliando a Ação 2, foi possível compreender que se conseguiu atingir os OG e respetivos OE. Foi perceptível o entusiasmo das pessoas nas atividades que propuseram, promovendo assim a sua participação ativa nos momentos de partilha e reflexão.

Num momento de partilha que se seguiu, pedi ao grupo que refletisse sobre os momentos/atividades realizadas. As pessoas referiram: “Gostei imenso da atividade da música, não fazia ideia que era possível construir instrumentos, utilizando materiais que tínhamos em casa.” (H.); “Eu adorei a atividade de culinária, gostei de poder ajudar a confeccionar o meu almoço, foi maravilhoso esse dia.” (N.); “Eu gostei de poder construir o instrumento musical, com a ajuda da AM, uma vez que eu não consigo ver, ela foi-me explicando como eu poderia fazer.” (AA.); “Estes momentos foram diferentes e criativos, conseguimos aprender coisas novas e eu até já expliquei em casa como fazer a pizza.” (F.); “Eu expliquei à minha sobrinha a importância de reciclar e reaproveitar materiais.” (J.).

No que respeita à partilha da equipa técnica relativamente a esta ação, foram proferidas as seguintes afirmações: “Estas atividades ligadas à arte, criatividade e manualidades, criam muito interesse neles, porque vêm como as coisas são feitas. Aquele vídeo do projeto “Do Lixo se faz Música” foi incrível e eles adoraram, porque foi muito interativo, fez lembrar os momentos em que tínhamos voluntários.” (TO); “Tudo que seja artes manuais e atividades diferentes eles gostam, então a AA. estava muito contente por conseguir participar como os colegas.” (AM).

As atividades que se prendem com esta ação, foram bastante pertinentes no sentido em que a equipa técnica, partilhou também o quão fundamental é dar às pessoas, a oportunidade de escolherem e definirem aquilo que gostariam de fazer durante a sua presença no CAO. Apesar das barreiras, como por exemplo, a ausência de materiais, é possível através da criatividade e utilização de materiais reciclados, criar espaços que vão ao encontro dos gostos das pessoas.

Esta ação foi aquela que mais cativou e motivou as pessoas, uma vez que foi ao encontro dos seus interesses e gostos. Eles demonstraram sempre vontade de partilhar os seus conhecimentos, em querer saber mais, para posteriormente poderem partilhar com aqueles com quem habitam e de quem gostam. Estas atividades tornaram as pessoas mais empoderadas, autónomas e capacitadas, com vontade de partilhar ideias, para que em futuras atividades pudessem usar materiais reciclados ou que reaproveitassem o existente. Ao longo destas atividades as pessoas foram proferindo: “Agora vou estando atenta aos materiais que se podem reutilizar, para depois puder trazer ideias de novas atividades, para fazermos todos juntos.” (N.); “Vou procurar no telemóvel ideias novas, para podermos fazer aqui, com algum material que já temos e com outros que podemos construir, como é o caso dos instrumentos musicais.” (H.); “Em casa já fui pedindo, para terem mais atenção e não deitarem em casa, por exemplo, os copos de iogurte, porque assim podemos reutilizar.” (J.); “Adorei todas as atividades, que realizamos nesta ação, foi possível utilizarmos e reutilizarmos materiais, para fazer coisas diferentes.” (R.); “Construirmos uma história em conjunto, utilizando os instrumentos musicais, foi uma ideia gira, criamos todos juntos e demos outra utilização aos instrumentos, que não fosse só a música, ou seja, criamos uma história que podemos dramatizar.” (P.).

Foi também perceptível que a maioria da equipa técnica esteve empenhada em apoiar e colaborar na realização das dinâmicas incluídas nesta ação, porque eram inovadoras e porque percebiam que os sujeitos estavam mais estimulados pois participavam de uma forma mais ativa. A TO referiu ainda: “Esta ação fez com que todos ficassem mais participativos e se sentissem mais interessados. Eu notei neles uma motivação, que já não via há muito tempo. Eles escolheram realizar as atividades que mais gostavam e estavam muito felizes. Foi muito bom!”.

6. AVALIAÇÃO FINAL DO PROJETO: AVALIAÇÃO DO PRODUTO

A avaliação de produto está relacionada com interpretação e valorização do que foi feito no projeto, quer dos aspetos negativos como positivos. De forma a compreender se a finalidade e os objetivos propostos foram alcançados, tomamos como referência diferentes indicadores de avaliação (Cembranos et al., 2001; Stufflebeam & Shinkfield, 1995). A avaliação de final do projeto decorre das perceções das pessoas que frequentam o CAO e da equipa técnica, bem como da minha observação e reflexões ao longo de todo o processo, sendo por isso considerada uma avaliação participada. Importa referir que o número de pessoas foi constante no decurso do projeto.

O momento de avaliação final foi feito no último dia da minha presença no CAO. Foi realizado um momento de partilha e reflexão entre todas as pessoas que frequentam o CAO e alguns elementos da equipa técnica, que se demonstraram disponíveis para acompanhar o grupo neste momento.

No momento de partilha e reflexão final, solicitei a todos que pensassem em tudo o que tínhamos realizado, todos os momentos que tinham partilhado comigo e tudo o que tinham experienciado, não só nas atividades, mas também nos momentos de reflexão em grupo, especialmente na discussão das atividades e da forma como poderíamos realizá-las.

Assim, as pessoas foram falando, com os restantes elementos presentes, sobre as ações desenvolvidas no projeto. Estes momentos foram importantes, pois constituíram-se enquanto espaços de partilha de ideias e de atividades a realizar no CAO. As pessoas foram referindo: "Gostei de poder ter dado ideias, para podermos realizar as atividades, senti que tinha sido útil, gostei de aprender novas formas de poder utilizar o material e de conseguir construir instrumentos. Na atividade de culinária, gostei imenso de colaborar e preparar a minha própria refeição, um dia posso precisar de cozinhar para mim e para a minha família." (H.); "Para mim, foi importante partilhar o que gostaria de fazer com os meus colegas e perceber que tínhamos gostos em comum." (P.); "Os momentos em que passamos a fazer as atividades manuais foi a que mais gostei." (R.); "Foram colocadas questões que me pôs a pensar, pude dar a minha opinião, partilhar

os meus gostos e ensinar coisas novas em casa, aos meus familiares.” (F.); “Nunca me tinham pedido para ser eu a dizer o que queria fazer, isso foi bom, também gostava de poder voltar a fazer outras coisas que fazíamos quando não havia COVID, mas em casa fui dizendo aos meus familiares o que fomos fazendo e eles gostaram de saber.” (B.); “Comecei a partilhar em casa, o que fui fazendo aqui no CAO com os meus colegas, expliquei a importância de reaproveitarmos materiais e ensinei uma nova receita, fui útil e isso foi importante para mim.” (J.); “Foi bom ouvir e partilhar com os meus colegas aquilo que eu gosto, porque temos gostos em comum, depois quando vimos o vídeo, percebi que é importante termos atenção ao que temos em casa, porque muita coisa pode ser reutilizada.” (M.); “Em minha casa, vamos tendo mais atenção ao que podemos reutilizar e reaproveitar, para não deitarmos coisas fora.” (I.); “Eu gostei de participar nas atividades e poder fazer, o que os meus colegas fazem, apesar de não ver, posso partilhar a minha opinião e realizar as mesmas coisas que eles.” (AA.); “Gostei muito da atividade de culinária e dos instrumentos, já fui partilhando muitas coisas em casa.” (N.); “Nunca tinha falado daquilo que gosto, nem me tinham perguntado o que eu queria e gostava de fazer.” (P.); “Gostei de poder fazer atividades diferentes.” (A.).

Tendo em conta a perceção das pessoas, as partilhas que foram fazendo neste momento, e as conversas intencionais que foram ocorrendo no decurso das ações, foi possível compreender que o caminho desenhado, planificado e desenvolvido neste projeto, foi realizado de forma a atingir os objetivos e a alcançar a finalidade proposta, aumentar a participação das pessoas do CAO e empoderá-las nos processos de tomada de decisão.

Importa também compreender a perceção da equipa técnica, nomeadamente compreender se o projeto teve utilidade para as pessoas do CAO e se seria vantajoso para inspirar uma transformação social, tanto nas pessoas como na própria equipa. Assim sendo, na perspetiva da TO o projeto: “Foi bastante pertinente para as pessoas até porque foi ao encontro daquilo que para elas são as atividades significativas, aquilo que mais gostam, por isso fez todo o sentido.”.

Nas diversas conversas intencionais que tive com a TO ao longo do projeto, fui compreendendo e refletido sobre a sua perceção no que respeita o plano de atividades e as atividades que vão sendo realizadas no CAO. Foi perceptível que algumas atividades não vão ao encontro dos gostos das pessoas; e quando sugerem novas atividades significativas, são criadas várias barreiras que

inviabilizam a sua realização, nomeadamente a resistência a atividades que sejam diferentes, e a falta de recursos económicos.

No que respeita à restante equipa técnica e a promoção do questionamento ativo da mesma, de acordo com o OG2, foi notória a presença assídua da TO, de uma das monitoras e da ajudante da ação direta, que sempre se mostraram disponíveis para auxiliar nas dinâmicas e na concretização. Os constantes momentos de reflexão que foram sendo promovidos, foram importantes para que os interesses, gostos e motivações das pessoas fossem auscultados e progressivamente integrados de nas atividades desenvolvidas.

O projeto foi interrompido por imposição de regras pandémicas, o que obrigou a constantes reformulações. Outro constrangimento prendeu-se com o facto de a investigadora não poder estar a tempo integral na resposta social por questões laborais. O apoio da equipa revelou-se fundamental, pois conhecia e mantinha uma relação estreita com as pessoas, o que foi imprescindível para o desenvolvimento do projeto.

Quando questionada a equipa técnica sobre a pertinência do projeto, foi partilhado: “Eles gostaram muito, apesar de terem algum receio em partilhar, depois de começarem vamos ouvindo muitas coisas interessantes, que no decorrer do dia a dia, não temos oportunidade para o fazer. As últimas atividades foram sem dúvida a parte que mais gostaram, eles gostam de atividades mais manuais, isso cativa-os.” (MC); “O tempo é escasso e os meios humanos são poucos, o que impossibilita, na maioria das vezes termos tempo para escutar o gosto deles, mas foram feitas atividades que eles gostaram e isso é que é importante termos de incluir todos.” (AM).

Assim sendo, importa ressaltar que a ação “Para mim o CAO é ...”, permitiu concretizar os OG e os seus respetivos OE. Nesta ação, importa compreender o que significa o CAO na vida das pessoas. Mas, realça-se a importância de perceber quais são os gostos, interesses, motivações e vontades das pessoas. Com a realização de atividades e com os vários momentos de partilha e reflexão em grupo, foi possível promover um questionamento ativo da equipa técnica sobre estas questões, que muitas vezes são negligenciadas. Também foi importante para as pessoas partilharem com os restantes colegas e com a equipa técnica o significado que o CAO tem nas suas vidas e aquilo que gostam ou gostavam de poder realizar. A ação “Reaproveitar para Transformar” também

permitiu concretizar os OG e respetivos OE. Na presente ação foram criados momentos para que as pessoas pudessem exercer o seu direito de participação e decisão. Estes momentos procuraram promover a autonomia, independência, e empoderamento dos sujeitos. Procurou-se também nestes momentos fomentar a reflexão, e a tomada de decisão.

No que respeita à continuidade do projeto, reflito que será difícil considerar a sua continuação, devido à complexidade de alteração de dinâmicas institucionais, nomeadamente quando promovidas por um projeto desenvolvido com poucos meses de duração. Porém, importa considerar que foram proporcionados momentos de participação, empoderamento, capacitação e autonomia às pessoas que frequentam esta resposta social. O grau de envolvimento e de partilha de poder nas decisões do CAO também dependerá do acesso aos recursos materiais e humanos. O novo espaço, poderá ampliar as vozes das pessoas, ou estrangê-las. Porque pensar numa horta é muito mais do que pensar no espaço onde se planta, é reconhecer o direito do outro de querer ser feliz ali. No futuro, certamente que todos os envolvidos terão memórias e poderão refletir sobre o caminho percorrido. A esperança é que as sementes lançadas possam um dia tornar-se árvores frondosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o desenvolvimento do projeto “motivARTE”: Projeto de intervenção psicossocial num CAO, procurou-se promover a participação ativa, a autonomia, empoderamento e a capacitação das pessoas que frequentam o CAO. Para isso, foi feito o levantamento das potencialidades e dos recursos a utilizar.

O projeto foi desenhado e desenvolvido segundo a metodologia de IAP. Deste modo, foi co-construído através dos momentos de partilha, cooperação e corresponsabilização de todos os intervenientes (Lima, 2003), de forma a alcançar a finalidade definida, aumentar a participação das pessoas do CAO e empoderá-las nos processos de tomada de decisão. Contudo importa ressaltar que surgiram constrangimentos que impediram que o projeto nem sempre se pautasse numa metodologia de IA, sobretudo a imposição de regras devido à pandemia, e a não permanência a tempo integral da investigadora no CAO.

Como ponto prévio à escrita acerca do desenvolvimento do projeto, importou clarificar os conceitos de deficiência e incapacidade, no sentido de conhecer e compreender os atores sociais. Revelou-se ainda fundamental perceber que a incapacidade se distingue da deficiência, no sentido em que existem barreiras que limitam as pessoas com deficiência nos contextos sociais onde estão inseridas e que se reflete no exercício condicionado a uma participação total e efetiva. O direito à participação ativa das pessoas com deficiência não é reconhecido, o que contraria os pressupostos da educação social. Desta forma é importante trabalhar a autonomia e estimular o exercício de uma cidadania ativa, ouvindo e dando voz às pessoas (Lima, 2003; Timóteo & Bertão, 2012).

É este sentido crítico que, enquanto mestranda de projeto e futura profissional da área, pude desenvolver no decurso da conceitualização e desenvolvimento do “motivARTE” e durante a redação deste relatório. Os constrangimentos que procurei ultrapassar ao longo deste processo, nomeadamente no que se refere à reflexão em torno de dilemas éticos, foram fundamentais neste percurso.

Ética, na atividade profissional “assume como preocupação direta a resolução de casos concretos moralmente problemáticos e de questões de relevância moral no mundo em que vivemos” (Callahan, 1998, citado por Banks & Nøhr, 2008, p. 12). Desta forma, “os educadores sociais atuam em favor da capacitação subjetiva e cívica de todas as pessoas e ao longo de toda a sua vida” (Baptista, 2012, p. 42), sendo por isso, importante que haja uma reciprocidade no que respeita aos direitos e às individualidades de cada pessoa.

A propósito dos dilemas éticos supramencionados, sou levada a refletir acerca da escassez de recursos materiais, e das suas implicações na vida das pessoas que frequentam o CAO, uma vez que este problema constrange a realização de atividades diferentes que vão ao encontro dos gostos, interesses e vontades dos sujeitos. Daqui poderá também advir a desmotivação por vezes sentida pelas pessoas que frequentam o CAO e a equipa técnica. Durante o tempo em que estive em projeto, fui muitas vezes refletindo sobre a possibilidade de disponibilizar recursos financeiros para que fosse possível a realização de atividades diferentes. Todavia, fui compreendendo que esta fragilidade não seria colmatada se disponibilizasse os meus recursos.

O outro constrangimento com que me deparei foi a situação pandémica. Os confinamentos dificultaram a realização do projeto, sendo para isso necessário realizar constantes reformulações. A par dos constrangimentos mencionados foram identificados outros problemas/desafios como sendo a ausência de uma articulação continuada e integrada com as famílias; e, a existência de tensões e conflitos na equipa. As intervenções nestes domínios foram, no entanto, constrangidas devido a contingências associadas ao COVID, que implicou o encerramento e alteração do funcionamento do CAO, e devido à duração do projeto.

Para além dos constrangimentos existentes, o desenvolvimento deste projeto permitiu-me crescer, compreender e adquirir competências para o desempenho da minha ação profissional. Com base nos pressupostos da educação social e procurando aplicar todo o conhecimento que adquiri nesta especialização, espero ter contribuído “para a construção das identidades pessoais e da autonomia” de todas as pessoas, através da minha implicação na edificação “de uma sociedade de inclusão assente numa lógica de partilha, de co-responsabilização e, portanto, de contratualização” (Carvalho & Baptista, 2004, p. 95).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Afonso, M. L. M. (2011). Notas sobre sujeito e autonomia na intervenção psicossocial. *Psicologia em Revista*, 17(3), 445-464.
- Agostini, N. & Silveira, C. R. (2018). A educação segundo Paulo Freire: da participação à libertação. *Reflexão e Ação*, 26(1), 149-164.
- Amiralian, M. L. T., Pinto, E. B., Ghirardi, M. I. G., Lichtig, I., Masini, E. F. S., & Pasqualin, L. (2000). Conceituando deficiência. *Revista de Saúde Pública*, 34(1), 97-103.
- Ander-Egg, E. (2000). *Metodología y Práctica de Animación Sociocultural*. Madrid: Editorial CCS.
- Assembleia da República. (1976). *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: <https://www.igac.gov.pt/documents/20178/358682/Constitui%C3%A7%C3%A3o+da+Rep%C3%BAblica+Portuguesa.pdf/75cbb3ef-b379-43a3-af8c-78ff82b1868f>
- Bampi, L., Guilhem, D., & Alves, E. (2010). Modelo Social: uma nova abordagem para o tema deficiência. *Revista Latino-Am Enfermagem*, 18(4), 1-9.
- Banks, S., & Nøhr, K. (2008). *Ética prática para as profissões do trabalho social*. Porto: Porto Editora.
- Baptista, I. (2012). Ética e Educação Social: Interpelações de contemporaneidade. *SIPS – Pedagogía Social. Revista Universitaria*, 19, 37-49.
- Bordenave, J. E. D. (1994). *O que é participação* (8ª ed.). São Paulo: Editora Brasiliense.
- Boutinet, J. P. (1990). *Antropologia do projecto*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Carvalho, A. D., & Baptista, I. (2004). *Educação social fundamentos e estratégias*. Porto: Porto Editora.

- Carvalho-Freitas, M. N., & Marques, A. L. (2007). A diversidade através da história: a inserção no trabalho de pessoas com deficiência. *Organizações & Sociedade*, 14(41), 59-78.
- Catalán, M. A. R. (1993). Modelos de evaluación: concepto y tipos. In M. P. C. Bravo, & M. A. R. Catalán (Orgs.), *Evaluación de Programas: Una guía práctica* (pp. 33 – 54). Sevilla: Editorial Kronos.
- Ceballos, P. L. (2003). *Un método para la investigación-acción participativa* (4ª ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Cembranos, F., Montesinos, D. H., & Bustelo, M. (2001). *La animación sociocultural: una propuesta metodológica* (8ª ed.). Madrid: Editorial Popular.
- Cid-Ruzafa, J., & Damián-Moreno, J. (1997). Valoración de la discapacidad física: el índice de Barthel. *Rev Esp Salud Pública*, 71, 127-137.
- Colmenares, A. M. (2012). Investigación-acción participativa: una metodología integradora del conocimiento y la acción. *Voces y Silencios: Revista Latinoamericana de Educación*, 3(1), 102-115.
- Costa, A. B. (1998). *Exclusões Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Coutinho, C. P., Dias, A., Bessa, F., Ferreira, M. J., & Vieira, S. (2009). Investigação-ação: metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, 13(2), 355-379.
- Cuba, M. A. S., & Espinoza, M. A. (2014). APGAR Familiar: una herramienta para detectar disfunción familiar. *Rev Med La Paz*, 20, 53-57.
- Decreto-lei nº 172-A/2014 de 14 de novembro. Diário da República nº 221/2014 – I Série. Lisboa: Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

Decreto-lei nº 352/2007 de 23 de outubro. Diário da República n.º 204/2007 – I Série. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Delgado, P. (2006). *Os direitos da criança. Da participação à responsabilidade*. Porto: Profedições.

Dessen, M. A., & Silva, N. L. P. (2000). *Deficiência mental e família: uma análise da produção científica*. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/nBD5fntQPd6ghNMCyQjX7hK/?lang=pt>

Domingues, M. A. R. C., Ordonez, T. N., Lima-Silva, T. B., Nagai, P. A., Barros, T. C., & Torres, M. J. (2012). Revisão sistémica de instrumentos de avaliação de rede de suporte social para idosos. *Revista Temática Kairós Gerontologia*, 15, 333–354.

Encarnação, P., Azevedo, L., & Londral, A. R. (2015). *Tecnologias de apoio para pessoas com deficiência*. Lisboa: Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Fazenda, I. (2008). *O puzzle desmanchado: saúde mental, contexto social, reabilitação e cidadania*. Lisboa: Climepsi Editores.

Ferreira, P. R., & Fiamenghi-Jr, G. A. (2015). Relações familiares de cuidadores de pessoas com deficiência intelectual profunda. *Pensando Famílias*, 19, 130–141.

Fontes, F. (2016). *Pessoas com deficiência em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Freire, P. (1981). *Ação Cultural para a Liberdade* (5ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.

Gaudenzi, P., & Ortega, F. (2016). Problematizando o conceito de deficiência a partir das noções de autonomia e normalidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, 21(10), 3061–3070.

Giddens, A. (2009). *Sociologia* (9ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- ISS (2007). *Centro de Atividades Ocupacionais Manual de processos-chave*. Disponível em: http://www.seg-social.pt/documents/10152/13475/gqrs_cao_processos-chave/4b052a99-b321-494f-9735-16332f7d1a41
- Latorre, A. (2003). *La investigación-acción: conocer y cambiar la práctica educativa*. Barcelona: Editorial GRAÓ.
- Lei nº 30/2013. *Lei de Bases da Economia Social*. Diário da República – I série – N.º 88 de 8 de maio de 2013, 2727–2728.
- Lima, R. (2003). *Desenvolvimento levantada do chão ... com os pés assentes na terra: desenvolvimento local, investigação participativa, animação comunitária*. (Tese de doutoramento não publicada). Universidade do Porto, Porto, Portugal. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/53042>
- Lipor. (2021). *LIPOR*. Disponível em: <https://www.lipor.pt/pt/galeria-de-videos/sensibilizacao-2-2/>
- Macedo, E., & Macedo, A. (2014). *Conscientização e aprendizagem pela conversa: empoderamento e renovação democrática de comunidades locais*. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/3527/1/FPF_PTPF_01_0466.pdf
- Maciel, A. C. C., & Guerra, R. O. (2007). Influência dos fatores biopsicossociais sobre a capacidade funcional de idosos residentes no nordeste do Brasil. *Rev Bras Epidemiol*, 10, 178–189.
- Maia, A. C. B. (2009). *A importância das relações familiares para a sexualidade e a autoestima de pessoas com deficiência física*. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0515.pdf>
- Martins, B. S., Fontes, F., Hespanha, P., & Berg, A. (2012). A emancipação dos estudos da deficiência. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 98, 45–64.

- Mendonça, M. (2002). *Ensinar e aprender por projectos*. Porto: ASA Editores.
- Messa, A. A. & Fiamenghi Jr., G. A. (2010). O impacto da deficiência nos irmãos: histórias de vida. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15(2), 529–538.
- Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social. (2019). *Guia Prático: Os Direitos das Pessoas com Deficiência em Portugal*. Disponível em: <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBAAAAB%2bLCAAAAAAABACzMDW0AAAFlyTYBAAAA%3d%3d>
- Ministério do Trabalho Solidariedade e Segurança Social. (2021). *Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021–2025* (ENIPD 2021–2025). Disponível em: <https://www.inr.pt/documents/11309/284924/ENIPD.pdf/5bce7969-0918-4013-b95d-2a5a35a870c5>
- Mintzberg, H. (1995). *Estrutura e dinâmica das organizações*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Monteiro, A. (1996). A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática. *Sociologia Problemas e Práticas*, 22, 137–153.
- Monteiro, H. (2019). Investigação, transformação e «palavramundo»: Novos e velhos desafios ético-metodológicos. *Educação, Sociedade E Culturas*, 54, 65–84.
- Monteiro, H. & Ferreira, P. D. (2014). *Ética e deontologia*. Porto: Plural Editores.
- Nações Unidas (2006). Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (resolução A/RES/61/106). Disponível em: https://gddc.ministeriopublico.pt/sites/default/files/documentos/instrumentos/pessoas_deficiencia_convencao_sobre_direitos_pessoas_com_deficiencia.pdf
- OMS (2004). *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. Disponível em: <https://www.dgs.pt/estatisticas-de-saude/documentos-para->

[download/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif.aspx](https://www.who.int/classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude-cif.aspx)

OMS (2011). *Relatório mundial sobre a deficiência*. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf

Payne, M. (2002). *Teoria do trabalho social moderno*. Coimbra: Quarteto Editora.

Pordata (2021). *Pordata Base de Dados Portugal Contemporâneo*. Disponível em: <https://www.pordata.pt/Municipios>

Portaria nº 70/2021 de 26 de março. Diário da República nº 60/2021 – I Série. Lisboa: Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Portaria nº 432/2006 de 3 de maio. Diário da República nº 85/2006 – I Série-B. Lisboa: Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Reis, J. G., Araújo, S. M., & Glat, R. (2019). Autopercepção de pessoas com deficiência intelectual sobre deficiência, estigma e preconceito. *Revista Educação Especial*, 32, 1-16.

Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.

Santos, B. S. (1995). *Um discurso sobre as ciências* (7ª ed.). Porto: Edições Afrontamento.

Sasaki, R. K. (s.d.). *Por falar em classificação de deficiências*. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/323557992/POR-FALAR-EM-CLASSIFICACAO-DE-DEFICIENCIASB>

Schalock, R. L. & Verdugo, M. L. (2007). *El concepto de calidad de vida en los servicios y apoyos para personas con discapacidad intelectual*. Disponível em: <https://gredos.usal.es/handle/10366/55873>

- Serrano, G. P. (2008). *Elaboração de projetos sociais. Casos práticos*. Porto: Porto Editora.
- Sequeira, C. A. C. (2010). Adaptação e validação da escala de sobrecarga do cuidador de Zarit. *Revista de Enfermagem*, 12, 9-16.
- Silva, O. (2005) Campanha contra a discriminação das pessoas com doença mental. In J. Ornelas, F. J. Monteiro, M. J. V. Moniz, & T. Duarte (Coord.), *Participação e Empowerment das Pessoas com Doença Mental e seus Familiares*, 179-184. Lisboa: AEIPS Edições.
- Solís, C. L. B., Arrojia, S. G., & Manzano, A. O. (2005). Índice de Barthel (IB): un instrumento esencial para la evaluación funcional y la rehabilitación. *Plasticidad y Restauración Neurológica*, 4, 81-85.
- Sousa, S. (2012). *As Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. IPI-Consulting Network Portugal, Lisboa.
- Sousa, J. (2017) *O Estigma da Saúde Mental*. Disponível em: <https://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1120.pdf>
- SPAT. (2021). Sociedade Portuguesa de Arte-Terapia. Disponível em: <https://arte-terapia.com/a-arte-de-ser-livre-jovens/>
- Stufflebeam, D. L., & Shinkfield, A. J. (1995). *Evaluación sistemática: guía teórica y práctica*. Barcelona: Ediciones Paidós.
- Timóteo, I., & Bertão, A. (2012). Educação Social Transformadora e Transformativa: clarificação de sentidos. *Sensos*, 2(1), 11-26.
- UPIAS (1976). *Fundamental Principles of Disability*. Disponível em: <https://disability-studies.leeds.ac.uk/wp-content/uploads/sites/40/library/UPIAS-fundamental-principles.pdf>

WHO (2021). *Disability*. Disponível em: https://www.who.int/health-topics/disability#tab=tab_1

ANEXOS

ANEXO A: CONSENTIMENTO INFORMADO DOS PARTICIPANTES

CONSENTIMENTO INFORMADO PARA PARTICIPAÇÃO NUM PROJETO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito do curso de Mestrado em Educação e Intervenção Social da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto, na especialização em Ação Psicossocial em Contextos de Risco, os/as mestrandos/as concebem e desenvolvem um projeto de investigação-ação, em contextos considerados de maior risco social e vulnerabilidade.

A mestranda Carina Bastos Fonseca foi acolhida na instituição XXXX, para o desenvolvimento do projeto numa das suas respostas sociais /desenvolve o projeto no contexto da sua atividade profissional. O envolvimento de profissionais e de crianças/jovens é voluntário, podendo cada pessoa decidir não participar, em qualquer momento do desenvolvimento do projeto.

A mestranda elaborará um relatório escrito sem qualquer dado pessoal, que será avaliado e que estará disponível *on-line*, no Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. Podem também resultar deste trabalho comunicações em congressos e publicações científicas.

Garante-se que a informação é confidencial, mantendo-se o anonimato e não sendo divulgados os dados pessoais dos participantes XXXX. Este documento, que tem o nome da instituição e do/a participante, será guardado na Escola Superior de Educação pela Coordenadora do Curso pelo prazo de 5 anos.

Agradece-se, desde já, a sua participação e, caso concorde em participar no projeto, solicita-se que assine este consentimento.

Confirmo que li e compreendi a informação apresentada e que tive a possibilidade de esclarecer dúvidas com a mestranda. Confirmo, ainda, que, atempadamente, fui informada oralmente do conteúdo deste documento e que aceitei participar no projeto desenvolvido no âmbito do Mestrado em Educação e Intervenção Social. Autorizo que a mestranda Carina Bastos Fonseca desenvolva o projeto de intervenção social com o grupo de jovens e adultos da minha responsabilidade.

(Local, Data)

(Assinatura)

APÊNDICES

APÊNDICE A: PLANO DE ATIVIDADES DO CAO

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
8h30	transportes / acolhimento	transportes / acolhimento	transportes / acolhimento	transportes / acolhimento	transportes / acolhimento
9h30	pequeno-almoço	pequeno-almoço	pequeno-almoço	pequeno-almoço	pequeno-almoço
10h	Espaço C	Artes e ofícios	Espaço C viajar cá dentro	artes e ofícios	Espaço C
12h	almoço	almoço	almoço	almoço	almoço
13h	<i>nier far niente</i>	<i>nier far niente</i>	<i>nier far niente</i>	<i>nier far niente</i>	<i>nier far niente</i>
14h	danças e cantares	party games	danças e cantares	Sabores	Modas e Vaidades
15h30	lanche	lanche	lanche	lanche	lanche
16h00	transportes / despedidas	transportes / despedidas	transportes / despedidas	transportes / despedidas	transportes / despedidas

Descrição das Atividades:

- **Viajar cá dentro:** visitas virtuais às cidades e aos seus monumentos e locais de interesse, segundo escolha do aniversariante.
- **Sabores:** uma refeição por mês típica de cada região + pequenos workshops de culinária (precedidos de planificação com os utentes que envolva ver preços, ingredientes, calorias, nutrientes...)
- **Artes e ofícios:** trabalhos manuais (plástica, pintura, ...), para a concretização do projeto de aniversário
- **Danças e Cantares:** expressão motora, musical e artística, sempre que possível com a recriação de músicas e letras pelos nossos utentes

- **Modas e vaidades:** manter cuidados pessoais e de beleza aos nossos utentes; pequenas atividades de costura para recuperação de roupas
- **Espaço C (crescer, cuidar, capacitar):** espaço de concretização de AVD e AVDI; de identificação das necessidades do serviço em termos de equipamentos, materiais e produtos; manutenção das plantas e dos armários arrumados; planificação das atividades a desenvolver; análise de situações-problema concretos e decisão em grande grupo da resolução; preparação de mensagens CAO-Família-CAO.
- **Party games:** exercícios de tonicidade, equilíbrio, lateralidade, noção de corpo, organização espaço-temporal, praxia global e praxia fina

APÊNDICE B: PLANEAMENTO DA ATIVIDADE “SENSAÇÕES CRIATIVAS”

Atividade “Sensações Criativas”

Título: Sensações criativas²

Duração: 20 a 40 minutos

Material: cartão ou folha branca, mica, tintas, faca, garfo, colher, paus, etc.

Objetivos:

1. Promoção da arte criativa;
2. Permitir que a pessoa possa explorar os vários materiais.

Descrição da atividade:

1. Colocar cores variadas no cartão ou na folha branca;
2. Pegar na faca, por exemplo, e fazer vários movimentos;
3. No final observar a criação;
4. Dar um título à criação.

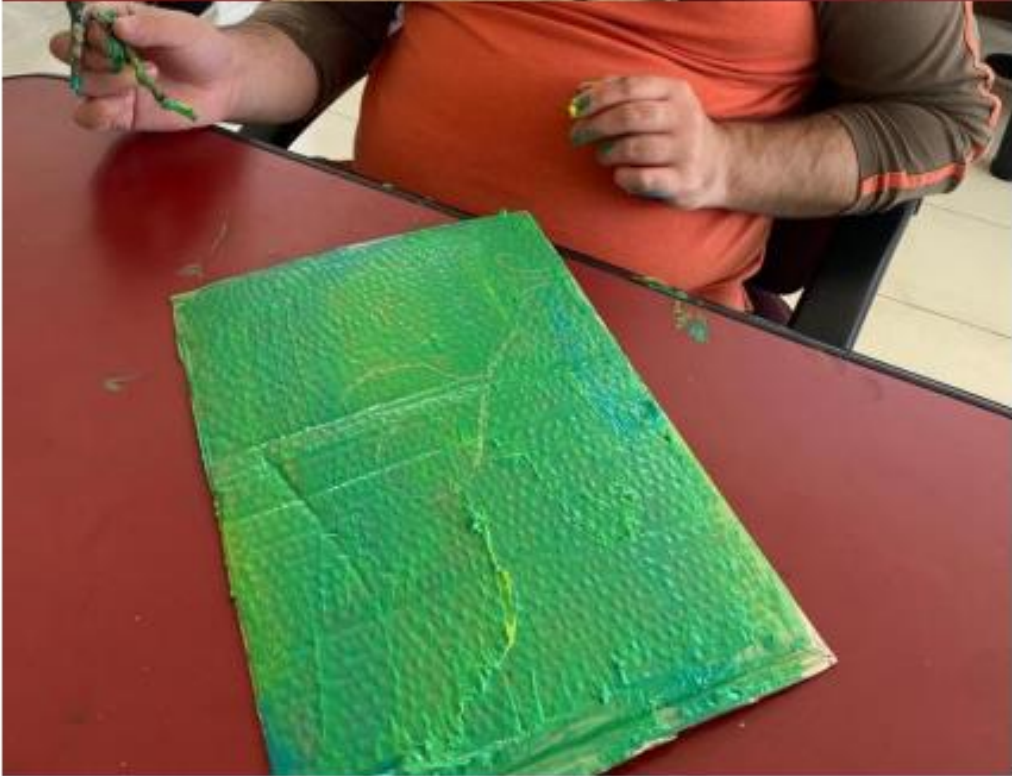


Figura 1 - Exemplo da Atividade

² Atividade adaptada de “A arte de ser livre – estratégias criativas de superação” (Sociedade Portuguesa de Arte-Terapia)

APÊNDICE C: REALIZAÇÃO DOS TRABALHOS “SENSAÇÕES CRIATIVAS”











APÊNDICE D: RESULTADO FINAL DOS TRABALHOS "SENSAÇÕES CRIATIVAS"

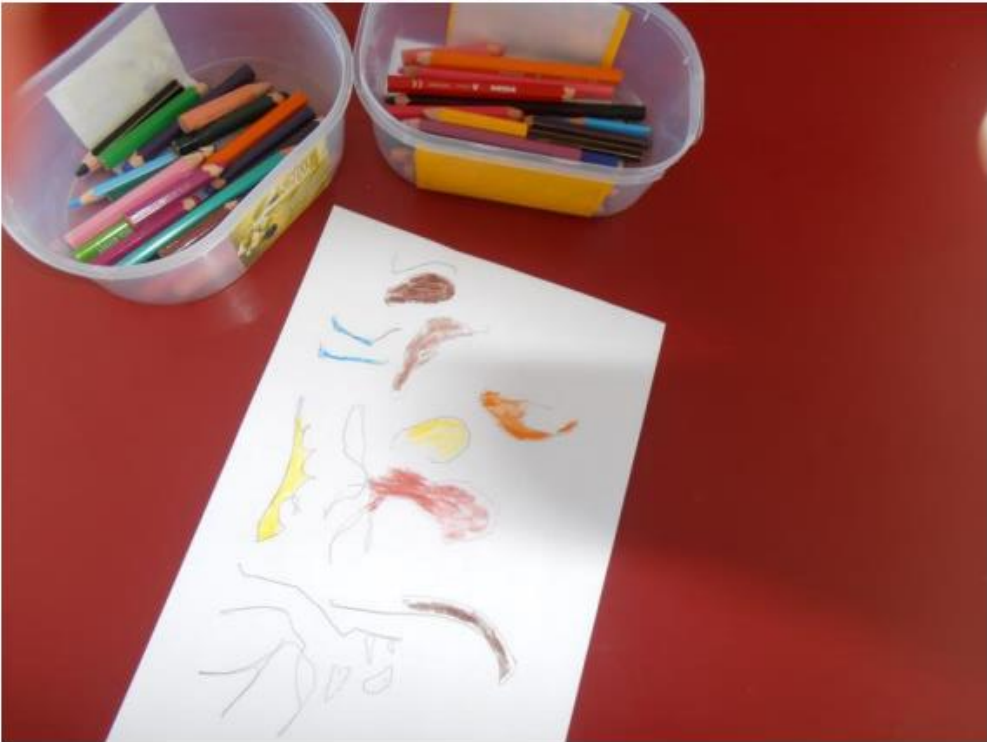




APÊNDICE E: AÇÃO 1 – ATIVIDADE “O QUE MAIS GOSTO DE FAZER É?”







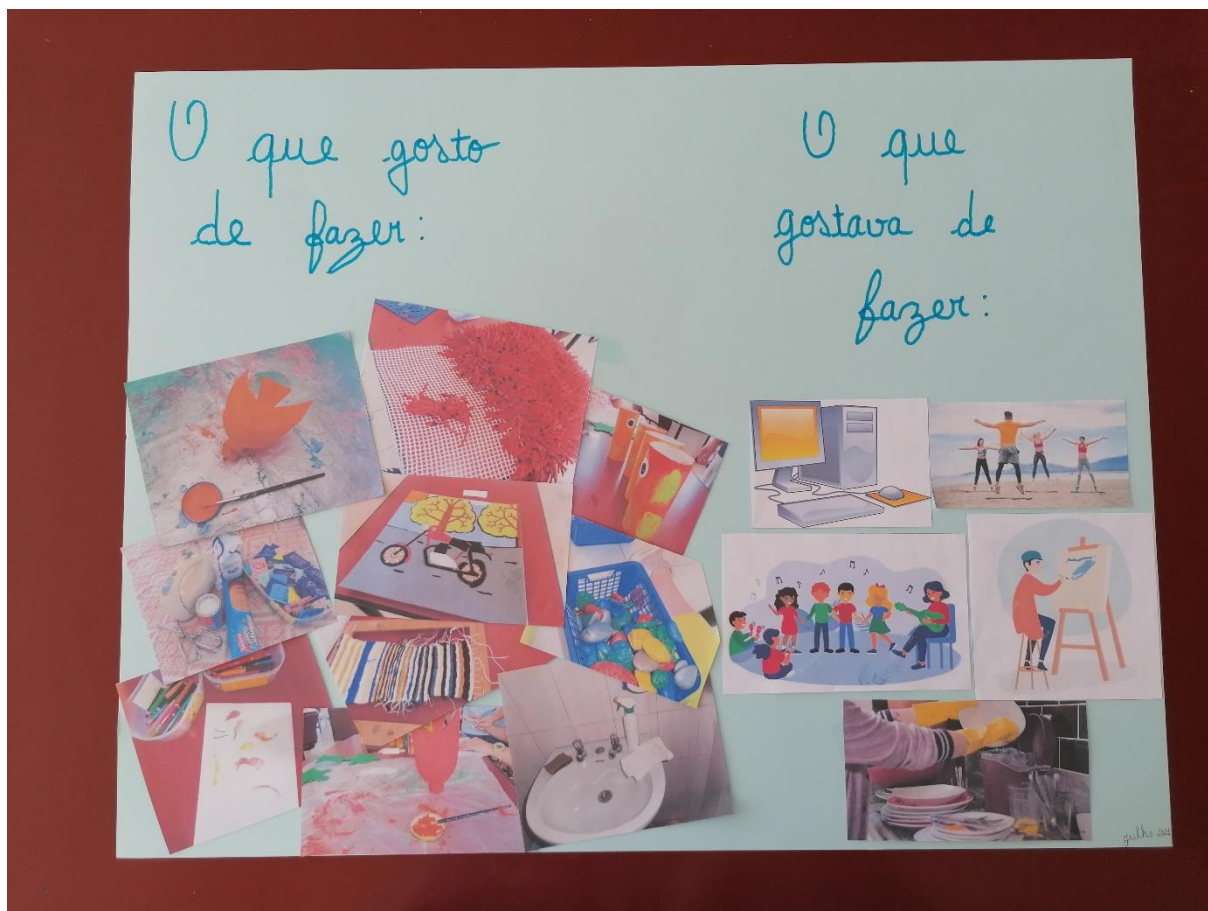


APÊNDICE F: AÇÃO 1 – ATIVIDADE “O QUE GOSTAVA DE FAZER”

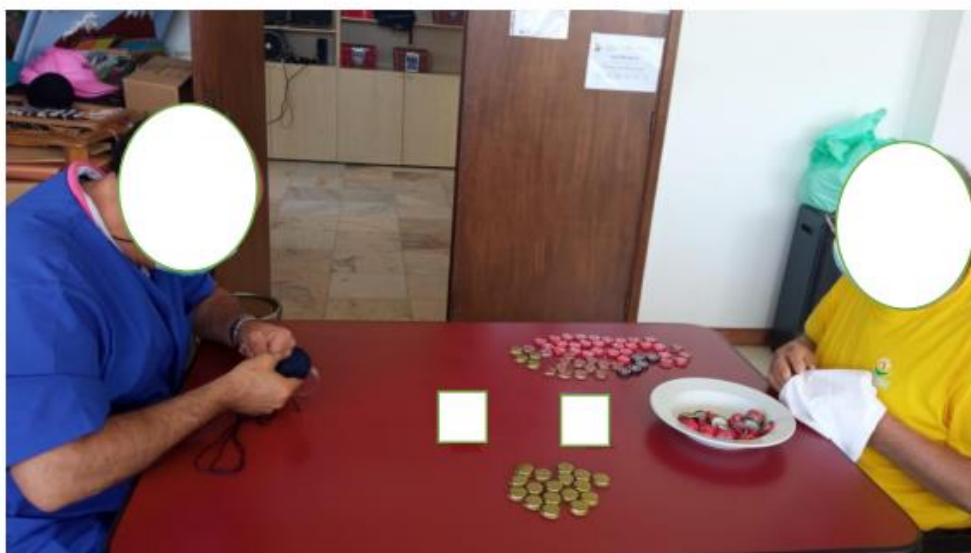




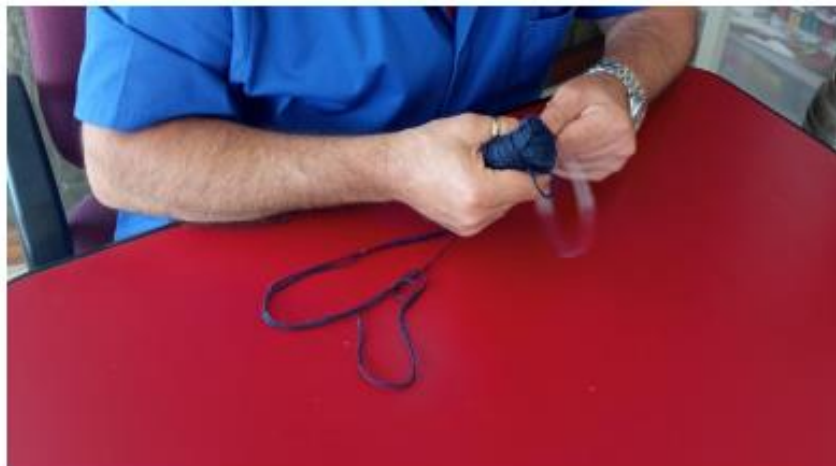
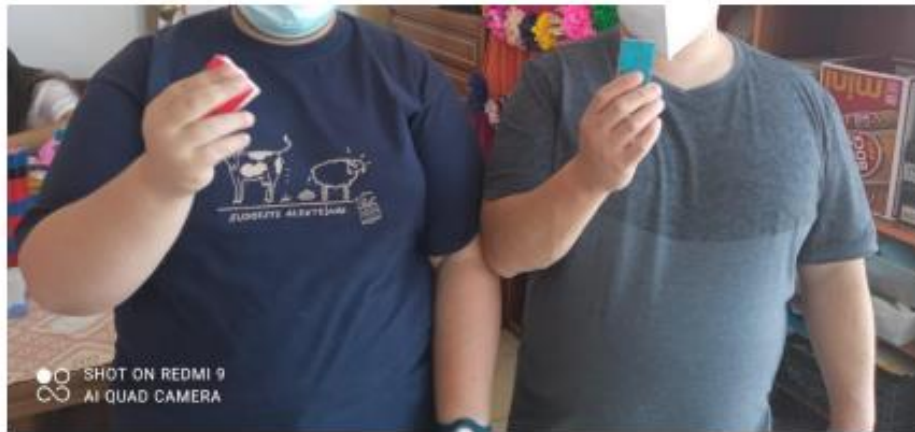
APÊNDICE G: RESULTADO FINAL DA AÇÃO 1



APÊNDICE H: AÇÃO 2 – CONSTRUÇÃO DOS MATERIAIS DE MÚSICA











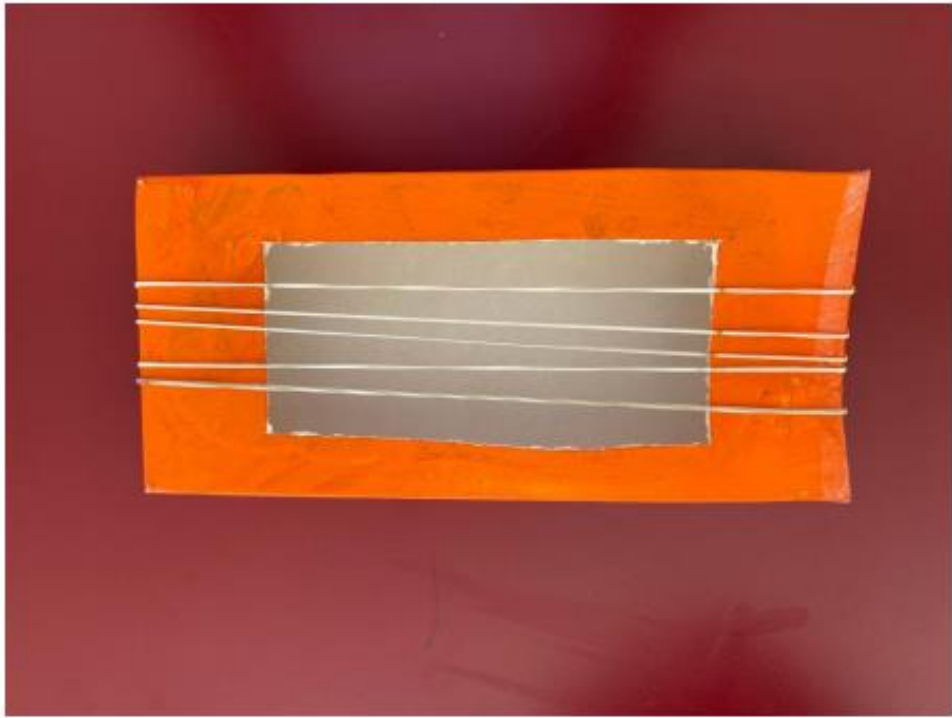


APÊNDICE I: AÇÃO 2 – RESULTADO FINAL DOS MATERIAIS DE MÚSICA















APÊNDICE J: AÇÃO 2 – ATIVIDADE DE MANUALIDADES





APÊNDICE K: AÇÃO 2 – ATIVIDADE DE CULINÁRIA





MESTRADO EM EDUCAÇÃO E INTERVENÇÃO SOCIAL
ESPECIALIZAÇÃO EM AÇÃO PSICOSSOCIAL EM CONTEXTOS DE
RISCO

**“ motivARTE” : Projeto de intervenção
psicossocial num CAO**
Carina Bastos Fonseca

